

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Orientada por:
Prof.º. Dr.º. Luís Pedro Silva

O FUTURO DE UMA HERANÇA.
Reinventando uma habitação rural.

Vanessa Alexandra Peneda Arezes

NOTA PRÉVIA:

A presente dissertação foi escrita ao abrigo do antigo Acordo Ortográfico.

Todas as citações foram mantidas na sua versão original para evitar qualquer engano.

As imagens apresentadas ao longo da presente dissertação foram dimensionadas, tratadas ou cortadas pela autora.

Ao finalizar esta dissertação de mestrado, cabe-me agradecer a todas as individualidades que, de diversas formas, contribuíram para a sua realização.

Ao Professor Doutor Luis Pedro Silva pela sua orientação ao longo deste trabalho. Agradeço o seu incomensurável apoio, a sua constante disponibilidade, a partilha de conhecimentos e o estímulo durante a elaboração desta dissertação.

A todos os meus colegas de curso e amigos com quem partilhei conhecimentos e momentos únicos.

Ao Vasco e ao Filipe pelo tempo dispensado para me ajudar.

Ao Zeca pela força transmitida nos momentos mais complicados e acima de tudo pela sua amizade e paciência reveladas ao longo destes meses.

Ao Licínio e ao Joel pelo seu apoio, partilha e auxílio muito importantes neste percurso.

À minha família a quem devo muito.

À minha avó, motivo da realização deste trabalho.

À MINHA MÃE e ao MEU PAI pelo apoio incondicional, compreensão, paciência e incentivo durante a realização deste trabalho e durante todo o meu percurso universitário, sem eles não teria conseguido.

A todos, o meu obrigado.

RESUMO

A arquitectura rural apresenta-se como um exemplo de ocupação no território e dos modos de habitar de uma comunidade, determinando uma época da história da arquitectura portuguesa e da sua evolução. Com base na compreensão da arquitectura popular, realizou-se na primeira parte da presente dissertação, uma breve análise da origem deste tema enquanto conceito e o seu desenvolvimento ao longo do tempo, caracterizando-se pela diversidade de modos de interpretar esta arquitectura, própria de cada comunidade.

O exercício de projecto permitiu o desenvolvimento de muitas das questões levantadas pela natureza da arquitectura popular, associada ao vernáculo e à ruralidade, que tem vindo a desaparecer com a metamorfose do mundo rural e da sociedade, em crescente desenvolvimento.

O segundo subcapítulo da primeira parte foca-se, essencialmente, no estudo de modelos da arquitectura popular, na variedade de exemplos que reúnem um conjunto de processos construtivos, modelos de organização do espaço e formas de habitar. A ‘terceira via’ proposta por Fernando Távora apresenta-se como um importante contributo para o desenvolvimento da proposta de intervenção. As obras apresentadas, tanto a construção de raiz como reabilitação, reúnem a dicotomia da tradição e modernidade. Também Siza Vieira e José Gigante apresentam obras de referência para este trabalho como (re)interpretação da casa portuguesa, apontando-nos pistas na descoberta de uma forma de habitação tradicional adaptada às exigências actuais de conforto e modos de habitar.

Nesse sentido, a primeira fase de análise foi importante para a compreensão do contexto inerente à habitação em estudo, focada no Noroeste português, em particular na região minhota. A variedade de exemplos de arquitectura popular permitem entender a particularidade intrínseca a cada construção, associada a um contexto histórico-social.

A segunda parte foca-se no estudo e análise de uma casa ‘rural’ centenária, numa freguesia de Viana do Castelo, produto de várias transformações ao longo dos anos, resultando numa mescla de volumes justapostos com problemas de distribuição e

patologias associadas à idade e ao desgaste. Para além deste factor, a situação promíscua em que se encontra a habitação, dificultou o processo de desenvolvimento de uma proposta estável, com um sentido actual, preservando a identidade da casa e respeitando a envolvente.

O final da segunda parte centra-se no exercício de projecto, clarificando a origem do processo e as condicionantes subjacentes. Nesse sentido, salienta-se a importância do estudo prévio de exemplos de reabilitação recentes, que auxiliaram na tomada de decisões durante a concepção da proposta de um projecto de reabilitação/reconstrução com objectivo de ser implementado num futuro próximo.

Por fim, reflecte-se sobre o objectivo fundamental deste trabalho retirando conclusões acerca da interpretação de uma arquitectura tradicional, e ‘anónima’ por um projecto contemporâneo.

ABSTRACT

Rural architecture presents itself as an example of occupation in the territory and of the ways of inhabiting of a community, determining an era in the history of Portuguese architecture and its evolution. Based on the understanding of popular architecture, a brief analysis of the origin of this theme as a concept and its development over time was carried out in the first part of the present dissertation, characterized by the diversity of ways of interpreting this architecture, specific to each community.

The project exercise allowed the development of many of the issues raised by the nature of popular architecture, associated with the vernacular and rurality, which has been disappearing with the increasing metamorphosis of the rural world and of society.

The second subchapter of the first part focuses, essentially, on the study of popular architecture models, on the variety of examples that bring together a set of constructive processes, models of space organization and ways of dwelling. The 'terceira via' (third way) proposed by Fernando Távora is an important contribution to the development of the proposal. The works presented, both root-building and rehabilitation, bring together the dichotomy of tradition and modernity. Siza Vieira and José Gigante also present reference works for this paper as (re) interpretation of the Portuguese house, pointing us clues in the discovery of a form of traditional housing adapted to the current demands of comfort and current ways of dwelling.

Thus, the first stage of analysis was important for understanding the context inherent to case study, focused on the Portuguese Northwest, particularly in the Minho region. The variety of examples of popular architecture allows us to understand the intrinsic particularity of each construction, associated to a historical-social context.

The second part focuses on the study and analysis of a centenary 'rural' house in a parish of Viana do Castelo, a product of various transformations over the years, resulting in a mixture of juxtaposed volumes with distribution problems and construction issues due to age and worn out condition. In addition to this factor, the promiscuous situation in which the house is found has made it difficult to develop a stable proposal with a current sense, preserving its identity and respecting the surroundings.

The last subchapter of the second part emphasizes on the project exercise, clarifying the origin of the process and the underlying constraints. In this sense, the importance of the preliminary study of recent rehabilitation examples is relevant, aiding the decision making during the conception of a proposal for a rehabilitation/reconstruction project which aims to be implemented in the near future.

Finally, a reflection is made on the fundamental objective of this work drawing conclusions about the interpretation of a traditional and 'anonymous' architecture by a contemporary project.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	13
II. PARTE I	
1. A ARQUITECTURA POPULAR NO TEMPO	
1.1 A arquitectura popular enquanto conceito	18
1.2 Raúl Lino e a Casa Portuguesa	25
1.3 O Inquérito à Habitação	28
1.4 O Movimento Moderno	34
1.5 A Arquitectura Popular em Portugal	38
1.6 O Problema da Casa Portuguesa	43
1.7 Arquitectura sem arquitectos	46
1.7.1 A ‘casa dos sonhos’	51
1.7.2 Desenvolvimento da habitação rural primitiva	54
1.8 A metamorfose da condição rural	58
2. A ARQUITECTURA POPULAR NO MINHO	
2.1 Enquadramento territorial	63
2.2 A habitação e os materiais construtivos	66
2.3 As variantes das habitações rurais no Minho	73
2.4 A reinterpretação da Casa Portuguesa: três referências notáveis.	89
2.4.1 Fernando Távora (1923-2005)	89
2.4.2 Álvaro Siza (1933 -)	93
2.4.3 José Gigante (1952 -)	101
III. PARTE II	
3. CASO DE ESTUDO	
3.1 Identificação da habitação, orientação e enquadramento	111
3.2 A casa enclausurada	115
3.3 Quatro períodos de evolução	117
3.3.1 Aproximação à composição original	119
3.3.2 Volume adjacente	121
3.3.3 Carência de espaço	123
3.3.4 Necessidade de melhorias	125
3.4 Elementos construtivos	131
3.5 Levantamento do existente	138

3.6	Resultado das intervenções danosas	143
3.7	Identificação de patologias	143
4.	A ARQUITECTURA POPULAR INTERPRETADA POR UM PROJECTO CONTEMPORÂNEO	
4.1	Aproximação ao real	153
4.2	Perenidades no projecto	153
4.3	Projecto – Princípios de composição	155
4.4	Uma luta contra áreas reduzidas	157
4.5	Elementos gráficos rigorosos	174
IV.	CONCLUSÃO	183
V.	BIBLIOGRAFIA	186
VI.	ÍNDICE DE IMAGENS	190
VII.	ELEMENTOS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	197

I. INTRODUÇÃO

O primeiro contacto estabelecido pelo homem com a arquitectura é através do abrigo e da necessidade de se proteger perante as adversidades do meio ambiente, mantendo ao longo da história, uma relação física e simbólica com o território.

Segundo Benévolo, no período do Paleolítico o homem adapta-se ao ambiente surgindo os primeiros indícios de arquitectura através das representações de algumas das ‘noções fundamentais’ como o projecto, a noção de escala e as vistas parciais. No entanto, é a partir do Neolítico que “*o homem adapta o ambiente à sua vida ... começando a transformar a Terra.*”¹ O homem coloca-se então numa posição dominante em relação aos outros seres, transformando a paisagem a seu proveito e seleccionando as espécies adequadas à cultura e criação, assentando num lugar. O abrigo acompanha assim a evolução do homem e surge a moradia. A palha e madeira são agora substituídas pela pedra e argila, materiais mais duradouros e estáveis.²

O profundo conhecimento das condicionantes do território e respectiva cultura traduzem-se nas habitações populares, onde se estabelece uma relação com o contexto envolvente e uma harmonia com o meio ambiente. A essência da arquitectura popular reside assim, no seu carácter local e humano. É a arquitectura construída pelo povo que resulta da necessidade e intuição onde o construtor se apropria e interpreta com afinidade os desafios impostos pelas condições climáticas e topográficas do lugar.

Surge então a denominada ‘arquitectura sem arquitectos’³, muito antes de qualquer construção ‘erudita’.

Esta realidade tem vindo a desaparecer, a partir da segunda metade do século XX, dá-se uma profunda transformação no território rural e com consequência, na arquitectura, resultado de novos ideais e práticas adoptadas pelo homem. Rejeitava os modelos antigos por estarem associados à pobreza vivida noutros tempos e as novas construções

1 BENÉVOLO, Leonardo; ALBERTCH.B. “As origens da arquitectura”. Edições 70, LDA. Lisboa. 2002. Pg. 38

2 Ibid. Pg. 50

3 “*Architecture without Architects*” - catálogo de exposição que, na sequência da investigação conduzida pelo arquitecto Bernard Rudofsky exhibe fotografias recolhidas de um vasto quadro de construções vernacular pretendendo que se inclua na história da arquitectura. A primeira exposição é exibida no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA), em Novembro de 1964.

resultavam, muitas vezes, de projectos importados do estrangeiro. Nos últimos anos, a dicotomia entre rural e urbano ou campo e cidade perdeu todo o sentido. Os modos de estar e viver alteraram-se, a sociedade apresenta-se em constante desenvolvimento reflectindo-se na paisagem, na economia, nos hábitos e costumes, principalmente, no edificado.⁴

O desenvolvimento do estudo mais aprofundado acerca do tema da arquitectura popular surgiu do interesse da autora pelo domínio prático da arquitectura e pela possibilidade de relação a um caso concreto de família. Neste sentido, a familiaridade pessoal estabelecida com o edifício e contexto de intervenção viabilizaram o estudo de algo que motiva muito o interesse em saber mais, de modo organizado e sistematizado, ao nível do que é possível num trabalho deste género. A constante permanência na casa agrícola dos avós tanto nos períodos de férias como no restante ano, assim como o símbolo associado à reunião familiar facilitou desde logo, a sua escolha com o intuito de manter essa identidade associada. A realização de uma proposta de intervenção concederia desta forma, as condições necessárias para a sua futura concretização - uma vontade pessoal como também dos proprietários.

Sendo esta habitação um exemplo de arquitectura popular, situada no Norte do país – verificando-se o maior número de exemplos devido à formação do povoado e sendo mais visível a sua relação com o lugar e mais antiga – limitou-se o estudo da evolução da habitação rural no contexto nortenho.

“No Minho, onde a população é muito densa, a terra está muito dividida e predomina a pequena exploração, o povoamento é disperso ou disseminado: isto é, a população vive em pequenas aldeias, lugares, lugarejos, casais, muito próximos e espalhados por todo o território. Uma freguesia é, portanto, formada por muitos locais de habitação.”⁵

⁴ “As marcas e as memórias do Portugal profundo vão-se decompondo com a desruralização e o seu rasto de efeitos colaterais: o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais – o interior, no dizer mais frequente sobre estas coisas. (...) A miragem do bucolismo e dos paraísos perdidos é mais de quem está no exterior (do tal interior) e pensa que o rural e Natureza são lugares para passar férias.”

DOMINGUES, Álvaro. “Vida no Campo”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 23

5 RIBEIRO, Orlando. “Opúsculos Geográficos. IV Volume / o mundo rural”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 284

Reflectindo ainda a situação actual, no panorama arquitectónico, é visível uma grande percentagem do edificado degradado sendo cada vez mais difícil a construção de uma habitação de raiz, consequência do estado económico do país.

O trabalho divide-se assim, em duas partes que procuram complementar uma ideia de projecto, sendo essenciais para a compreensão do objecto de estudo. A primeira parte divide-se em dois subcapítulos, apresentando, no período inicial, uma reflexão acerca do desenvolvimento da arquitectura popular ao longo dos anos, desde que esta surgiu enquanto conceito até ao século XX, onde se dá a metamorfose do mundo rural, permitindo uma contextualização histórica e social, importantes para o entendimento da habitação em estudo.

Posteriormente, avança-se para uma análise genérica de princípios de projecto, seleccionando exemplos concretos da arquitectura popular no Minho, tentando compreender a organização espacial, composição de fachadas e modos de estar e viver em diferentes épocas. Recorre-se a modelos apresentados no livro ‘Arquitectura Popular em Portugal’, arquitecturas ‘anónimas’ e a obras mais recentes de arquitectos portugueses como Fernando Távora, Siza Vieira e José Gigante.

A interpretação das obras seleccionadas, resulta de um esforço consciente para a valorização do tema, contribuindo para um conhecimento mais amplo sobre a ideia de arquitectura popular portuguesa e o que nos pode ensinar.

A segunda parte desenvolve-se em torno da habitação, procurando-se efectuar uma contextualização e reflexão da sua história e desenvolvimento, assim como o levantamento de problemas associados às patologias e série de intervenções realizadas no decorrer dos tempos. A estas questões, acresce-se o difícil relacionamento com a envolvente devido à sua implantação, o que forçou a um desenvolvimento do exercício de projecto a par da reflexão teórica e trabalho de análise. Desta forma, resulta numa proposta de intervenção baseada nos exemplos estudados e adaptada aos pedidos por parte do cliente, expostos na segunda fase desta parte.

Neste sentido, é objectivo da presente dissertação realizar um estudo sobre a arquitectura popular em Portugal como modo de habitar, construir e ocupar o espaço, em particular, numa habitação de família inserida num contexto ‘rural’, com características peculiares. Procura-se entender se é possível e viável salvaguardar o

património arquitectónico e cultural, mantendo a autenticidade física e formal de uma habitação de carácter popular, aliando um projecto de reabilitação contemporâneo onde estão subjacentes novas formas de habitar e construir.

II. PARTE I

1. A ARQUITECTURA POPULAR NO TEMPO

1.1 A arquitectura popular enquanto conceito

Para melhor se discutir acerca da arquitectura popular será necessário perceber, numa primeira fase, a origem do tema enquanto conceito que agrega um conjunto de modos de edificar com princípios característicos de uma comunidade ou lugar. Para isso, o contributo de João Leal tornou-se essencial através da publicação do seu livro ‘Etnografias Portuguesas’ que permite revisitar a história durante quase um século percebendo a contextualização em torno da arquitectura popular e também as várias vertentes que o tema ‘popular’ pode englobar desde a arquitectura até à música ou modos de vida e costumes.

Em Portugal, a partir das décadas de 1870 e 1880, este conceito foi reforçado através da necessidade de encontrar uma identidade nacional focando-se em torno da antropologia portuguesa que se tornou uma disciplina orientada para o estudo da cultura popular baseada no rural. Apresentou várias fases de desenvolvimento através de diferentes contextos, meios metodológicos e autores. João Leal distingue quatro grandes períodos na história da antropologia portuguesa: anos 1870 e 1880; a viragem do século, anos de 1910 e 1920 e, por fim, anos 1930 a 1960.⁶

Ao longo do século XIX, Portugal apresenta-se menos desenvolvido relativamente aos países da Europa Central. Ao mesmo tempo, existia uma falta de investimento no reconhecimento da realidade do país, excepcionando-se a procura de uma identidade através da aproximação ao mundo rural, principalmente a partir do século XX. Assim, nos primeiros anos a cultura popular portuguesa é abraçada numa perspectiva historicista, numa imagem textual e unitária através da recolha de informação sobre literatura e tradições populares. Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso são apenas alguns dos etnólogos que dedicaram muito tempo ao estudo sobre estes domínios através de excursões aos locais, leituras ou testemunhos. Adolfo Coelho

⁶ LEAL, João. “Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000.

realizou os primeiros estudos sobre a habitação – a construção de casas e cabanas – ainda pouco desenvolvidos.

Já na viragem do século, o contexto é ligeiramente diferente e mais diversificado nos campos de estudo, incluindo as tecnologias, a cultura e as formas de vida económica e social para além das tradições. Adolfo Coelho aprofunda desta forma o tema da habitação, recolhendo elementos fundamentais para o estudo das formas de arquitectura tradicional portuguesa⁷ como desenhos rigorosos, fotografias e esboços de casas populares e detalhes de ornamentos. Entre os diversos meios de levantamentos, também realizou um levantamento teórico sobre usos e costumes das populações. Rocha Peixoto ampliou a sua pesquisa a outros temas como as tecnologias tradicionais, o colectivismo agrário, a arte mas também à arquitectura popular. Os seus artigos mais importantes⁸ correspondem ao levantamento *in locu* um pouco por todo o norte do país, estabelecendo relações directas com a população e um diálogo com a arqueologia. Apresenta, desse modo, a diversidade do país e da sua cultura popular incluindo a arquitectura, mesmo que ainda não seja pensada como um ‘modelo’. Justificava que a diversidade de soluções construtivas e comunidades seria resultado das condições naturais como a geografia do terreno, a composição dos solos e o clima.

“... a imagem da cultura popular que triunfa nos escritos de Adolfo Coelho e de Rocha Peixoto ao longo deste período é uma imagem negativizada (...) o povo é momentaneamente visto – em contraste com a representação de matriz romântica prevalecente nos restantes períodos da antropologia portuguesa – como uma entidade de que se lamentam os defeitos.”⁹

Também Abel Botelho e Joaquim de Vasconcelos apresentam a mesma visão crítica de Adolfo Coelho. Vidal de La Blache (1845-1918), considerado o ‘pai espiritual da Geografia Regional Francesa’, defendia uma ideia oposta. Acreditava que o homem também seria responsável pelas transformações do meio onde se insere consoante as suas necessidades, existindo diversas possibilidades sem estarem associadas a uma

⁷ Segundo João Leal, fica responsável por uma secção direccionada à arquitectura ‘A habitação e em especial a habitação rural e suas dependências’. Pg. 109

⁸ Entre eles destaca-se ‘Os Palheiros do Litoral’ em 1898, publicado na revista *Portugália*.

⁹ LEAL, João. “Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. pg. 44



1.

1. Imagem de um palheiro em Marvão, semelhante às construções primitivas que foram alvo de estudo por parte de Veiga de Oliveira e colaboradores. (Retirada do livro 'Etnografias Portuguesas')

LEAL, João. "*Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.*" 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000.

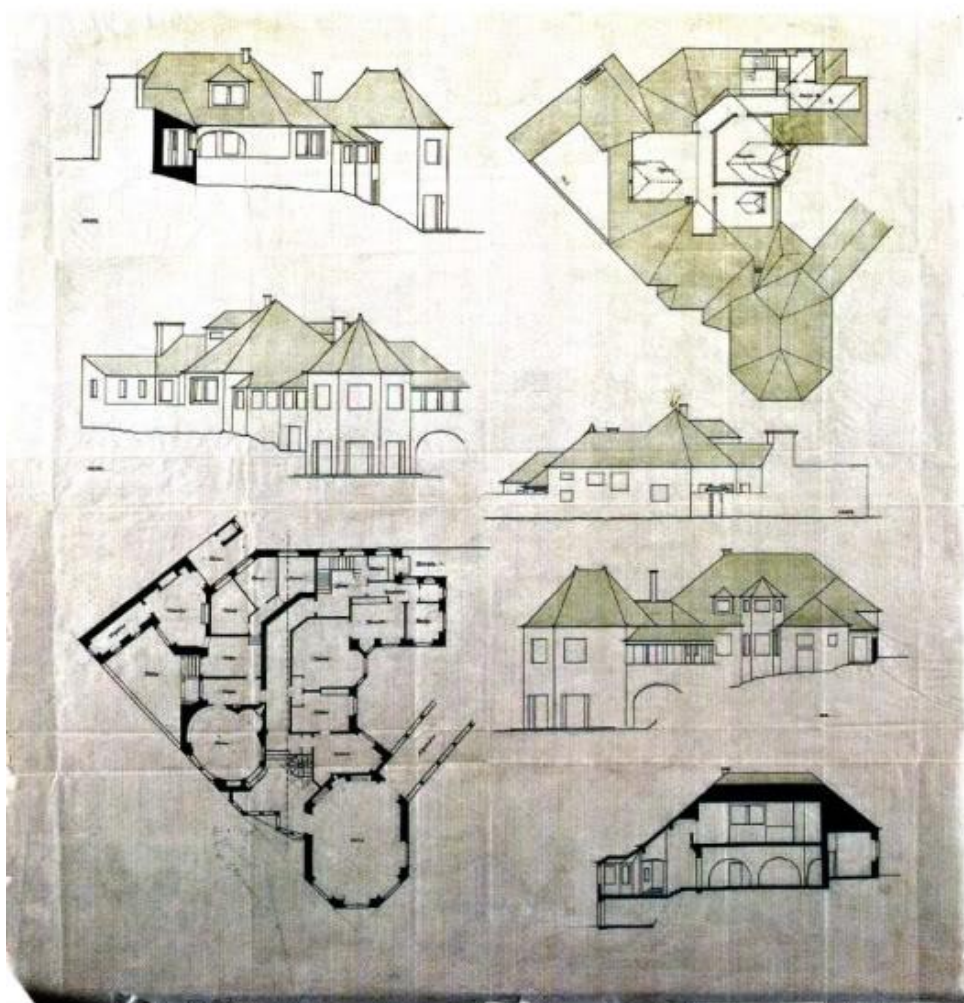
causa-efeito. Assim, as condições naturais onde se inseria não tinham uma relação directa com o modo de habitar e construir.¹⁰ Desta forma, a viragem do século ficou marcada por estes estudos gerando reacções negativas acerca da decadência da nação, também muito devido ao acontecimento político, o ‘*Ultimatum*’.

No que diz respeito à habitação, desde o final do século XIX até aos anos 40/50 do século seguinte, as propostas e análises de vários arquitectos e historiadores centraram-se na existência de um modelo característico de casa popular portuguesa. Henrique das Neves surge como o “*pai fundador*” dessa eventualidade através da sua nota de rodapé de duas páginas acerca de um tipo de habitação encontrado um pouco por todo o país que teria sido descrito por um antropólogo e físico que conhecera. Esse modelo habitacional português - sugerido por Henrique das Neves - baseava-se na descrição de uma varanda larga e comprida no piso superior, abrigada das intempéries pelo telhado e uma escada exterior – paralela ou perpendicular à habitação – que dava acesso a esse balcão. A sua nota de rodapé com o título ‘A Casa Portuguesa’ ficou assim conhecida pelo seu comentário de uma casa apropriada ao clima português e menos dispendiosa. Mais tarde, foi transcrita sob a forma de artigo em ‘A Arte Portuguesa’, em 1895; na revista ‘Ocidente’, em 1896 e na ‘Arquitectura Popular Portuguesa’, em 1915. Tornou-se, assim, num fenómeno, no fenómeno da ‘*Casa Portuguesa*’ devido ao interesse na discussão que surge e define-se mais concretamente entre 1890 e 1910.¹¹ Rocha Peixoto com o artigo ‘A Casa Portuguesa’ e João Barreira com a sua proposta de abordagem sistemática da habitação, foram considerados os autores mais marcantes no contributo para o dossier do estudo da casa portuguesa.¹²

¹⁰ DOMINGUES, Álvaro. “A geografia regional “vidaliana”. Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I Série. Volume 1. Porto. 1985 pg.123

¹¹ MAIA, Joana. CARDOSO, Alexandra. CUNHA LEAL, Joana. “Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura Crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 4.” 1ª edição. CESAP / CEAA, Porto. Junho de 2013. Pg. 12

¹² LEAL, João. “Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. Pg. 110 e 111



2.

2. Estudo geral da Casa do Cipreste, de 1912.

“Casa do Cipreste de Raul Lino”. <http://riodasmacas.blogspot.pt/2011/02/casa-do-cipreste-de-raul-lino.html>
[Consultado em Novembro de 2016].

Com a implantação da República, assistiu-se a um renascer da nação, concentrada na ideia de patriotismo e regionalismo. Vergílio Correia é identificado por João Leal como ‘figura-chave’ do estudo da etnografia portuguesa e da arte popular nos anos de 1910 e 1920, com os seus textos em ‘A Arte Popular Portuguesa’ e artigos sobre ‘As cabanas de Assafarja’ ou ‘As alminhas’.

Apresenta o mesmo interesse pela habitação popular como o posterior movimento da casa portuguesa de Raul Lino, considerando a habitação como um objecto de arte inserido na paisagem rural para apreciação estética do conjunto. Os pequenos detalhes construtivos da habitação, como as varandas, chaminés, beirais seriam como elementos decorativos característicos da arquitectura popular.

Neste período a etnografia redirecciona-se para os temas artísticos através do levantamento de informação sobre a arte portuguesa com o intuito de preservar e reactivar as tradições em desuso. Devido ao regime autoritário do Estado Novo, a arte nacional é tida como uma ‘necessidade ou um dever.’¹³ Ao contrário do primeiro período, traduz-se numa imagem visual da cultura popular, muito direccionada para a representação. Muitas vezes estas publicações careciam do próprio contexto e do apoio teórico por detrás.¹⁴

A tendência dessa procura estética da casa caracteristicamente portuguesa torna-se ainda mais evidente com Raúl Lino (1879-1974), autor da Casa do Cipreste em Sintra (1912-14) e um dos mais prestigiados arquitectos do início do século XX juntamente com Ventura Terra (1866 – 1914). Os estudos estrangeiros sobre a arquitectura doméstica chegaram a Portugal principalmente através do seu trabalho. Em 1897, depois de regressar a Portugal, ainda no início do debate, Raul Lino desenvolve uma perspectiva romântica e nacionalista da arquitectura portuguesa da Renascença, a qual surgiu no estrangeiro por influência de Albrecht Haupt e por autores como Morris, Ruskin e propostas do movimento inglês Arts and Crafts.¹⁵ Assim, inspirado pelos princípios deste movimento e através das influências alemãs e britânicas, Raul Lino

¹³ ROSMANINHO, Nuno. “Arte nacional: conceito e funcionalidade.” Retirado em “Outros Combates pela História.” Coordenação de Maria Manuela Tavares. Universidade de Coimbra. Julho de 2010. Pg. 522

¹⁴ LEAL, João. “Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000.

¹⁵ LEAL, João. “Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. pg. 112

pretendia adaptar os problemas em torno da habitação ao contexto nacional, defendendo um modelo português que ia de encontro com as propostas nacionalizadoras da arquitectura europeia deste período. Sentiu “*uma necessidade de integrar a casa portuguesa num contexto internacional.*”¹⁶

¹⁶ ROSMANINHO, Nuno. “*Arte nacional: conceito e funcionalidade.*” Retirado em “*Outros Combates pela História.*” Coordenação de Maria Manuela Tavares. Universidade de Coimbra. Julho de 2010. Pg. 522e 523

1.2 Raúl Lino e a Casa Portuguesa

As obras de Raul Lino, ao longo de 1910-20, são assim influenciadas pelo programa da casa portuguesa, tendo passado as suas ideias para a teoria em 1918, com a publicação de ‘A Nossa Casa’¹⁷, com o ensaio ‘A Casa Portuguesa’ em 1929 e ‘Casas Portuguesas’ em 1933, entre outros artigos de revistas ou jornais. No livro ‘A Nossa Casa’ defende a aplicação de tradições regionais, com a linguagem local e com os materiais disponíveis – sugerindo uma diversidade regional - de forma a se integrar no conjunto, mas sempre respeitando algumas regras. Essas regras passavam pela concepção da planta para uma correcta implantação¹⁸, pela atenção às boas proporções que melhor se adequem aos proprietários, não podendo esquecer o alpendre especialmente nas habitações sem jardim – característica fundamental dos antigos exemplos de casa portuguesa tal como a caiação, a pedra aparelhada e o telhado, por vezes considerando o uso de azulejo e a chaminé. No caso de uma habitação citadina, sugere a recriação “do campo na cidade” implantando-se o edifício num terreno amplo com jardim.

*“Parece que a melhor divisão numa habitação devia ser a casa de estar. Aí se reúne a família e se recebem os amigos a qualquer hora do dia.”*¹⁹

No ensaio ‘A Casa Portuguesa’, Raul Lino já apresenta uma reflexão sobre a arquitectura portuguesa diferente, em que *“edificações monumentais e correntes, eruditas e populares são confrontadas numa leitura articulada e contínua da história.”*²⁰ Apesar do esforço, esta edição não foi marcante ficando esquecida e encoberta pelo sucesso dos seus dois livros acima referidos.

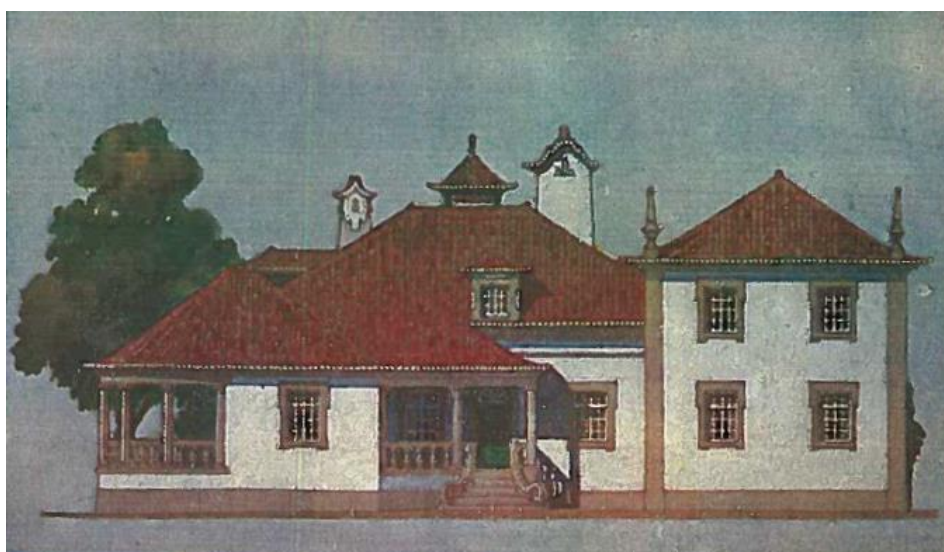
Em 1933, já reconhecido como líder do movimento da *Casa Portuguesa*, publica então o livro ‘Casas Portuguesas’ que se tornou a publicação mais influente. Neste livro tenta

¹⁷ Funciona como um género de guia prático de arquitectura para a construção de uma casa bonita e confortável, apresentando conselhos práticos através de um modelo de casa (portuguesa).

¹⁸ Como as condições climáticas – que diferem no Norte e Sul de Portugal - a orientação solar – devendo as principais divisões da casa ser ensolaradas – ou o vento – que pode influenciar a disposição da varanda.

¹⁹ LINO, Raul. “A NOSSA CASA. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples.” 2ª edição. Atlantida. 1981. Pg. 15 e 18

²⁰ GARCIA RAMOS, Rui. “Casa Portuguesa.” 2011. Pg. 5 Retirado em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/62530/2/4578.pdf>. [Consultado a 20 de Janeiro de 2016].



3.

3. Alçado do projecto de uma casa suburbana no Minho.

LINO, Raul. *"A NOSSA CASA. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples."* 2ª edição. Atlantida. 1981. Pg. 62

responder ao problema das invariantes da arquitectura portuguesa, completando algumas ideias referidas em ‘A Nossa Casa’ como a utilização de pedra para guarnecer os vãos exteriores e o remate do telhado pelo beiral, utilizando um conjunto de exemplos. Desenvolve também melhor os temas da construção e implantação harmoniosa da casa na paisagem, usando os recursos disponíveis da região e a proporção como base do desenho. Em ‘Casas Portuguesas’, elogia novamente a casa portuguesa como um modelo a seguir, exemplar e distinto de todos os outros modelos importados – os *chalets* – e isso é o que caracteriza a nossa nação.

A partir dos contributos literários e arquitectónicos de Raul Lino – como a Casa do Cipreste – foi possível a confirmação da ideia da natureza como um meio-termo entre paisagem humanizada e paisagem natural e a casa popular como objecto de arte que se abre para a paisagem. São vários os autores concordantes com Raul Lino, completando esta visão homogeneizadora do país, apresentando-se apenas a visão contraditória de Rocha Peixoto e Abel Coelho que separam as realidades cidade e campo, Norte e Sul.

“A arte, porém, não consiste em copiar a Natureza, é antes o pressentimento das suas leis e a aplicação destas em novas criações”²¹

Raúl Lino foi então uma figura fundamental para a história da arquitectura portuguesa estabelecendo uma corrente arquitectónica, um novo gosto cultural, principalmente a partir de 1940, com apoio do Estado Novo²², onde se iniciam várias obras de habitação social ou equipamentos públicos sempre baseados na figura da casa portuguesa, como os bairros económicos – construídos durante os anos 1930.

²¹ LINO, Raul. “A NOSSA CASA. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples.” 2ª edição. Atlantida. 1981. Pg. 13

²² No mesmo ano da publicação de ‘Casas Portuguesas’, é aprovada a constituição do Estado Novo, que defendia a nacionalização da arquitectura e pretendia a reforma das obras públicas. Ficaria a encargo desses projectos o Ministério das Obras Públicas e Comunicação (MOPC) cujo responsável seria Duarte Pacheco com o objectivo de criar um ‘formulário’ arquitectónico para a minimização de custos e tempo de produção no processo construtivo – ideia geral formulada pelo governo Salazarista.

1.3 O Inquérito à Habitação

No início dos anos 20, com o aparecimento de novos materiais como o cimento, permitiram o desenvolvimento de outros métodos construtivos, originando novas correntes arquitectónicas como o modernismo e a *art deco*. A par disso, a casa portuguesa continuou a ser um tema presente no pensamento de arquitectos adeptos do modernismo²³.

Durante o último período identificado por João Leal, entre 1930 a 1970, independentemente da mudança de regime, a cultura popular continua a ser vista como uma arte – etnografia artística – ocupando-se simultaneamente da literatura ou tradições populares, como é o caso de Augusto César, Fernando Castro Pires de Lima e Alexandre Lima Carneiro. As diferentes escalas – regional e nacional – são consideradas de igual modo. O conceito de arte popular abrange agora quase todo o universo da cultura popular, desde a literatura, à música como ao modo de viver – uma imagem coreográfica.²⁴

Jorge Dias retrata este tema de forma ligeiramente distinta procedendo à sistematização da diversidade encontrada no país e de que forma dariam unidade à cultura portuguesa. Elabora uma pesquisa sobre o modo de funcionamento de elementos da cultura tradicional e o seu contexto que se encontram ‘ameaçados’ pelo avanço tecnológico e social nos campos. Para além desta pesquisa, a sua equipa também se debruçou noutros tópicos como as comunidades de montanha do norte português, a arquitectura popular, festividades, entre outros. Veiga de Oliveira juntamente com Fernando Galhano e Benjamim Pereira mostraram um maior interesse pela arquitectura popular, fazendo uma reflexão mais sistemática sobre o tema através da publicação de alguns artigos. Durante os primeiros tempos, o Estado Novo torna-se um aliado do modernismo português. No entanto, no final de 1930 verifica-se uma mudança de cenário. O Estado Novo adopta uma política fascista, impondo um

²³ Nas primeiras obras de Pardal Monteiro. O Capitólio (1926-29) de Cristino da Silva, o Bairro Económico em Olhão (1925) e o Pavilhão da Rádio do Instituto de Oncologia (1927 -1933), de Carlos Ramos, são três exemplos do primeiro modernismo português apontados por João Leal.

²⁴ LEAL, João. “Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. Pg. 49

exemplo arquitectónico que vai de encontro da arquitectura tradicional, em oposição ao modernismo, emergindo assim projectos - tipo de obras públicas como habitação social, pousadas, casas do povo, escolas primárias, entre outras. As escolas primárias ficaram ao encargo de Raul Lino e Rogério de Azevedo. Já a tematização da casa portuguesa prolonga-se para o segundo modernismo português, que se inicia em 1950, mas como seria de esperar chocava com a nova geração de arquitectos.

*“Em Portugal, entre os anos vinte e sessenta, a arte moderna foi atacada em nome da beleza, da moral, da raça, da civilização ocidental, do cristianismo e da própria nação. Mas foi nas décadas de trinta e quarenta que a lógica nacional conduziu à tentativa de estatização do antimodernismo, patente em escritos de Raul Lino, Fernando de Pamplona e de António Ferro.”*²⁵

Pode-se destacar ainda outro grupo de etnógrafos que surgiu opondo-se ao discurso unitário proposto pelo regime do Estado Novo, como o caso de Ernesto de Sousa (1973) com a arquitectura tradicional, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular do Porto, dos arquitectos do ‘Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal’ (1980 / 1961) e de Giacometti e Lopes Graça com a música popular. E o discurso destes etnógrafos tendia a procurar um vínculo entre a cultura popular e a identidade nacional, no entanto, a casa portuguesa passou a estar no centro dos debates, como se tratasse de uma “guerra cultural”. O ‘Inquérito à Habitação Rural’, publicado em 1940 pelo Instituto Superior de Agronomia, resultou então como ponto de partida para essas publicações.

O ‘Inquérito à Habitação Rural’ descreve como seriam as habitações e a vida no campo, defendendo o retorno à terra, através de parcelamentos dos terrenos para o desenvolvimento do país. Estes ideais tiveram vários defensores, inclusive Salazar e Rafael Duque – ministro da agricultura entre 1934 e 1940. Lima Basto, professor no Instituto Superior Agrário desde 1911, defendia uma reforma cuidada e estudada da situação agrícola portuguesa, introduzindo a disciplina ‘Economia Agrária’ e realizando o ‘Inquérito Económico-Agrícola’, em 1936, a que se seguiu o ‘Inquérito à Habitação Rural’.

²⁵ ROSMANINHO, Nuno. “Arte nacional: conceito e funcionalidade.” Retirado em “Outros Combates pela História.” Coordenação de Maria Manuela Tavares. Universidade de Coimbra. Julho de 2010. Pg. 526

raras vezes se verificam. Só mencionou excepcionais ocasiões em que a sala poderia servir: casamento, baptizado e visita Pascal da Cruz.

2) *Arrumação* — Com 5,85 metros quadrados de área ou seja 3,90 m. \times 1,50 m.. Estava ocupada de ferramenta vária e poderia vir a

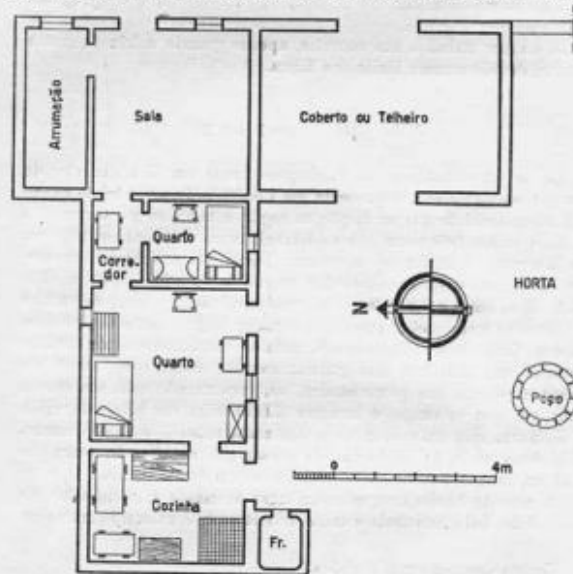


Fig. 8

servir um dia, segundo disse o inquirido, para quarto de um dos filhos. Tem uma janela de guilhotina igual à anteriormente descrita.

3) *Quarto* — Compartimento interior, apenas com um postigo de 0,48 m. \times 0,34 m.. Tem de comprimento 2,35 m. e de largura 1,95 m. ou seja 4,58 metros quadrados. Está forrado e caiado. Duas portas, uma para o corredor e outra permanentemente fechada e que dá para a sala.

4.

4. Página do Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. "Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português." <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. [Consultado em Janeiro de 2017].

O objectivo do último inquérito era o levantamento minucioso e explicativo das condições económicas e higiénicas das habitações da população agrícola através de descrições, plantas e fotografias e dividindo o país por 11 regiões, de forma a perceber qual a melhor forma de melhorar essas condições consoante as possibilidades financeiras do Estado. A casa é vista como elemento fundamental, mas também o que está no interior da habitação, o recheio. São analisadas as relações entre as condições económicas da população e condições habitacionais e de que forma interagem. O levantamento permitiu então verificar a realidade “miserável” em que a população vivia. O panorama era geral, destacando-se o a região do Minho como caso extremo no país. Devido às fracas condições económicas, as casas eram geralmente compostas por um único compartimento de soalho onde toda a família dormia, pequenas aberturas que não deixavam sair o fumo nem entrar luz, todas sujas e degradadas quer no interior quer no exterior, com pouco mobiliário, roupa e utensílios. E os terrenos, cheios de lama eram recreio para as crianças e para os animais.

Tal como as habitações, a população estava também ‘acabada’, miserável, aparentando ter mais idade. Esta era a realidade presenciada por Lima Bastos mas também por Henrique de Barros e vários alunos finalistas ou recém-licenciados em Agronomia, entre eles, Eugénio Castro Caldas – responsável pela região do Alto Minho, tornou-se professor na escola agrária e assumiu juntamente com Henrique de Barros a direcção do inquérito depois da morte de Lima Basto. A publicação do inquérito efectuou-se em dois volumes, um em 1943 e outro em 1947 pela Universidade Técnica de Lisboa, e o terceiro volume referente às conclusões e à região Sul do país não chegou a ser publicado.²⁶ Só com os estudos de Veiga de Oliveira e Jorge Dias e do ‘Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal’ se tornou possível consultar informação acerca desta região. As condições miseráveis das habitações reveladas no ‘Inquérito à Habitação Rural’ eram assim um paradoxo à ideologia da ‘Casa Portuguesa’.

Enquanto os defensores da ‘Casa Portuguesa’ viam o conjunto exterior, o objecto estético na paisagem, o ‘Inquérito’ analisava pelo interior, pela falta de condições presenciadas e pelo facto de a agricultura não ser suficiente para sustentar a família,

²⁶ LEAL, João. “Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. pg. 149



5.



6.



7.



8.

5. Fachada principal. Gafanha da Encarnação. Exemplo n.º 1 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. [Consultado em Janeiro de 2017].

6. Fachada lateral, pátio e poço. Gafanha da Encarnação. Exemplo n.º 1 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. [Consultado em Janeiro de 2017].

7. Aspecto de uma habitação em S. Martinho do Bispo. Exemplo n.º 6 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. [Consultado em Janeiro de 2017].

8. Aspecto de uma habitação em S. Martinho do Bispo. Exemplo n.º 7 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. [Consultado em Janeiro de 2017].

não prestando muita atenção aos aspectos arquitectónicos e formais da habitação dando uma imagem negativa da casa popular portuguesa. As exíguas proporções das janelas eram entendidas como um elemento negativo devido ao impedimento da entrada de luz, a cal em branco era vista em oposição à sujidade interior, o telhado servia como passagem do frio, entre outros aspectos.

Esta diversidade de pesquisa e modos de olhar para a arquitectura popular portuguesa tornaram-se fundamentais para a documentação do modo de vida rural português como também uma forma de pensamento conjunto sobre a cultura portuguesa. As distintas definições de cultura popular que se registam em cada caso vão de encontro a um sentido comum – a cultura é justificação da identidade nacional e a casa é o espaço físico de reunião familiar.

1.4 O Movimento Moderno

No final do século XIX e início do século XX surgiu uma nova linguagem arquitectónica adaptada às exigências da época através da qual o conceito da ‘forma segue a função’ estaria em voga. Criticando a arquitectura de regime defendida pelo Estado Novo – a partir da década de 40 -, o movimento moderno pretendia criar uma ruptura com o passado, da ideia ornamental da arquitectura. Com a introdução de novos materiais e técnicas construtivas, na era da máquina a arquitectura ganhou novas formas que permitiram a prática dos cinco princípios da arquitectura²⁷ definidos por Le Corbusier. A ligação com o passado e com o contexto urbano existente bem como as técnicas construtivas tradicionais eram assim desprezados.

Para qualquer tipo de programa, nasciam volumes cúbicos, lineares e simples, sustentados por pilares, cobertura praticável, grandes vãos envidraçados e a organização interna do espaço diferente, principalmente quando se tratava de uma habitação surgindo alguns novos termos como ‘living room’ e ‘open space’. O debate surge em torno do ‘habitar’ aliado a um novo conceito de espaço, admitindo-se que a arquitectura também surgia da forma, do negativo e positivo que gera os volumes e superfícies.²⁸ O espaço detém uma identidade - o lugar, - resultado da vivência e percepção do habitante, que por sua vez movimenta-se no espaço estático, explorando o que seria a quarta dimensão – o tempo.

Ao nível da urbanística também foram formulados novos princípios com a publicação da Carta de Atenas (1933). Defendia que a cidade deveria estar dividida em quatro áreas fundamentais - a Habitação, Trabalho, Lazer e Transporte.

Em Portugal, surgiram grupos de resistência ao policiamento contra o movimento moderno e seus princípios, como o caso do grupo ‘Iniciativas Culturais Arte e Técnica’ (ICAP), em 1946; Keil do Amaral, figura central da revista ‘Arquitectura’ que pretendia criar um diálogo entre a modernidade e arquitectura popular como alternativa à casa portuguesa; ou mesmo no Porto, em 1947 o caso dos ODAM –

²⁷ Tais como o sistema em pilotis que permitiam libertar o pavimento térreo, a fachada e planta livres que possibilitaram a colocação de janelas em banda e, o último ponto, a cobertura-jardim, um espaço de estar privado, ao ar livre no cimo do edifício.

²⁸ TÁVORA, Fernando. “*Da Organização do Espaço*”. 6ª Edição. FAUP. Porto. 2006. Pg.11 e 12.

Organização dos Arquitectos Modernos²⁹ – que promoveu várias acções contra a imposição de um estilo nacional, como o baixo assinado em 1949 ou exposições de arquitectura moderna com projectos de Arménio Losa, Fernando Távora, Viana de Lima, Cassiano Barbosa, Mário Bonito e João Andresen.

Os encontros dos CIAM³⁰, contavam com a participação de vários arquitectos influentes europeus que debatiam as problemáticas da arquitectura europeia. Com início em 1928³¹, tornaram-se num importante contributo para o rumo do debate sobre a habitação em Portugal, principalmente os CIAM X (1956) em Dubronvik. Como resultado deste encontro, nasce a Team X que faz uma revisão dos códigos da arquitectura do Estilo Internacional, propondo como alternativa uma arquitectura contemporânea relacionada com o que a envolve.³² A proposta sugerida neste debate vai de encontro com as ideias publicadas em 1947, no ensaio ‘O Problema da Casa Portuguesa’³³ de Fernando Távora. O arquitecto português participou nos CIAM VIII, em 1951, em Hoddeson, nos CIAM IX, em 1953, e a sua última participação registou-se nos CIAM X.³⁴

No curto ensaio sobre a Casa Portuguesa, Távora lança as bases teóricas que, mais tarde, levaram à revisão da arquitectura moderna em Portugal e que continuaram presentes em todo o seu trabalho. Nas obras dos anos 50, revisita-se novamente a relação entre a ‘forma e função’ como dependentes uma da outra para a produção arquitectónica,³⁵. Le Corbusier, figura importante no que respeita ao Movimento Moderno, vai influenciar a nova geração de arquitectos portugueses através das suas obras, entre elas, o projecto da igreja de Notre-Dame du Haut, em Ronchamp (1950-55).

²⁹ Grupo formado por 34 arquitectos que pretendiam divulgar os princípios em que devia assentar a arquitectura moderna.

³⁰ Congresso Internacional de Arquitectura Moderna.

³¹ Interrompidos pela Segunda Guerra Mundial e retomados em 1947.

³² CLEMENTINO, Luísa. “*Fernando Távora. De o Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço*”. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra. FCTUC. 2013. Pg. 13

³³ Original de 1945 na revista ‘Aléo’.

³⁴ CLEMENTINO, Luísa. “*Fernando Távora. De o Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço*”. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra. FCTUC. 2013. Pg. 13

³⁵ SOLÁ-MORALES, Ignasi. “*Diferencias: topografía de la arquitectura contemporânea*.” 1995. Pg.17



9.

9. Le Corbusier. Igreja de Notre-Dame du Haut, Ronchamp. (1950-55).

FIGUEIREDO, Ricardo. “Do Porto e Não Só. Nos 50 anos da publicação de ‘Arquitectura Popular em Portugal’”. Março de 2011. <http://doportoenaoso.blogspot.pt/>. [Consultado em Maio de 2017]

Ao contrário do que se conhece das suas propostas com um sentido mais racionalista, a igreja apresenta um carácter diferente, escultórico e orgânico na procura da relação com o ambiente natural.

A sua expressividade plástica e conceito arquitectónico criam um grande impacto, principalmente, junto dos arquitectos responsáveis pela realização do ‘Inquérito à Arquitectura Regional’, porque encontram os mesmos aspectos nos sistemas construtivos e formas da arquitectura popular aliados à modernidade, como a utilização do betão aparente em contraste com a utilização de pedra, os muros rugosos pintados de branco, também a espessura das paredes, a geometria fluída sem ‘ângulos rectos’ e a presença da luz como reflexo para o espaço interior, resultam na intimidade pretendida nas igrejas.³⁶

Posto isto, as mudanças em curso sofridas durante este período suscitaram novas questões relacionadas com a arquitectura portuguesa defendida como uma identidade nacional. Tomou-se consciência de que a habitação deveria dar resposta a novos problemas associados ao desenvolvimento da sociedade, ao modo de habitar e às novas formas construtivas. Neste sentido, dá-se uma desmitificação do conceito de casa portuguesa, fundamentado pelo estudo e publicação do livro ‘Arquitectura Popular em Portugal’.

³⁶ FIGUEIREDO, Ricardo. “*Do Porto e Não Só. Nos 50 anos da publicação de ‘Arquitectura Popular em Portugal’*”. Março de 2011. <http://doportoenaoso.blogspot.pt/>. [Consultado em Maio de 2017]

1.5 A Arquitectura Popular em Portugal

Em 1948, a crítica contra o regime ganha mais relevo com o Sindicato Nacional de Architectos no primeiro Congresso Nacional de Arquitectura, onde os architectos modernos defendem os seus ideais e salientam a necessidade de revisão dos conceitos de tradição e criticando o concurso da ‘Aldeia Mais Portuguesa de Portugal’ que remetia para o primitivo e estagnação. Entra-se numa época de deliberação e mediação entre o modernismo e a casa portuguesa. Keil de Amaral e Fernando Távora sentiram a necessidade de um levantamento mais detalhado sobre a arquitectura popular fazendo apelos nas suas publicações – na revista ‘Arquitectura’ e no ‘Problema da Casa Portuguesa’. Dez anos após a publicação de Fernando Távora, em 1955, foi conseguido apoio financeiro do governo sendo possível a realização do novo inquérito, tendo como coordenador Keil do Amaral³⁷.

*“Ao Sindicato Nacional dos Architectos (SNA) coube levar a cabo esta tarefa, nos cinco anos decorridos entre 1955 e 1960. Quando, em 1949, pela primeira vez se pensou na urgente necessidade de um inquérito desta natureza, a direcção do Sindicato, (...) fez uma tentativa junto do Instituto para a Alta Costura, da qual não se obtiveram resultados. Seis anos volvidos, dirigiu-se o Sindicato ao Ministro das Obras Públicas, engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira, que desde logo compreendeu o alcance da iniciativa e a acolheu com todo o entusiasmo (...).”*³⁸

Após a decisão, formaram-se equipas técnica que partiram para a descoberta a fundo do território e da sua história, identificando os aspectos que marcaram a cultura arquitectónica portuguesa ao longo de vários séculos de modo a contestar a ideia de uma casa portuguesa de ‘estilização’ nacional. Como resultado, o inquérito é dividido em seis zonas³⁹ – Minho, Douro Litoral e Beira Litoral; Trás-os-Montes e Alto Douro; Beiras; Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral; Alentejo e, por fim, Algarve e Alentejo

³⁷ LEAL, João. “*Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.*” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. pg. 169

³⁸ Prefácio da 1ª edição da “*Arquitectura Popular em Portugal*” pela direcção do SNA em 1961. Retirado da 4ª edição. Lisboa. Ordem dos Architectos. 2004.

³⁹ As equipas “*percorreram em três meses um total de cinquenta mil quilómetros (...) fizeram cerca de dez mil fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas...*” TOSTÕES, Ana. “*Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50.*” FAUP. Porto. 1997. Pg. 161

Litoral. A cada zona era atribuído um grupo de três arquitectos, sendo necessário um chefe de equipa, mais experiente acabando por ficar Fernando Távora, Rui Pimentel e António Meneres com a zona 1 do Minho, Douro Litoral e Beira Litoral.

O levantamento proposto por Keil do Amaral consistia em recolher informação acerca da estrutura urbana, métodos e técnicas construtivas, condicionantes geográficas, climatéricas, económicas e sociais sobre a arquitectura e aglomerados, hábitos e costumes da população, tudo o que influenciasse a arquitectura, sendo cada equipa livre na escolha dos critérios de abordagem.

O objectivo seria uma revisão à arquitectura popular de forma a retirar daí lições importantes para a ‘nova arquitectura’, ou seja, olhar de outra forma para a ideia de casa portuguesa, não pelo seu ornamento, mas pela sua funcionalidade e modo de construção. Como resultado foi possível revelar que existe uma grande diversidade na arquitectura portuguesa não se limitando apenas aos motivos decorativos como beirais, cornijas e alpendres.

Numa fase posterior ao trabalho de campo, seguiu-se um ano de análise e organização dos materiais recolhidos e em 1961, foram então divulgados os dois volumes da ‘Arquitectura Popular em Portugal’⁴⁰, onde a apresentação é feita com base nalguns critérios como uma abordagem geográfica e histórica da região em questão e caracterização da estrutura de povoamento, modo de vida e os tipos arquitectónicos mais recorrentes⁴¹.

Com os arquitectos do Porto o inquérito ganha mais ênfase e perdura⁴², principalmente com Fernando Távora que “*o espírito do Inquérito encarna de modo mais consistente.*”⁴³

Na fase posterior à publicação do inquérito dá-se então uma multiplicação de projectos onde a arquitectura vernacular e erudita se fundem – como o caso de Teotónio Pereira e Nuno Portas, na Casa Dr. Barata em Vila Viçosa (1958-62), entre muitos outros.

⁴⁰ Resultado do ‘Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa’.

⁴¹ AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. “*Arquitectura Popular em Portugal.*” 4ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2004.

⁴² Como é exemplo Luís Cunha, Germano de Castro e José Forjaz, ou alguns arquitectos formados pela ESBAP como o caso de Sérgio Fernandez que propõe uma acção de recuperação do edificado rural para uma Casa do Povo.

⁴³ LEAL, João. “*Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.*” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. Pg. 189



10.

10. Capa do Jornal “O primeiro de Janeiro”

FIGUEIREDO, Ricardo. “Do Porto e Não Só. Nos 50 anos da publicação de ‘Arquitectura Popular em Portugal’.

Março de 2011. <http://doportoenaoso.blogspot.pt/>. [Consultado em Maio de 2017]

Mais tarde, Álvaro Siza pertencente à última geração de arquitectos modernos atentos à arquitectura vernacular e rural como fonte de inspiração projecta em 1958-65 as Piscinas da Quinta da Conceição ou a Casa de Chá da Boa Nova (1958-63), bem como a Casa Alves Costa (1964-71), entre outras obras influenciadas pelo seu professor, Fernando Távora mas também pelo seu ídolo Alvar Aalto – que se tornou “*ponto e referência e de meditação.*”⁴⁴

Em suma, em todos os períodos da história da arquitectura portuguesa revisitados neste trabalho, houve uma consciência do tema da arquitectura popular, no sentido vernacular e da tradição. Inicialmente, este tema foi entendido como uma tentativa de renovação da identidade e da cultura nacional, uma visão romântica do ‘mito da casa portuguesa’. No entanto, com o Movimento Moderno e após a publicação do inquérito, interverteu-se o modo de olhar para esta arquitectura, que, pela sua diversidade e funcionalidade, traduz-se numa lição e não num modelo que se possa repetir.

João Leal afirma que “*com o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal morre a casa portuguesa*”⁴⁵.

⁴⁴ Álvaro Siza em “*01 Textos*” acerca de Alvar Aalto. Pg.212

⁴⁵ LEAL, João. “*Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.*” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000. Pg. 195



Archdaily. “Clássicos de Arquitectura: Casa de Chá Boa Nova/Álvaro Siza”. Janeiro de 2012. http://www.archdaily.com.br/br/01-20953/classicos-da-arquitetura-casa-de-cha-boa-nova-alvaro-siza/20953_21178 [Consultado em Maio de 2017].

Archdaily. “Clássicos de Arquitectura: Casa de Chá Boa Nova/Álvaro Siza”. Janeiro de 2012. http://www.archdaily.com.br/br/01-20953/classicos-da-arquitetura-casa-de-cha-boa-nova-alvaro-siza/20953_21178 [Consultado em Maio de 2017].

1.6 O Problema da Casa Portuguesa

Em ‘O Problema da Casa Portuguesa’, Fernando Távora apresenta uma visão crítica à ‘falsa arquitectura’ que se generalizou por todo o território salientando que “*Tudo há que refazer começando pelo princípio*”.⁴⁶

Critica também quem acredita num conceito de ‘Casa portuguesa’ e que os ‘caprichos decorativos’ caracterizam a arquitectura tradicional.⁴⁷

Para Fernando Távora, a casa popular seria ‘a mais funcional’ e será essa a lição que devemos reter e transportar para a contemporaneidade. O caminho a seguir deverá ter em conta os princípios de uma arquitectura moderna, adoptando os novos processos construtivos sem perder a ligação com a tradição que detém a identidade portuguesa.

*“A história vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão.”*⁴⁸

Só através do estudo do ‘homem e da terra’ e das suas manifestações arquitectónicas bem como das exemplares obras dos mestres estrangeiros se podia alcançar uma boa arquitectura portuguesa.

Assim, Fernando Távora traduz esta perspectiva na Casa de Ofir (1957-58), em Esposende onde cria um diálogo entre a sua admiração pelo moderno e os valores da tradição arquitectónica, “*todas as manifestações da arquitectura espontânea*”⁴⁹ em Portugal, dando indício da ‘terceira via’.

Mas é com a Escola do Cedro (1958-60) que Távora expõe particularmente uma questão sobre o seu entendimento da arquitectura. Para si, a arquitectura seria “*um acontecimento como tantos outros que preenchem a vida dos homens (...) como qualquer coisa que eu ou qualquer outro homem podemos realizar- melhor ou pior...*”⁵⁰ Aproxima-se deste modo à dimensão humana da arquitectura, reflectindo na simplicidade das formas, na disposição e articulação dos volumes no território, nos

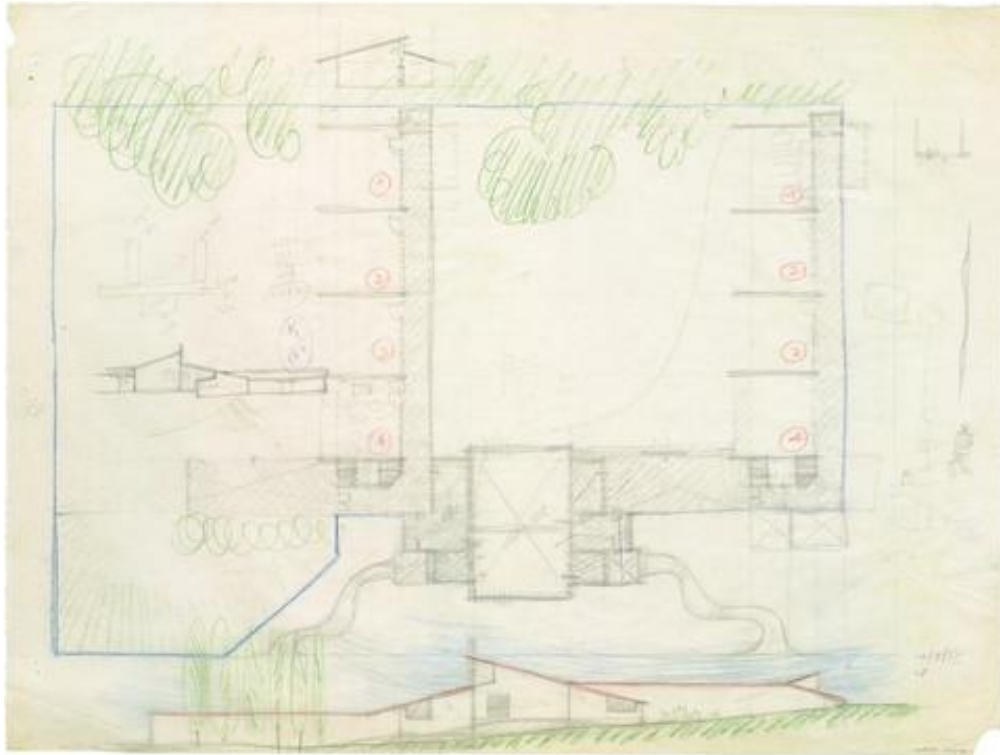
⁴⁶ TÁVORA, Fernando. “*O Problema da Casa Portuguesa*”. Editorial Organizações. Lisboa. 1947. Pg.9

⁴⁷ *Ibid.* Pg.9

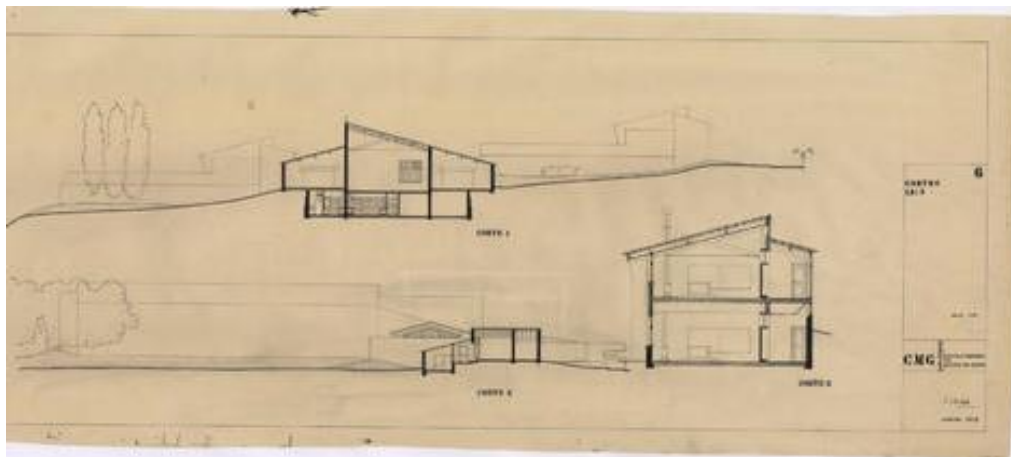
⁴⁸ TÁVORA, Fernando. “*O Problema da Casa Portuguesa*”. Editorial Organizações. Lisboa. 1947. Pg.7

⁴⁹ Fernando Távora em TRIGUEIROS, Luiz. “Fernando Távora”. Editorial Blau. Lisboa. 1993. Pg. 80

⁵⁰ Fernando Távora em TRIGUEIROS, Luiz. “Fernando Távora”. Editorial Blau. Lisboa. 1993. Pg. 86 e 90



13.



14.

13. Fernando Távora. Escola Primária do Cedro.

Fundação Marques da Silva. "Escola Primária da Quinta do Cedro."

<https://arquivoatom.up.pt/index.php/escola-primaria-da-quinta-do-cedro> [Consultado em Maio 2017]

14. Fernando Távora. Cortes Escola Primária do Cedro.

Fundação Marques da Silva. "Escola Primária da Quinta do Cedro."

<https://arquivoatom.up.pt/index.php/escola-primaria-da-quinta-do-cedro> [Consultado em Maio 2017]

materiais e sistemas construtivos utilizados e na clareza da organização funcional, conseguindo um diálogo do edifício com o tempo e espaço. Fernando Távora reconhecia o espaço como sendo contínuo e irreversível, por isso, depois de qualquer construção, essas formas serão condicionantes de outras formas posteriores. Da organização do espaço seria então resultante “(...) *em primeiro lugar, a importância de que as formas se revestem na vida dos homens e em segundo lugar, e como consequência, a responsabilidade que assume cada homem ao organizar o espaço que o cerca.*”⁵¹ Para Távora, a obra deve neste sentido, resultar da perfeita relação e integração de todos os elementos que fazem parte da sua construção - uns externos ao arquitecto e outros próprios da sua identidade. O Mercado de Vila da Feira (1953-59) e o Pavilhão de Ténis de Matosinhos (1956-58) são mais alguns exemplos do génio criativo deste arquitecto, onde a tradição e modernidade fazem parte do mesmo contexto.⁵²

⁵¹ TÁVORA, Fernando. “*Da Organização do Espaço*”. 6ª Edição. FAUP. Porto. 2006. Pg.24

⁵² SIZA, Álvaro. “*01 Textos. Álvaro Siza.*” Edição de Carlos Campos Morais. Civilização Editora. 2009. Pg. 35

1.7 Arquitectura sem arquitectos

Segundo Paul Oliver⁵³ a designação de vernacular na arquitectura representa a ‘linguagem do povo’ – *vern* seria povo e *cular*, linguagem – e a palavra no seu conjunto designava edifícios construídos pelo povo e para o povo. Em Portugal, esta designação é mais diversificada, sendo também utilizada a palavra ‘popular’ para nomear este tipo de arquitectura.⁵⁴

Álvaro Domingues, no seu livro ‘Vida no Campo’, faz uma descrição extensa e detalhada do que entende ser vernacular “ ... *relativo aos escravos que nascem na casa, falado espontaneamente, por oposição ao latim; (...) não monumental (a arquitectura vernacular relaciona-se mais com edifícios e usos domésticos e vulgares); arquitectura indígena; anónima; sem arquitectos; sem autor; sem pedigree; do primitivo; do passado longínquo; rural; não ocidental (...) quase imutável, (...) vernacular denomina o que não é universal como a ciência; não sendo da cultura erudita, o vernacular não se enquadra nos seus cânones ou estilos; diferente dos parâmetros universalizantes do moderno (puro, racional, funcional, universal, sem ornamentação; não industrializado (...)) A pertença a um determinado lugar parece ser a única definição consensual de vernacular. Tudo o resto é variável consoante o autor, a época, o contexto, ou o campo científico e cultural a que pertence uma determinada produção científica ou artística.*”⁵⁵

O presente trabalho pretende assim associar-se ao vernacular, ao que é próprio da região e quando aplicado à arquitectura, às construções ligadas à terra, ao modo como o homem interage com o ambiente e o transforma para seu proveito, através dos materiais disponíveis e adaptados aos usos e costumes de cada comunidade.⁵⁶

⁵³ Historiador de arquitectura e investigador ficou conhecido pelos seus estudos sobre a arquitectura vernacular, em particular, pela publicação da ‘Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World’ em 1997 e do ‘World Atlas of Vernacular Architecture’ em 2005. A enciclopédia é composta por três volumes que reúnem pesquisa e estudos sobre a arquitectura vernacular de todo o mundo, provocando um grande impacto no estudo da arquitectura.

⁵⁴ MESTRE, Vítor. “O mito do modelo perfeito da casa popular de origem portuguesa.” Retirado em http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n12/documentos/10_VictorMestre_REV.pdf. [Consultado a 10 de Janeiro de 2016.]

⁵⁵ DOMINGUES, Álvaro. “Vida no Campo”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 197, 235

⁵⁶ BENÉVOLO, Leonardo; ALBERTCH.B. “As origens da arquitectura”. Edições 70, LDA. Lisboa. 2002. Pg. 13

Este cenário de arquitectura produzida pelo povo não se tem verificado tudo devido às profundas alterações no contexto rural que acompanharam a evolução social. A arquitectura popular foi perdendo o carácter vernacular que lhe era comum, alterando-se as pretensões, surgindo novas soluções arquitectónicas diferentes do edificado até então.

Desta forma, a proposta de intervenção integra-se neste contexto - num pequeno núcleo de casas agrícolas que representam a mística e o significado da cultura popular local, mas ao mesmo tempo representam a evolução da sociedade e o seu impacto quer nas habitações já existentes quer nas novas construções e o respectivo desvirtuamento que daí advém. Assim, o estudo da vertente mais anónima e reflectida das construções populares tornou-se alvo de alguma importância neste trabalho.

A relação com o meio natural e aquilo que ele nos fornece é característica comum das construções populares que surgem em zonas onde em tempos seria o mundo rural - não se devendo associar estas edificações apenas aos campos. Ao mesmo tempo, os edifícios de habitação representam a maioria das construções vernaculares devido à necessidade de um abrigo para a família.⁵⁷ Identifica-se assim, uma correspondência entre a arquitectura popular e doméstica, bem como o interesse do homem por este tipo de arquitectura (habitação) reflectindo-se ainda nos tempos actuais. Observada no seu conjunto, resulta de um autor comum - o povo - sendo o reflexo da sociedade onde se insere. Muitas vezes o próprio habitante contribui no processo de construção do seu abrigo, sendo a habitação como uma marca ou identidade.

Este tipo de arquitectura não planeada, construída consoante as possibilidades e necessidades não é um processo de descaracterização, é uma identidade própria que o edifício possui, é a sua história. O construtor popular tenta então responder a algumas questões relacionadas com o modo de construção mais económica e, ao mesmo tempo, duradoura. Utiliza materiais provenientes da região - terra, madeira, pedra, entre outros - inventa sistemas para combater as intempéries e fixa-se em locais estratégicos junto a recursos - água, vegetação, terreno para cultivo.⁵⁸ Esta é uma das principais razões

⁵⁷ Segundo o investigador Paul Oliver, o vernáculo corresponde a 90% das construções mundiais. “*The Vernacular in Twenty-First Century: Theory, Education and Practice*.”, editado por Lindsay Asquith e Marcel Vellinga, 2006.

⁵⁸ ASQUITH, Lindsay. VELLINGA, Marcel. edição “*Vernacular Architecture in the Twenty-First Century - Theory, education and practice*” New York: Taylor & Francis. 2006. Pg.11

pela qual alguns arquitectos propõe esta arquitectura como um modelo a seguir de forma a contribuir para o desenho contemporâneo. Detectam nela um sentido prático e uma coerência técnica e metodológica.

*“ There is much to learn from architecture before it became an expert’s art. The untutored builders in space and time – the protagonists of this show – demonstrate an admirable talent for fitting their buildings into the natural surroundings. (...) The shapes of the houses, sometimes transmitted through a hundred generations, seem eternally valid, like those of their tools. ”*⁵⁹

Apesar deste actual reconhecimento, o estudo sobre a arquitectura popular – o modelo mais representativo do vernáculo – foi durante muito tempo ignorado. O interesse incidia maioritariamente nas obras ‘eruditas’. Só a partir do século XIX, com o processo de industrialização, começavam-se a debater questões relacionadas com a habitação. Apesar do movimento da casa portuguesa e as acções impostas pelo regime do Estado Novo, as políticas de urbanismo e do habitat em Portugal não foram seriamente debatidas nem estudadas.⁶⁰

Em meados do século XX, nos anos sessenta verificaram-se alterações profundas no mundo rural, a acentuada taxa de migração da população levou ao abandono das casas e à sua consequente degradação, particularmente nas regiões mais pobres. Ao mesmo tempo, a concentração da população nas áreas metropolitanas do Porto ou Lisboa, forçou o seu crescimento ao longo do litoral, muitas vezes as pessoas eram obrigadas a morar em bairros de lata, sem condições devido à extrema pobreza. A incapacidade financeira da população do campo sentiu assim a necessidade de migração para as cidades verificando-se uma reduzida actividade construtiva no meio rural. As actividades agrícolas também já não eram suficientes para a subsistência da população. Deste modo, com o governo centrado no investimento das grandes cidades, as zonas rurais ficam esquecidas. Como resultado das revoluções liberais a que sucederam transformações económicas e sociais gerou-se uma profunda crise.

⁵⁹ RUDOLFSKY, Bernard. *“Architecture without Architects. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture.”* 3ª edição, Albuquerque : University of New Mexico, 1995. Pg.7

⁶⁰ PORTAS, Nuno. Prefácio do livro *“Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal.”* Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. pg. 5

A arquitectura popular mudara assim o rumo, ainda nos anos sessenta, começou-se a adoptar novos critérios e modelos construtivos por parte dos mais jovens que regressavam com o intuito de construir a sua casa, rejeitando o que era antigo e com o desejo de afirmar a sua capacidade económica. Este factor juntamente com o desenvolvimento tecnológico levaram à adopção de novas culturas, ideias e modos de vida. Foram-se assim introduzindo novos materiais, novas formas e princípios arquitectónicos, esquecendo-se o significado da casa como perene, espaço de união familiar e como estrutura baseada na exploração agrícola. Os migrantes associavam agora a sua casa rural à pobreza e desconforto que os levaram a sair. Ficaram assim sujeitos a novos hábitos culturais, afastando-se da realidade e do lugar que outrora abandonaram. Manifestam assim a vontade de construir uma casa e afirmar as novas ideias na terra das suas raízes, apesar de ainda apresentarem alguns componentes desta arquitectura que querem rejeitar.

O modo de olhar para a arquitectura alterou-se, adquirem agora uma consciência das diferenças contextuais passando a construir uma relação consciente e progressiva com a arquitectura - que dantes era espontânea - e procurando voltar a enraizar-se num lugar a que pertenceram, mas que se sentem deslocados. As casas de férias começaram então a disseminar-se pelo território das construções rurais, distinguindo-se dos tradicionais exemplos de arquitectura popular - sem qualquer relação com a envolvente e com os modelos alheios à cultura local.

Uma vez fixado no meio rural, esta arquitectura e este novo gosto cultural expandem-se, mais tarde, para o meio urbano e suburbano. Para a população comum, esta arquitectura representa um tipo de construção popular, de carácter tradicional, mas com ‘traços da modernidade’. A substituição do granito pelos novos materiais produzidos industrialmente era outra constante, que acabava por se tornar uma opção mais económica e permitia a flexibilidade de proporções e configurações. As técnicas construtivas desligadas da cultura passada bem como a aplicação exterior de novos materiais levaram à descontextualização e fractura da imagem do conjunto.⁶¹

⁶¹ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995.



15.

15. Exemplo de uma ‘casa de sonhos’.

LEITE, Carolina. RAPOSO, IsabeL VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 200

1.7.1 A ‘casa dos sonhos’

O modelo da ‘casa dos emigrantes’⁶² – mais recorrente no Norte do país - entende-se como o resultado de uma arquitectura com problemas de identidade. Tal como os proprietários, a casa tem dificuldades em reconhecer o lugar a que pertence ocorrendo uma mistura de influências por parte dos agentes intervenientes como pelo proprietário, resultando daí vários cenários dicotómicos – “o rural/urbano, tradicional/moderno ou artesanal/ industrial”.⁶³ A casa do emigrante sugere o poder económico pela qualidade da construção e uso dos materiais. É o resultado das diversas influências e dos diferentes contextos vividos pelo proprietário mas também do próprio processo de construção em que estão envolvidos vários intervenientes⁶⁴ – sendo raro o contributo de um arquitecto⁶⁵ - provocando muitas vezes uma divergência entre o pedido – a casa de sonho - e o produto final. Como refere Álvaro Siza, ‘*o projecto é um personagem com muitos autores*’⁶⁶, desta forma é redundante dizer que esta arquitectura é resultado do ‘mau gosto’ mas sim do seu processo construtivo onde são tomadas decisões muitas vezes contraditórias.⁶⁷ Por isso, as casas dos emigrantes “*devem ser incluídas na categoria de novas arquitecturas populares.*”⁶⁸

A planta apresenta o esquema usual com a fachada virada para o caminho ou para o eido e a varanda é mais fechada e protegida. Nos extremos a escada e o quarto mais pequeno e dentro, o quarto grande e a cozinha.

⁶² Tanto o modelo dos ‘brasileiros’ da segunda metade do século XIX e início do XX, dos ‘americanos’, nas últimas décadas e dos ‘franceses’ mais tarde.

⁶³ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. pg. 201

⁶⁴ “*Em cada casa, as influências do estrangeiro são diversas. A casa do emigrante é um produto nacional e as referências exteriores são, muitas vezes, isoladas ou mesmo inexistentes. (...) A influência do estrangeiro nunca é total. Mesmo nos casos mais puros, a justaposição de elementos é uma constante...*”

LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 168 e 169

⁶⁵ “*Até há cerca de 50 anos, em Portugal todas as obras de alguma importância eram projectadas por arquitectos, enquanto que obras de categoria mais modesta, ou rústicas, se executavam por gentes prática, obedecendo sempre às tradições regionais.*” Raúl Lino em “A NOSSA CASA. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples.” Pg. 14

⁶⁶ SIZA, Álvaro. “*01 Textos. Álvaro Siza.*” Edição de Carlos Campos Morais. Civilização Editora. 2009. Pg. 26

⁶⁷ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. pg. 201

⁶⁸ TEIXEIRA, Manuel C. “*ARQUITECTURAS DO GRANITO. Arquitectura Popular.*” Município Arcos de Valdevez. 2013. Pg. 114



16.



17.

16. Residência de um emigrante em Lebução (anos 80).

Roselyne Villanova, Carolina Leite e Isabel Raposo. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. pg. 26

17. Residência em Moreira de Cónegos (construída em 1984).

Roselyne Villanova, Carolina Leite e Isabel Raposo. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. pg. 122

É possível identificar características comuns, perceptíveis do exterior, neste tipo de habitações como o trabalho da pedra cuidado, o uso da telha de canudo, a redução das dimensões dos vãos, a cobertura protegida pela cornija, e o tratamento das pedras e pilares com capiteis.⁶⁹

A casa do emigrante apresenta, normalmente, duas cozinhas, uma para as tarefas do quotidiano, com o fogão a lenha e onde não se teme sujar, por vezes construída posteriormente em anexo ou no piso térreo. A outra, tal como nos exemplos tradicionais, destina-se apenas para receber visitas ou para cerimónias ou ocasiões especiais. A entrada para a habitação pode então fazer-se pela cozinha, entrada mais utilizada no dia-a-dia e pelo hall que conduz às salas de estar e jantar e aos quartos. A casa de banho é sinónimo de luxo, onde o proprietário investe para melhor conforto e higiene, utilizando o azulejo, mármore e degraus que elevam a banheira. “*É uma marca da ruptura com a miséria das condições de habitação anteriores*”⁷⁰, servindo três quartos. Estes compartimentos, normalmente situados no primeiro andar da construção remetem para as casas rurais tradicionais. Pelo contrário, as divisões da habitação são mais espaçosas e abertas e a sua distribuição é feita através de um o corredor ou vestíbulo. O piso inferior é adaptado a novos usos como a garagem e arrecadação.

A maior parte das casas tem quintal, pomar, horta e terreno para cultivar nas traseiras e na frente da casa surge o jardim que afasta a casa da rua e quanto maior, maior era o sinal de grandiosidade interpretado pelos residentes. A vedação seria então um elemento importante no conjunto, com grande representação e distinto da fachada.

Já a escada exterior que dava acesso ao primeiro piso continuava a ser um elemento visual predominante, mas já se encontrava em mutação, sendo estreitas e o posicionamento não seria relevante. A varanda também persiste tal como as escadas, servindo, muitas vezes como espaço de antecâmara da entrada apesar de perder a importância que era atribuída pelos antigos. Os vãos apresentam-se agora mais largos e em maior número, abrindo a sala para a rua tal como a porta de entrada. A caixilharia varia entre madeira, alumínio ou ferro nas portas do piso térreo.

⁶⁹ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portuga*”. 4.^a edição, Volume 1. Lisboa: 2004. Edição Ordem dos Arquitectos.

⁷⁰ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*”. Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 64

As cores e materiais diversificados é o que sobressaem nestas casas, tal como a importância atribuída às chaminés a partir da década de 80, sendo revestidas por materiais diferentes da fachada e com um remate particular. A cobertura foi substituída por telha industrial cerâmica, Lusa ou Marselha de cor vermelha viva ou de cimento preta. Por vezes apresenta fortes inclinações e águas desencontradas, atravessadas por mansardas. O número de pisos mantém-se o pode aumentar para três – mais frequente no Norte do país, em que o último corresponde aos quartos.

O interior da casa é revestido por mosaico nos pavimentos, de cores claras ou mais do que um tom, as portas e rodapés em madeira e o tecto pintado, em estuque ou tecto falso de madeira tal como nas antigas habitações rurais. Nas salas é, por vezes, realizado um trabalho de estuque de forma circular em torno dos candeeiros centrais para enaltecer o compartimento.

Ao contrário das habitações primitivas, perdeu-se o saber técnico de lidar com os materiais e proporções na composição bem como do que é essencial na arquitectura. Como é o caso do uso da pedra ou de varandas e alpendres sustentados por pilares ou até mesmo superfícies curvas que surgem nas novas construções e que remetem para as mais antigas - como os castros - mesmo não tendo justificação funcional nem construtiva. A casa do emigrantes é caracterizada pela falta de um pensamento sobre a habitação e os modos de habitar devido às influências apresentadas em catálogos, exposições e revistas, muitas vezes transportados do estrangeiro e copiados e à ausências de apoio técnico, ou de estratégias e princípios de construção que orientem o projecto.⁷¹

1.7.2 Desenvolvimento da habitação rural primitiva

Os traços da habitação rural não sofreram grandes alterações até às décadas de 40 e 50 do século XX, contudo, *“nos anos que antecederam a grande vaga de emigrações para a Europa, as condições de vida e de habitação tinham-se degradado e as casas,*

⁷¹ LEITE, Carolina. RAPOSO, IsabeL VILLANOVA, Roselyne. *“Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal “* Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 158

*subdivididas, eram muitas vezes pequenos cubículos onde se abrigava toda a família. De pedra e bem harmoniosas na paisagem, eram desprovidas de todo o conforto e escondiam trágicas misérias.”*⁷²

Neste sentido, a partir da década de 60 assiste-se então a uma acelerada transformação da sociedade rural depois da emigração para a Europa, quer nos modos de vida quer na forma de estar e viver. Com isto, as formas de habitação alteraram-se, não só por parte dos emigrantes, mas também pela população residente. A melhoria das condições de vida no campo traduziu-se na modernização da agricultura, no desenvolvimento de novos postos de trabalho e oportunidades e também na urbanização das aldeias, que foram aumentando, relativamente à ocupação do solo, ao longo das últimas décadas.

A arquitectura popular, é também exemplo de que um edifício nem sempre apresenta um fio condutor, com um projecto como base, sendo recorrente esta situação por toda a história da arquitectura não erudita. Exemplo disso são as edificações anexas das casas dos agricultores, construídas consoante as necessidades e que funcionam como “acrescentos” da habitação, tudo porque preferem modificar a casa existente do que construir desde as fundações.⁷³

Nos últimos tempos, tem-se assistido a uma ‘fusão’ de identidade e estilos arquitectónicos, ao que Gilles Lipovetsky denomina como “*hipermodernidade*”⁷⁴. Uma relação entre de técnicas construtivas recentes, materiais industrializados e formas antigas que dão a ilusão do que seria, na procura do passado.⁷⁵

As habitações são o resultado de vários factores e constrangimentos que traduzem os modos de vida, determinada época e contexto social, formas de construir e pensar. Esta arquitectura pertence “*a uma arquitectura sem tempo*”⁷⁶, onde tudo pode ter várias

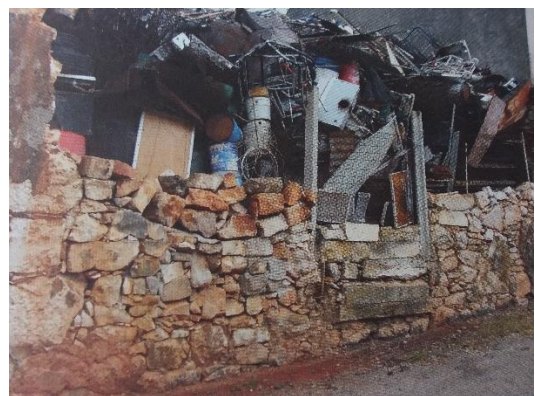
⁷² LEITE, Carolina. RAPOSO, IsabeL VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 159

⁷³ DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 199

⁷⁴ DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 139

⁷⁵ *Ibid.* Pg. 178

⁷⁶ A propósito do *bricoleur* que Levi Strauss denomina “arquitECTURA instável da mente selvagem” Retirado em DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 208



18.

18. Exemplos de variedade da Arquitectura vernacular

DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011.

funções e os “*acrescentos novos dramatizam o que já lá estava*”⁷⁷, dissolvendo o vernáculo. Surgem, assim, variações da arquitectura vernacular/popular, adaptadas e/ou transformadas para novos usos, metamorfoses com uma nova linguagem e combinação de estilos que retiram o significado original – construções “kitadas”, como Álvaro Domingues lhes denomina.

Não existe, portanto, uma definição concreta para o conceito ‘vernacular’ na arquitectura, devido à variedade de soluções que podem surgir numa região. É certo, apenas, a pertença a um determinado lugar, com características e autores distintos, que se opõem à homogeneização e à construção erudita – referente à arquitectura informada, com base nos cânones da história. Actualmente é difícil reconhecer um lugar como estável, com as sucessivas transformações da sociedade, com o desenvolvimento das infraestruturas e com as alterações dos modos de vida, os lugares não são os mesmos e alteram-se também, acompanham a instabilidade da sociedade. Resume-se, assim, o vernacular a uma expressão local, resultado de várias influências em constante mudança.⁷⁸

O caso de estudo é um exemplo de uma arquitectura sem arquitectos, composta por vários acrescentos em que alguns compartimentos alteraram a sua função ao longo do tempo de modo a satisfazer as necessidades. Ao mesmo tempo, o resultado é uma mescla de materiais e técnicas construtivas, que se traduz numa ‘arquitectura sem tempo’, com uma linguagem ‘transgénica’.

As populações evoluem bem como as suas necessidades e meios disponíveis. Só com estas rupturas se torna possível compreender as ligações com o passado e a arquitectura bem como a história é feita de avanços e retrocessos, é preciso errar para saber o que está correcto ou o que é melhor. No entanto, permanecem sempre raízes profundas que ligam com o passado.

⁷⁷ DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 214

⁷⁸ DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 236-248

1.8 A metamorfose da condição rural

O vale do Lima manteve-se uma área ‘rural’ mas cada vez menos assente na produção agrícola, restando da paisagem apenas os campos de cultivo nas zonas mais interiores e da economia, uma pequena percentagem. O sector secundário encontrava-se limitado pela deficiência dos acessos, tendo apenas alguma expressão junto à cidade de Viana do Castelo, assim como os serviços – que só se desenvolveram nos últimos vinte anos. A agricultura entrou em declínio associada a uma regressão demográfica graças à migração e ao envelhecimento da população residente.⁷⁹

O rural representa a cultura e modo de vida enquanto o agrícola representa a economia. Por isso, hoje já não se pode atribuir esses termos para qualquer região do território português porque da economia só apenas 3% do Produto Interno Bruto (PIB) corresponde à agricultura e o que resta dos campos são apenas para auto-consumo.⁸⁰ Acompanhada pelo sucessivo desaparecimento da agricultura enquanto economia, a cultura rural enquanto modo de vida, hábitos, tradições, comportamentos e crenças também se transformaram.

“Rural é um adjetivo que qualifica culturas, visões do mundo, imaginários (...) e, por arrastamento, as gentes e a geografia, o território e as paisagens desses imaginários. Por isso, o rural é uma palavra que funciona como um arrastão. Cabe lá tudo (...).”⁸¹

A coesão interior deste vale ao nível do meio natural contribuiu para o desenvolvimento de uma identidade cultural particular. Sendo uma bacia fechada, confere uma uniformidade e identidade distinta das populações. Só com o progresso das infra-estruturas – depois de anos de atraso e má distribuição - constituídas por dois eixos viários longitudinais paralelos ao rio⁸², foi possível o desenvolvimento centrado

⁷⁹ LIMA, João Gomes de Abreu; CALHEIROS, Maria do Rosário Coutinho; MENDONÇA, Isabel Maria Furtado. “Apontamentos para a recuperação do edificado rural.” Novembro de 2007, Ponte de Lima. Pg. 11

⁸⁰ DOMINGUES, Álvaro. “Vida no Campo”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 82

⁸¹ DOMINGUES, Álvaro. “Vida no Campo”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 121

⁸² IC1 no sentido norte-sul que une Viana do Castelo à Área Metropolitana do Porto e à Galiza e o IC28, longitudinal que liga Viana a todo o interior do Vale do Lima, prolongando-se para Espanha.

da região.⁸³ Portanto a melhoria da infra-estruturação permitiu a circulação de mercadorias, pessoas, energia e informação; e acompanhada desta progressão também a sociedade e modos de vida se transformaram. Assistiu-se, deste modo a uma metamorfose do rural e urbano, formaram-se ‘paisagens transgénicas’⁸⁴ onde todas são uma variedade do urbano apenas com memórias de antigas povoações e gentes.

*“Hoje, os lugares são nós de uma rede complexa de movimentos onde os indivíduos e os grupos de fixam de modos instáveis. (...) Sinal dos tempos: o local já não existe enquanto entidade autónoma, é cada vez mais uma expressão do global e com ele se comunica de muitas maneiras.”*⁸⁵

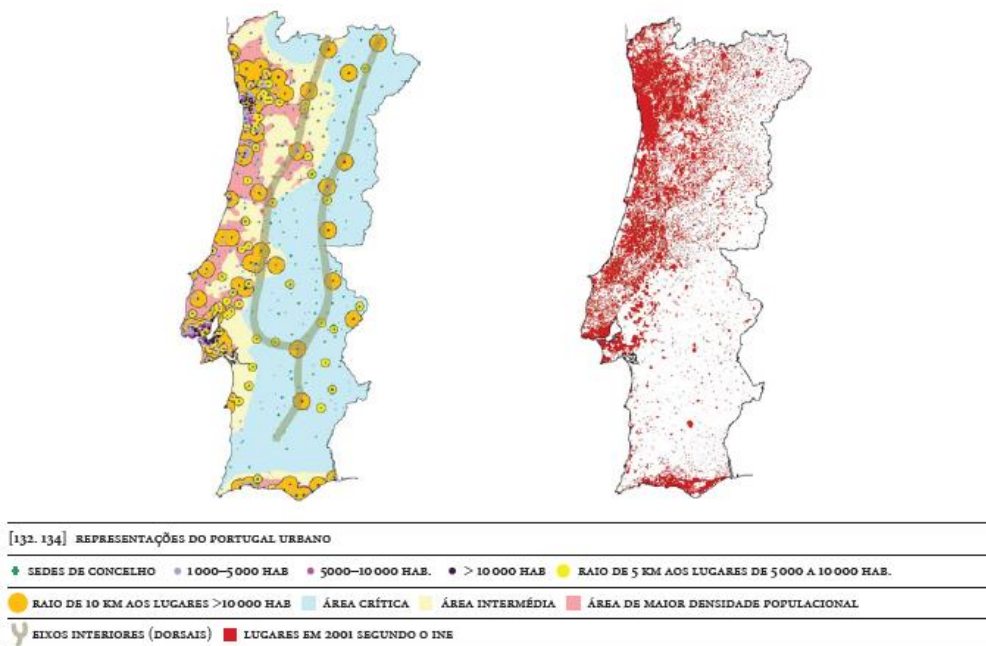
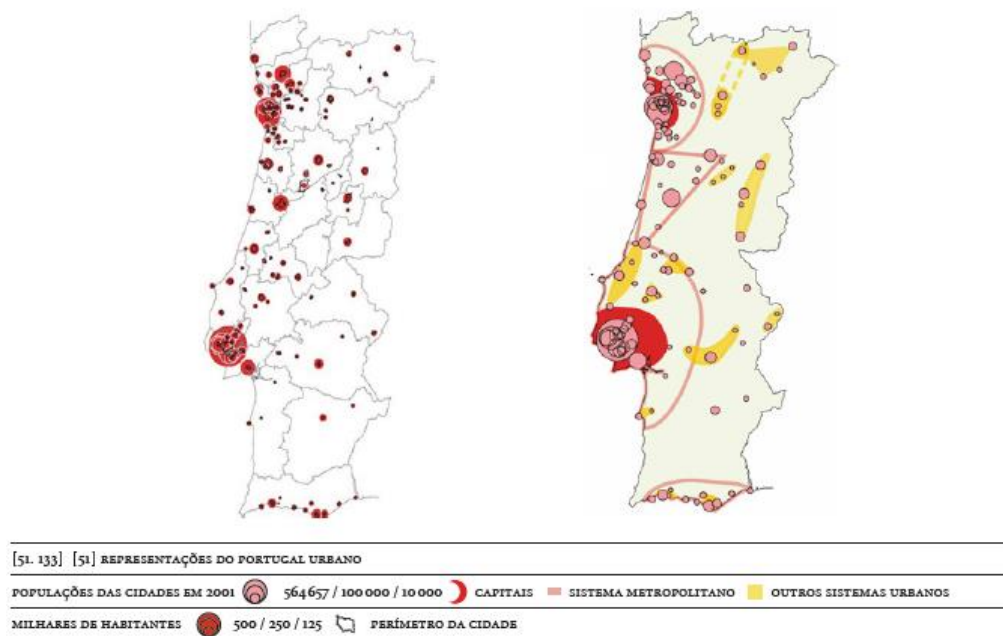
Apesar da periferia de Viana surgir como uma imagem composta maioritariamente por verde a que lhe correspondem as hortas e leiras, não se deve concluir que se trata do ‘campo’ ou de áreas rurais ou agrícolas. As infraestruturas permitem alcançar todos os lugares, os instrumentos e modos de trabalhar são diferentes, as pessoas não dedicam a maior parte do seu tempo a estas actividades e os alimentos são diferentes, sujeitos processos artificiais – estufas, adubos, aviários, etc. A qualidade ambiental desta região sempre foi um dos recursos de maior valor e continua devido à baixa concentração de zonas industriais ou qualquer outro tipo de actividades poluidoras, porém a paisagem não é a mesma, acompanhou a evolução. Quando se dá uma transformação profunda na sociedade, a paisagem sofre com isso, altera-se também porque a paisagem é a imagem e o registo de uma sociedade em constante mudança e só reconhecemos quando há perda.⁸⁶ A dicotomia cidade/campo ou urbano/rural já não devem ser colocadas em prática uma vez que a sociedade está a alterar-se, os modos de vida são distintos, a paisagem transformou-se e as infraestruturas estão em pleno desenvolvimento. A questão está na atitude de negação da população portuguesa face ao desaparecimento do ‘mundo rural’ e no seu abandono e metamorfose.

⁸³ CALHEIROS, Maria do Rosário Coutinho. *“Arquitecturas rurais e critérios de intervenção. Uma experiência no Vale do Lima (2003-2006).”* Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Novembro de 2006. FAUP

⁸⁴ Relativo à metamorfose do mundo rural, por Álvaro Domingues.

⁸⁵ DOMINGUES, Álvaro. *“Vida no Campo”*. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 248 e 251

⁸⁶ DOMINGUES, Álvaro. *“Vida no Campo”*. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 15



19.

19. As transformações do território.

PORTAS, Nuno. “*Políticas Urbanas II. Transformações, regulações e projectos*”. Fundação Calouste Gulbenkian. 1ª. Edição, 2011. Pg.72

*“A incompreensão dessa descaracterização faz-se, habitualmente, acompanhar do rol da perda de supostas autenticidades que, de tanto mitificadas, parecem ter pertencido a um tempo primordial, sem história e sem outro referente que não um passado-mais-que-perfeito. Nesse passado a vida no campo era a imagem do Paraíso e do bom povo sábio, pobre mas honesto, que vivia na sua simplicidade, alegria, em comunhão com a Natureza e oração com os deuses.”*⁸⁷

A conjuntura do mundo rural modificou-se, no entanto, restam por todo o país, heranças deste período passado. Nesse sentido, o objecto de estudo adequa-se a estas condições, uma habitação ‘transgénica’ resultado das várias intervenções através das quais se foi descaracterizando a sua identidade, dificultando a sua compreensão.

Para entender esse passado, é importante estudar a origem da habitação e o seu contexto para se alcançar uma proposta equilibrada e deliberada procurando recuperar a sua autenticidade através de um projecto que responda às exigências actuais, de uma sociedade desenvolvida e urbanizada.

⁸⁷ DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 16

2. A ARQUITECTURA POPULAR NO MINHO

2.1 Enquadramento territorial

“... Porque muito densamente povoada e porque povoada desde sempre - zona rica em construções, que vão desde o espigueiro simples do Lindoso ao solar senhorial da Ribeira Lima, como da nora de Valença à casa urbana do Porto.”⁸⁸

Para Orlando Ribeiro, ‘o estudo da casa é inseparável do das povoações’, por isso é importante uma análise ao tipo de povoado existente no Norte do país e, associado a isso, um breve estudo da geografia e do clima.

Quanto ao relevo, no Norte do país distinguem-se três faixas paralelas ao Oceano – a linha de costa, a dos vales e colinas e, a última que é constituída pelas montanhas mais a leste. A habitação seleccionada para o caso de estudo insere-se num aglomerado rural do vale do Lima - bacia hidrográfica correspondente ao rio Lima que desagua em Viana do Castelo – cidade de caracterização geográfica privilegiada com um grande número de afluentes. O vale apresenta-se perpendicular à costa atlântica, com um solo granítico permeável e revestido por vegetação densa e bem irrigada através da precipitação regular. Profundo e com extensas planícies cultivadas que se vão fechando à medida que se aproximam das áreas montanhosas – desde Santa Luzia ao parque Nacional da Peneda Gerês. O clima sendo tipicamente atlântico - temperado e húmido – apresenta verões relativamente secos e quentes e alguma precipitação e os invernos frios e húmidos com elevados níveis de pluviosidade conforme se aproxima das regiões mais altas.

“...De facto, se a enorme massa líquida do Atlântico funciona como elemento moderador das variações climáticas, a sua presença tem gerado directa ou indirectamente, através do tempo, as acções e formas de expressão das populações

⁸⁸ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “Arquitectura Popular em Portugal”. 4^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 3

(...) conferem um enquadramento climático benigno, tendo em conta o panorama geral da Península e até do País.”⁸⁹

Segundo Orlando Ribeiro no seu livro ‘Opúsculos Geográficos’, as variantes climáticas e condições do solo são importantes factores que determinam o tipo de construções e de uso de materiais disponíveis em cada região como também do tipo de povoamento. Uma habitação no Norte, com solo granítico é diferente de uma no Sul com terreno argiloso, como o regime de propriedade e a dispersão pelo território são diferentes. No entanto, a importância concedida ao clima e relevo leva-nos a esquecer de que os tipos de povoamento não são apenas resultado destes determinantes, mas sim de relações que são definidas por estes importantes factores mas também pelo revestimento vegetal, pela cultura dos cereais dominantes e formas de exploração da terra que se ajustam às regiões de Portugal – Norte atlântico, Norte transmontano e Sul.

O solo retalhado por rios e ribeiros em grande abundância, onde o solo é fértil, leva a que o homem se estabeleça, como princípio, ficando a habitação próxima das terras exploradas.⁹⁰ Orlando Ribeiro refere, ainda, que a dispersão verificada no Minho é subsequente da grande humidade, o que determina culturas e formas de trabalho diferentes, com certa organização social e modos de vida. A casa e a povoação “*moldam-se às necessidades do homem*”.⁹¹ Como se poderá verificar mais à frente, um exemplo dessa adaptação é a eira onde secavam os alimentos, rodeada pelos anexos e pela moradia.

Como resultado da ocupação nos vales, as casas de lavoura distribuem-se de forma dispersa pelo território. Apesar disso, no Minho, uma ‘cidade continuada e fértil’⁹², as habitações eram edificadas muito próximas devido à topografia formando um pequeno povoado, ao contrário das grandes propriedades no sul do país. No entanto as casas ‘*não pegam umas com as outras, antes dão para as propriedades das famílias que as*

⁸⁹ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 6

⁹⁰ MENÉRES, António. “*Arquitecturas Populares. Memórias do Tempo e do Património Construído*.” Arcos de Valdevez. 2013.

⁹¹ RIBEIRO, Orlando. “*Opúsculos Geográficos. IV Volume / o mundo rural*”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 322

⁹² DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 40

habitam’⁹³. Torna-se assim evidente que a população, ao ser mais concentrada, não consegue aumentar as suas propriedades e, por isso, apresenta vários terrenos em pequena escala espalhados pela região, mas sempre perto da sua habitação. O povoamento apresenta, assim, as propriedades de várias dimensões unidas por caminhos vicinais e, junto aos campos ou leiras, situam-se a habitação do proprietário e da sua família e anexos de apoio às actividades agrícolas. O regime de propriedade tem como base o minifúndio, limitado por socalcos e veigas, onde dão origem a povoamentos densos mas dispersos, formando lugares, freguesias e casais.⁹⁴ A freguesia é a entidade administrativa, religiosa e social que une a população na maior parte dos casos.

Neste povoado é difícil identificar onde começa ou termina devido à sua relativa concentração ou dispersão gradual de casas pelo território, os contornos são mal definidos, apresentando-se como um tipo de lugar. Desta forma, a distribuição da população pelo território é dispersa tendo como base o minifúndio – pequena propriedade fragmentada – com culturas tradicionais maioritariamente destinadas ao autoconsumo, ou para comercialização de pequena escala.

*“.... Estamos aqui na presença de um estado de coisas tão antigas que somos tentados a considerá-lo como uma dispersão primária. A alta densidade da população, a maior do país, é também antiga.”*⁹⁵

⁹³ RIBEIRO, Orlando. “*Opúsculos Geográficos. IV Volume / o mundo rural*”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 303

⁹⁴ DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011. Pg. 39

⁹⁵ RIBEIRO, Orlando. “*Opúsculos Geográficos. IV Volume / o mundo rural*”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 290

2.2 A habitação e os materiais construtivos

Habitado há milhares de anos, o Norte do país apresenta muitos vestígios de formações castrejas implantadas nas encostas ou no cimo dos montes – critério para melhor protecção e vigilância - através de traçados simples, plantas das casas redondas ou, em alguns casos, surgem plantas quadradas; sendo baseadas numa organização patriarcal, vivendo da pastorícia e agricultura.

*“As instalações neolíticas, tão desmedidas, esmeradas e complexas, foram realizadas com poucos materiais – terriço, pedras, madeira, palha, argila – empregando, em larga escala, a força muscular humana, com a ajuda de mecanismos simples ...”*⁹⁶

Após a ocupação romana, as populações fixavam-se nas zonas mais baixas do vale e onde nasciam cidades e se dividia o solo em grandes latifúndios, desenvolvendo-se a par disso novas técnicas agrícolas, novas infraestruturas e novas formas construtivas de tradição mediterrânica – a Villa. Como resultado surgiu um novo estilo de vida, novos padrões sociais e políticos que contribuíram para *‘normas, hábitos e formas de expressão mais civilizadas’*⁹⁷.

Mais tarde, no século XVIII, segundo os autores da Zona 1 do ‘Inquérito à Arquitectura Popular’ – onde se enquadra a habitação em estudo -, dá-se uma *‘febre construtiva de extensas proporções’* onde se assiste a uma massiva edificação de diversos tipos de construção - desde o santuário isolado à casa de lavoura.

É fundamental o estudo não só da habitação como também das suas dependências – abrigos para os animais, construções para utensílios agrícolas, produtos, entre outros. Neste caso, entende-se este tipo de habitação como sendo rural da *“gente do campo, trabalhadores, pastores, moleiros, artífices, etc. Ela tem no geral um aspecto típico em determinada região.”*⁹⁸

⁹⁶ BENÉVOLO, Leonardo; ALBERTCH.B. *“As origens da arquitectura”*. Edições 70, LDA. Lisboa. 2002. Pg. 53

⁹⁷ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. *“Arquitectura Popular em Portugal”*. 4^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 10

⁹⁸ RIBEIRO, Orlando. *“Opúsculos Geográficos. IV Volume / o mundo rural”*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 285

O inquérito foi um importante contributo para o estudo dessas ‘obras populares’ que se traduzem nos mais diversos exemplos de arquitectura dispersos pelo território. Assim, este trabalho terá como foco principal as características das habitações no Norte do país concordantes com o caso de estudo.

Como característica geral das habitações nesta região é a associação da casa ao regime de propriedade, ao cultivo da terra e à disposição das vias de comunicação.⁹⁹ A construção das casas é efectuada pelo mestre pedreiro que aconselha e procura chegar a um consenso com o proprietário, procurando a implantação ideal. As casas dispõem-se para o caminho, nascendo a rua, e à porta surge uma escada, interior ou exterior, colocando a residência em contacto com o terreno público. Assim, o acesso para a casa pode ser directo para a rua ou a casa pode recuar nascendo um pequeno terreiro separado por apenas um muro baixo.

A vedação é constituída por um muro de pedra solta de granito que delimita e divide os campos adjacentes à casa e, por vezes, separa a casa da rua - nesse caso o muro de pedra aparelhada ou não, apresenta um remate em pedra. O portão, quando existente, é quase sempre de madeira.¹⁰⁰

Ainda voltados para o caminho ou terreiro estão o coberto ou a fachada da casa mais danificada pelas intempéries, com aberturas de reduzida dimensão correspondentes aos quartos e o portão de acesso ao quinteiro. Apresentam, desta forma, uma implantação inteligente uma vez que o objectivo é proteger das chuvas de Sudoeste e abrir os espaços comuns da habitação para o Sol.

A habitação de um único piso, em conjunto com os anexos formam um pátio ou eido para onde se distribuem todas as portas e a escada que surge como um elemento visual dominante.¹⁰¹ Em geral, são construídas em pedra e sem guardas, ou apenas com um murete de uma lage de granito na vertical que se prolonga quando terminam em varanda. Apenas nas casas senhoriais ou de lavradores ricos as escadas apresentam

⁹⁹ RIBEIRO, Orlando. “*Opúsculos Geográficos. IV Volume | o mundo rural*”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 299

¹⁰⁰ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” “Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 115

¹⁰¹ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portuga*”. 4.^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 49



20.

20. Exemplo de uma Casa de lavoura. Guimarães.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "*Arquitectura Popular em Portuga*". 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 47

guardas de ferro forjado com desenhos simples. Por vezes, encontramos pilares e lintéis de pedra nas varandas que se abrem para o exterior e para o sol, ao contrário da cozinha e quartos, sendo mais encerrados e escuros na procura de privacidade ou pela dificuldade em colocar vãos nas paredes constituídas por blocos de pedra.

São construções simples, de paredes espessas em alvenaria de pedra de granito, aparelhada de diferentes maneiras, geralmente sem esquadria e, muitas vezes, utilizando os blocos de pedra tal como saíam da pedreira ou do local onde se ia construir a habitação – traduzindo-se num processo demorado e através de meios precários.

Segundo Orlando Ribeiro, a casa tradicional *‘usava apenas materiais simples e processos de construção rudimentares, possuindo vincada expressão regional e local’*¹⁰².

A cobertura assimétrica poderia ser de duas, três ou quatro águas, em telha de canudo de tom ocre rosa e assente em madeira – *‘que permitia telhados múltiplos e encurvados, rematados por um ornato no beiral’*.¹⁰³ À exceção das casas rurais mais abastadas que apresentavam uma pequena chaminé, o fumo da lareira *“escoava-se pela telha vã da cobertura”*¹⁰⁴.

Os anexos situados junto às habitações tanto serviam para guardar os utensílios agrícolas como para abrigar os animais. O conjunto das construções, que poderiam situar-se em diferentes cotas, formavam um pátio ou eido que distribui para esses espaços, inclusive para o sequeiro onde se guardavam e expunham ao sol os alimentos recolhidos no campo.¹⁰⁵

¹⁰² TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. *“Arquitectura Popular em Portuga”*. 4.^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 49

¹⁰³ RIBEIRO, Orlando. *“Opúsculos Geográficos. IV Volume | o mundo rural”*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 65

¹⁰⁴ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. *“Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal”*. Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 138

¹⁰⁵ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. *“Arquitectura Popular em Portuga”*. 4.^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 38

A baixa pendente das coberturas, por vezes, prolongava-se em ramadas que envolviam a construção e uniam a composição, dando um aspecto ainda mais baixo à casa devido ao hábito de se construir a casa em algum socalco ou acidente do terreno.¹⁰⁶

A casa rural poderia apresentar uma única porta de entrada – que poderia dar para a sala de visitas ou várias entradas e nos casos em que a varanda serve como acesso, distribui então para a sala, cozinha e quartos.

*“A porta principal de acesso à habitação define um espaço de transição entre o exterior e o interior da casa. A importância deste espaço é muitas vezes sublinhado no traçado da porta ou através da concepção de uma antecâmara, acolhimento do visitante e resguardo do sol, chuva e vento. Nas casas rurais, a entrada, muitas vezes uma porta baixa, era marcada pela linha da escada exterior de acesso ao piso habitacional ou, ainda, pelo espaço da varanda, normalmente resguardado e cumprindo as funções de antecâmara.”*¹⁰⁷

A sala de jantar apenas seria utilizada em dias de festa sendo a cozinha a divisão principal da habitação, onde se situava a lareira que seria sinónimo de reunião familiar. Muitas vezes, situava-se a meia altura do pé-direito das lojas, formadas pelo lagar, a tulha, a salgadeira, os utensílios agrícolas e a corte dos animais. Estes compartimentos estavam dispostos por baixo da casa ou em construções anexas, sendo mais frequente a localização da corte dos animais por baixo dos quartos para gerar calor e aquecer os quartos,¹⁰⁸ uma medida inteligente e económica.

Relativamente aos quartos, de reduzidas dimensões, apenas se destinavam a cumprir uma função, dormir e por isso, apenas permitia a colocação da cama. Em algumas situações, não apresentavam janelas e abriam-se para a sala. Já as casas de banho ou retretes existentes nas casas dos lavradores pobres e sem condições foram sendo integradas nas habitações, no pátio exterior.¹⁰⁹

¹⁰⁶ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. *“Arquitectura Popular em Portuga”*. 4.^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 38

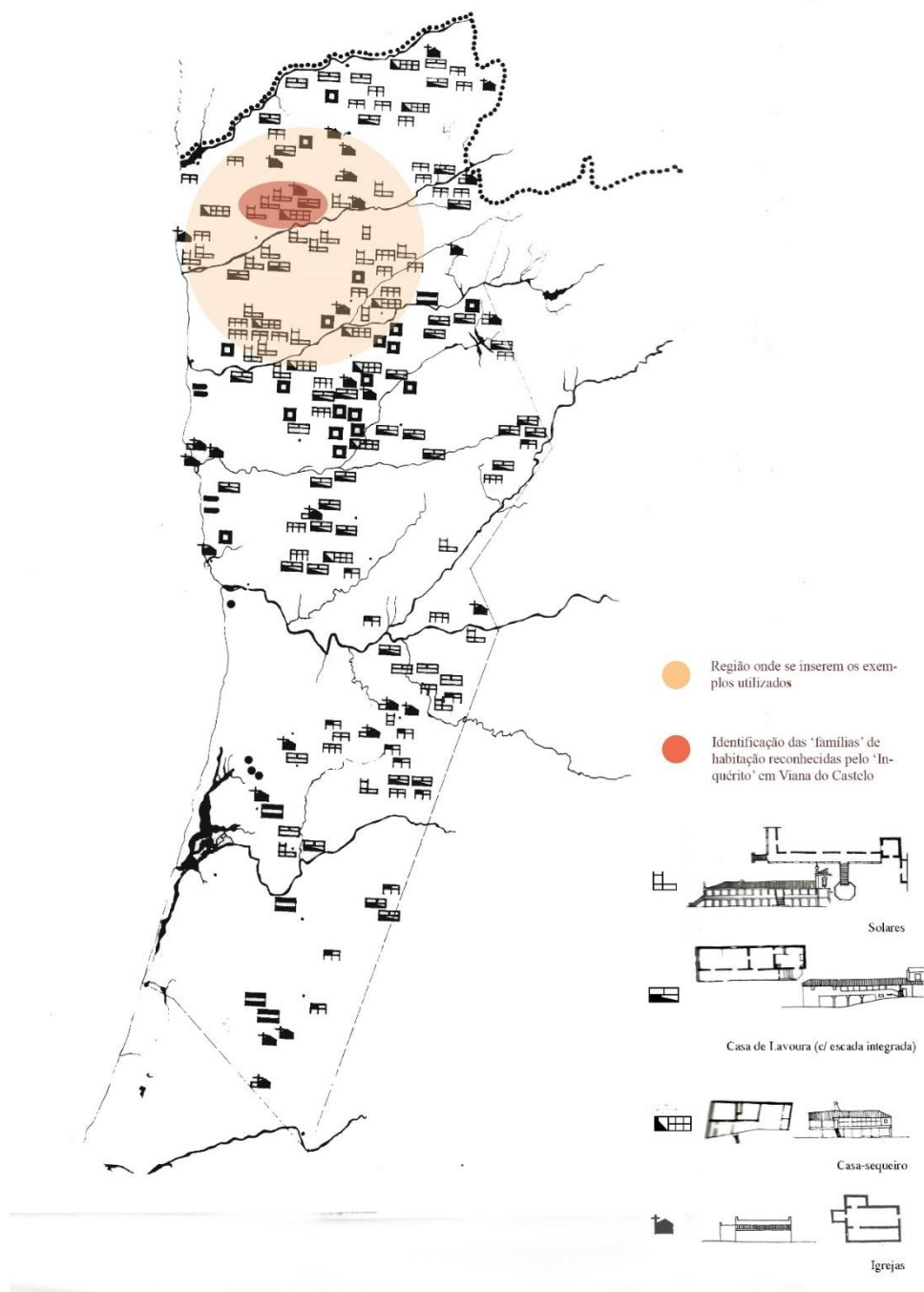
¹⁰⁷ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. *“Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal”* “Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 130

¹⁰⁸ Testemunho por parte da proprietária e várias pessoas da freguesia de Perre, onde se encontra a habitação em estudo.

¹⁰⁹ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. *“Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal”* “Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 154

O pavimento interior era constituído por soalho e o tecto também seria em madeira tal como as caixilharias. “*Por vezes, um alçapão permite a comunicação entre o piso térreo e a habitação.*”¹¹⁰ Estas características descritas são comuns a muitas habitações apesar de existirem sempre variantes dependendo da região e também do poder económico do proprietário – que por vezes, construía uma capela junto à casa.

¹¹⁰ LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 141



21.

21. Mapa tipológico, identificação da região de Viana do Castelo

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. *"Arquitectura Popular em Portugal"*. 4^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 118

2.3 As variantes das habitações rurais no Minho

A descrição sobre a arquitectura popular, no que se refere ao que é construído pelo homem para o homem, permitiu perceber muitas das constantes deste tipo de arquitectura no Norte do país. Contudo, interessa perceber e estudar casos em particular da região onde a habitação em estudo se insere. Para isso, efectuou-se uma breve análise dos diferentes tipos de habitações apresentados no mapa tipológico¹¹¹ do primeiro volume da ‘Arquitectura Popular em Portugal’. Foram identificadas, essencialmente, três ‘famílias’ de habitação existentes na região de Viana do Castelo, os solares, as casas de lavoura e as casas-sequeiro. Segue-se assim, a análise de exemplos de casas de lavoura com escada integrada e casas-sequeiro, excluindo-se os solares e igrejas por não se enquadrarem no caso de estudo.

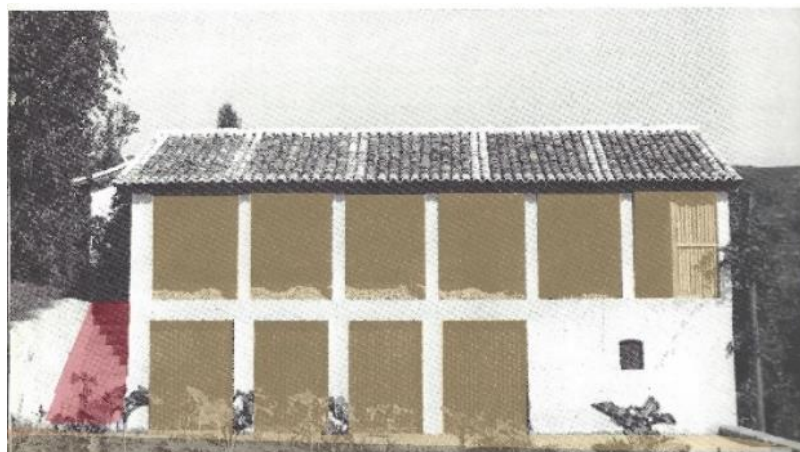
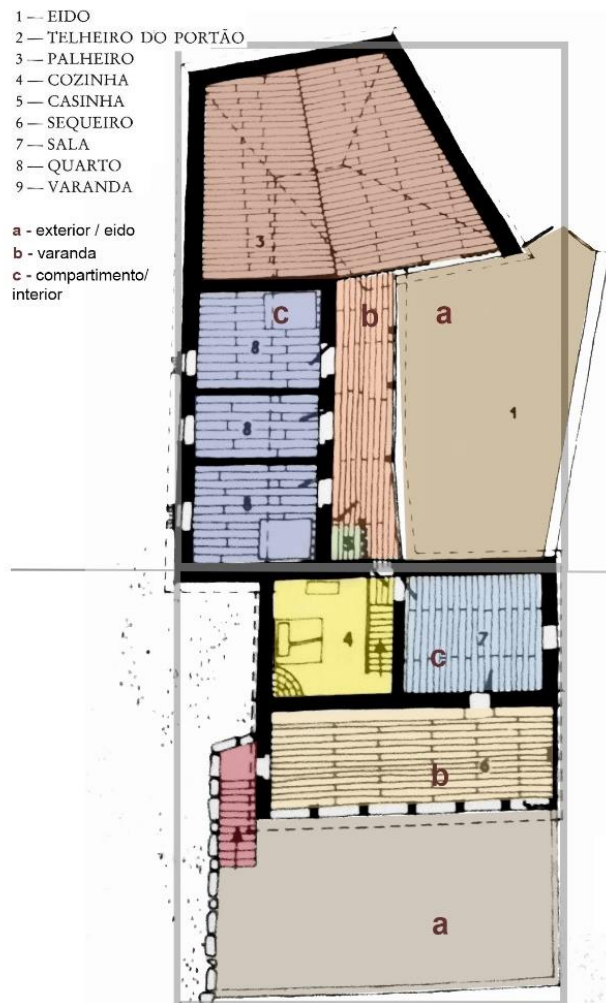
2.1.1 Casas de Lavoura

A casa de lavoura é interpretada como um prolongamento do trabalho e da vida do agricultor que se reflectem na habitação. Quando há falta de espaço, dá-se o aumento da casa através de anexos com as dimensões necessárias, mas sempre com o mesmo esquema de composição. Os exemplos a seguir indicados, extraídos do livro ‘Arquitectura Popular em Portugal’, permitem entender a variedade de soluções existentes e as características que as unem. Apesar do sistema ser comum, é de notar que não existem dois casos iguais, cada caso é único com as suas especificidades que resultaram das condições em que se inserem, da época, do meio e das necessidades.

Interessa para este trabalho reter algumas das características que se vão repetindo a nível programático e de composição de forma a ajudar a perceber e tomar opções para o caso de estudo.

Dos vários exemplos estudados, no geral, verificam-se vários temas comuns como a escada de acesso ao primeiro piso; o telhado assimétrico que se prolonga até à varanda, mais baixo, criando unidade volumétrica à solução; a sabedoria da colocação do sequeiro integrado na habitação e a sua importância na expressão exterior, através da

¹¹¹ Referente à Zona I do Inquérito, página 118.



22.

22. Anta S. Paio, Guimarães. Casa de lavoura. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado.(sem escala)

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portuga". 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 48

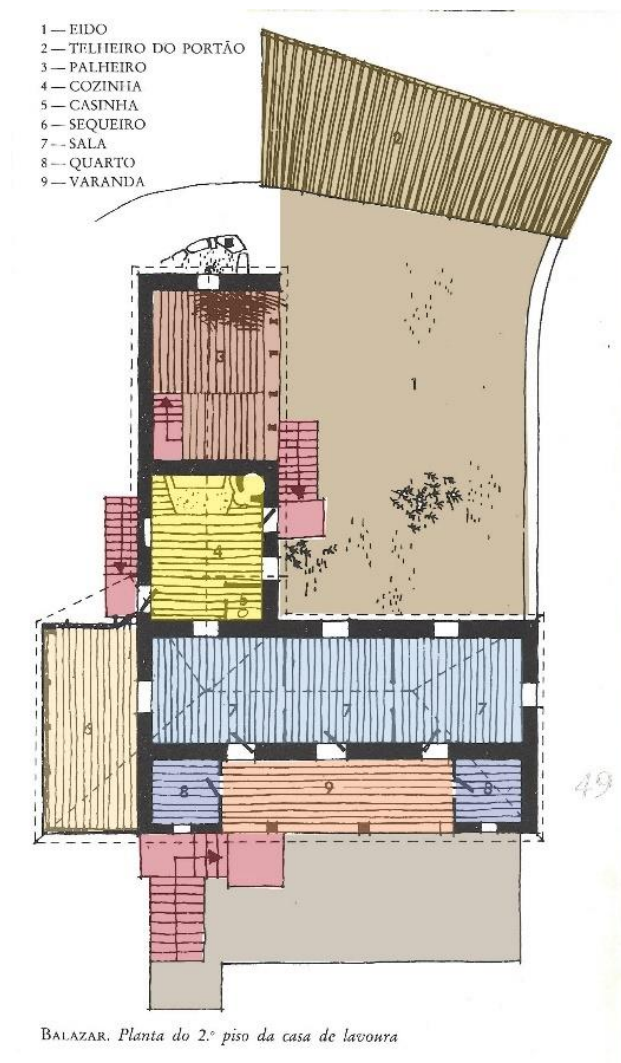
utilização de um material de diferente textura e expressão como a madeira para encerrar os espaços que contrasta com a pedra emparelhada ou o branco da cal.

Verifica-se também a divisão por piso entre os espaços de habitar e os espaços de trabalho/abrigo. Em todos os exemplos a moradia situada no primeiro piso, divide-se em três compartimentos essenciais – a cozinha com a lareira, presente em todos os casos e disposta sempre num dos cantos do compartimento; a sala e, junto à sala, os quartos sempre associados a uma varanda. No piso inferior situam-se os espaços de trabalho como o lagar, a adega, a corte dos animais, a tulha, entre outros compartimentos associados à lavoura e a eira ou eido no exterior.

Mais importante ainda, o esquema da composição da moradia permite perceber que existem três grupos de espaços, o exterior, o de transição e o interior. O núcleo formado pelas paredes em alvenaria de pedra correspondia aos espaços de habitar, onde se passavam menos horas e seriam mais encerrados – interior -, a seguir a esses espaços encontra-se sempre uma varanda voltada para o sol e aberta para o exterior - um espaço de transição - marcada pela presença de estreitos pilares e, quando encerrada, surgem os planos de vidro e caixilharia em madeira. No piso inferior também existe esse espaço voltado para o exterior resultado da varanda no piso superior assente em pilares com uma secção maior que os do primeiro piso. Por fim, existe na maior parte dos casos, uma eira ou eido – exterior - um espaço de trabalho que se prolonga da moradia.

Anta S. Paio, Guimarães. Casa de lavoura

Em Anta S. Paio, Guimarães, a implantação em ‘L’ permite distinguir dois conjuntos de espaços, um mais resguardado que compõe o eido para onde estão voltados os quartos, a varanda e o palheiro; e outro voltado para o exterior constituído pela cozinha, pela sala, pelo sequeiro e pela escada de acesso. Neste exemplo os quartos surgem separados da sala e a cozinha encontra-se num nível mais baixo. As escadas exteriores dão acesso ao sequeiro que funciona como uma transição entre o exterior e



23.

23. Casa de Lavoura, Balazar. Guimarães. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portuga". 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

interior e em frente ao sequeiro existe um espaço exterior de recepção, semelhante ao eido. A composição funciona então a 3 níveis – (a) exterior, (b) transição e (c) interior.

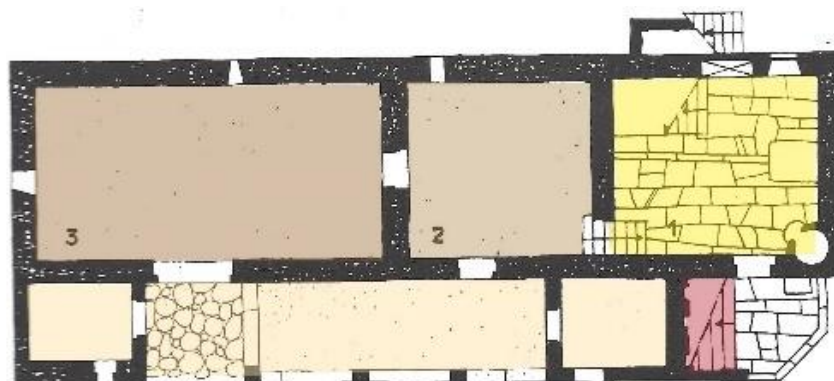
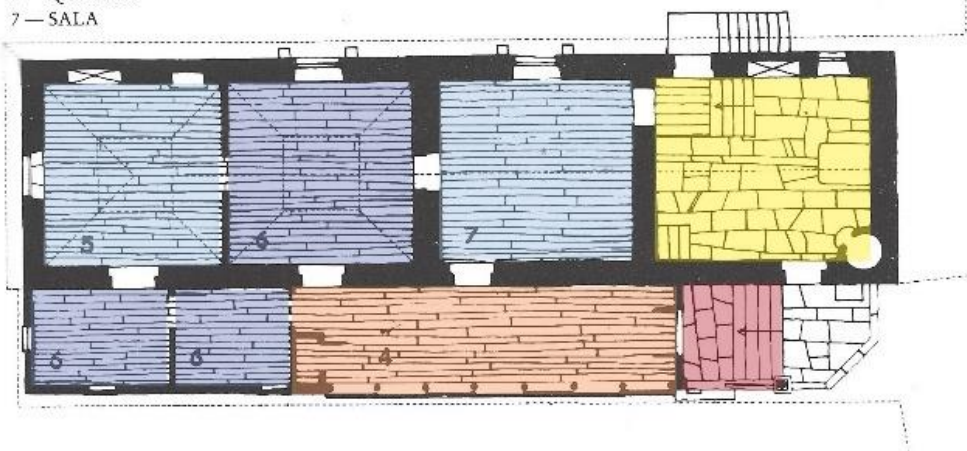
A cobertura em telha assinalada a tracejado na planta é constituída, no primeiro conjunto descrito, por 5 águas e o segundo, mais simples, por duas águas, encontrando-se no eixo horizontal identificado em planta.

Casa de Lavoura, Balazar, Guimarães.

O exemplo da casa de lavoura em Balazar, também em Guimarães, é muito semelhante ao anterior, no entanto, apresenta pequenas variações. A sala, dividida em três compartimentos, e a cozinha encontram-se no centro da habitação, no encontro entre os dois eixos da composição em ‘L’. O sequeiro não está integrado na habitação como a solução anterior, funcionando de forma independente como um acrescento. Nesta solução os dois quartos situam-se junto à sala, nas extremidades da varanda de acesso à habitação. Para aceder à varanda existe uma escada exterior também em ‘L’. A cozinha apresenta três acessos, um pela sala e dois pelas escadas exteriores, umas junto ao sequeiro e outras de acesso ao eido. O eido é rodeado pela habitação e pelo telheiro da entrada afastado da casa. Anexo à cozinha situa-se o palheiro em dois pisos. Em alçado é possível verificar uma semelhança entre todas as soluções correspondente à presença da escada e dos pilares no piso térreo e, também muitas vezes no piso superior, possibilitando a passagem dos animais ou das alfaías agrícolas. A imagem do exterior da habitação permite verificar a diferença de linguagem entre a leveza do alçado principal, pintado de branco e muito aberto devido à presença da varanda e do piso inferior recuado e a fachada do sequeiro, mais encerrada e maciça, com a alvenaria de pedra em vista no piso térreo contrastando com o revestimento em madeira no piso superior.

A cobertura apresenta duas águas sobre o volume da cozinha e do palheiro e 5 águas sobre o volume da sala, quartos, varanda e sequeiro.

- 4 — VARANDA FECHADA
5 — SALA COM ALTAR
6 — QUARTO
7 — SALA



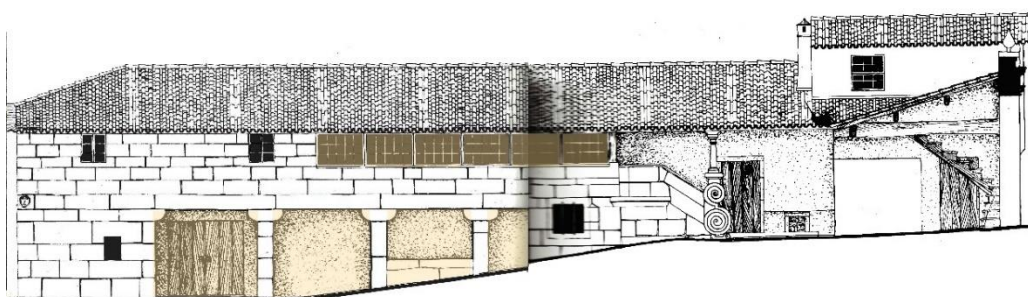
Casa do Ribeiro. Habitação, planta do 1.º piso, esc. 1/200

1.º Piso

- 1 — COZINHA
2 — ADEGA
3 — LAGAR

2.º Piso

- 4 — VARANDA FECHADA
5 — SALA COM ALTAR
6 — QUARTO
7 — SALA



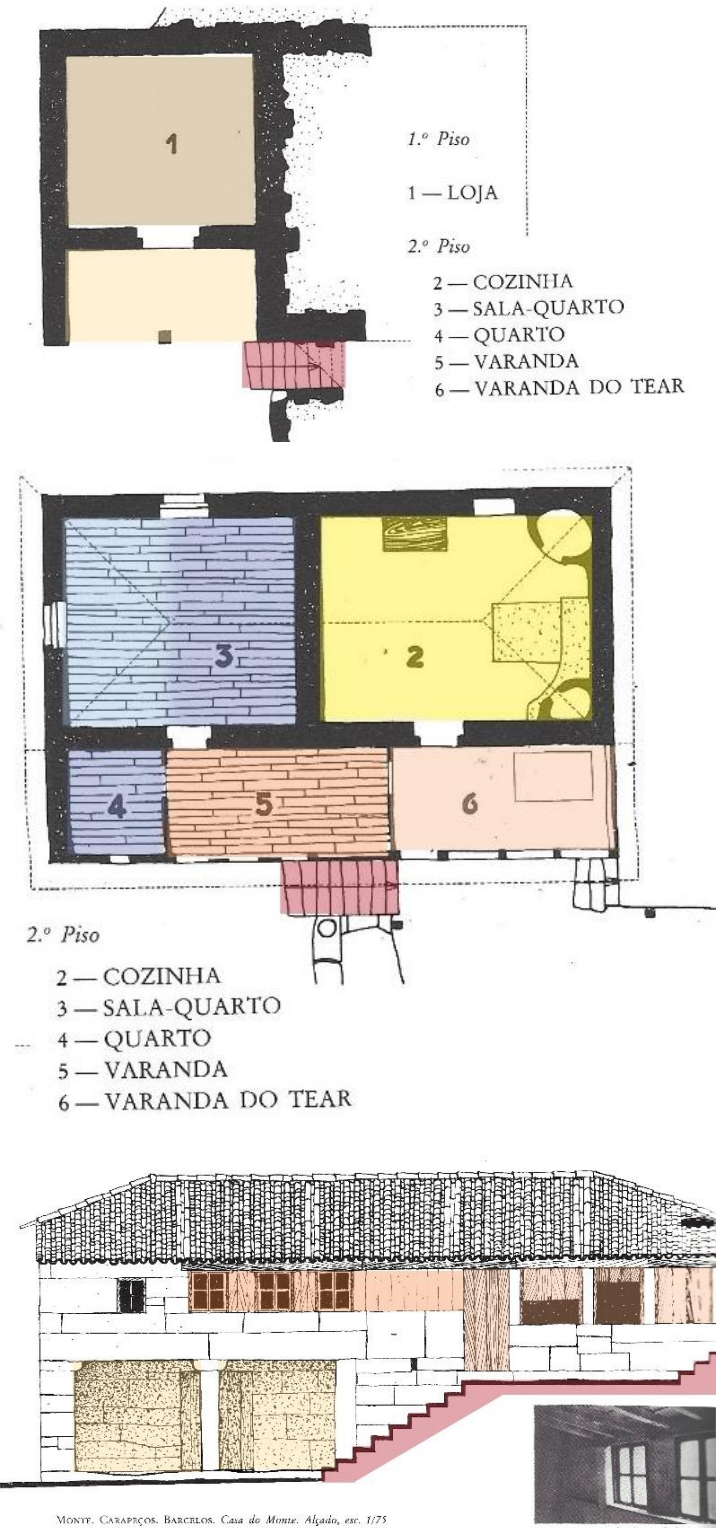
24.

24. Casa do Ribeiro, Escudeiros. Braga. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).
TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portuga". 4a edição,
Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

Casa do Ribeiro, Escudeiros, Braga

A casa do Ribeiro em Escudeiros, Braga, é um modelo intermédio entre as casas de lavoura e os solares sendo constituída por um corpo rectangular alongado dividido longitudinalmente em dois tipos de construção e funções distintos. No piso térreo, as paredes em alvenaria de pedra abrigam as lojas – adega, o lagar e dois compartimentos – semienterradas e com poucas aberturas, enquanto no piso superior, no volume mais maciço se encontram os quartos, a sala e sala com altar. Ainda no mesmo volume, anexa à sala surge a cozinha a meio piso, tirando proveito do declive do terreno e comunicando com a entrada principal.

O volume justaposto é constituído pelos quartos complementares, pela varanda envidraçada e pela escada exterior abrigada situada a eixo do volume. O piso inferior recuado e o superior assente em pilares e capitéis resultam num alçado mais leve na parte inferior e mais encerrado na parte superior. O telhado assimétrico apresenta a cumeeira a eixo do corpo dos quartos descaindo em beirado baixo quando se aproxima da varanda conferindo à volumetria unidade. Aparece neste caso, em alçado, a chaminé esguia e um pouco alta. As proporções da casa, o aparelho regular de grandes pedras com juntas esquadradas e o capricho da escada - característica comum do minhoto - indiciam que seria uma habitação de lavradores rico.



25.

25. Casa do Monte, Carapeços. Barcelos. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portuga". 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

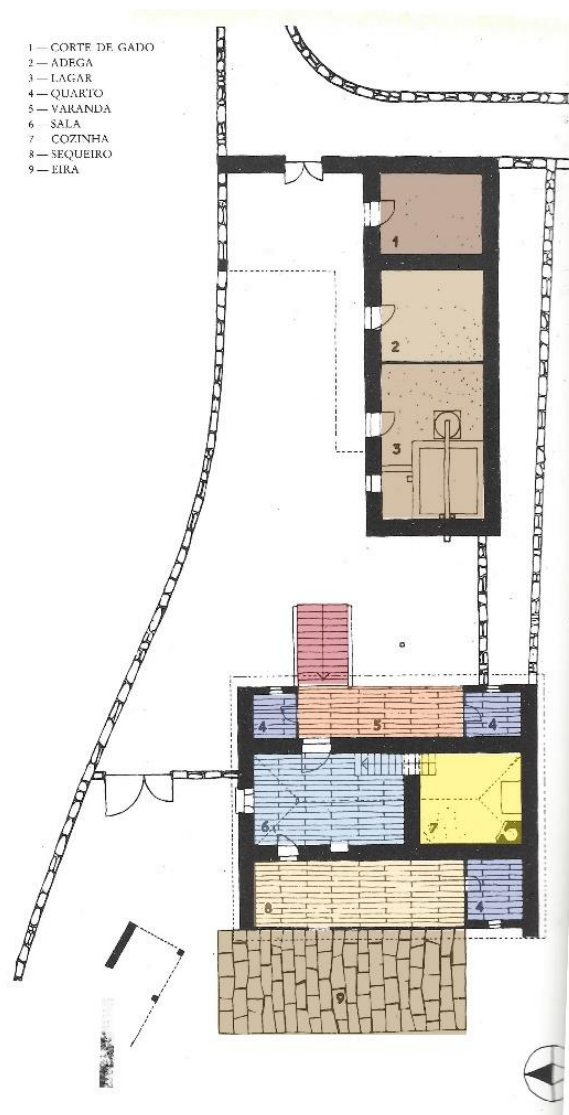
Casa do Monte, Carapeços

A casa do Monte em Carapeços, Barcelos, apresenta muitas semelhanças com a casa do Ribeiro na implantação no terreno, na orientação da casa, na cobertura e também em planta. Tratando-se de uma casa de um caseiro é visível a sua simplicidade e proporções mais humildes, no entanto as características repetem-se. O volume cerrado pelas espessas paredes de pedra apenas com pequenas aberturas pontuais permitem o isolamento e a privacidade da vida doméstica no interior, enquanto a varanda se abre para o exterior, com grandes aberturas e com pilares e lintéis que suportam a parede e assentam nos blocos de pedra aparelhados regularmente com as juntas esquadradas. O telhado repete-se, como na casa do Ribeiro, assimétrico e com beirado baixo na zona da varanda.

No piso inferior insere-se a loja recuada e a escada exterior de acesso ao piso da habitação onde se distribui a sala/quarto e a cozinha no volume maciço, e o quarto do criado e varandas no volume posterior, mais leve e aberto para o exterior. Ao contrário do exemplo anterior, neste caso como a entrada é de nível, a varanda do tear substitui a escada principal de acesso.

2.1.2 Casas sequeiro

As casas sequeiro apresentam-se como uma variante das casas de lavoura que surgindo como anexos da casa ou como parte integrante da habitação - no primeiro piso, - na medida em que quando anexos, é usual ficarem mais elevados sem entrarem em contacto com o pavimento. Devido à grande pluviosidade e humidade, estas construções derivam da necessidade do homem em proteger e abrigar os produtos vindos da terra, complementando a função da eira. Em alguns casos, os sequeiros são vedados através de portadas de madeira fixas entre os pilares nas arestas superiores de modo a possibilitar o fecho em dias de mau tempo. Por vezes, a varanda da casa, quando aberta, serve para o mesmo efeito.



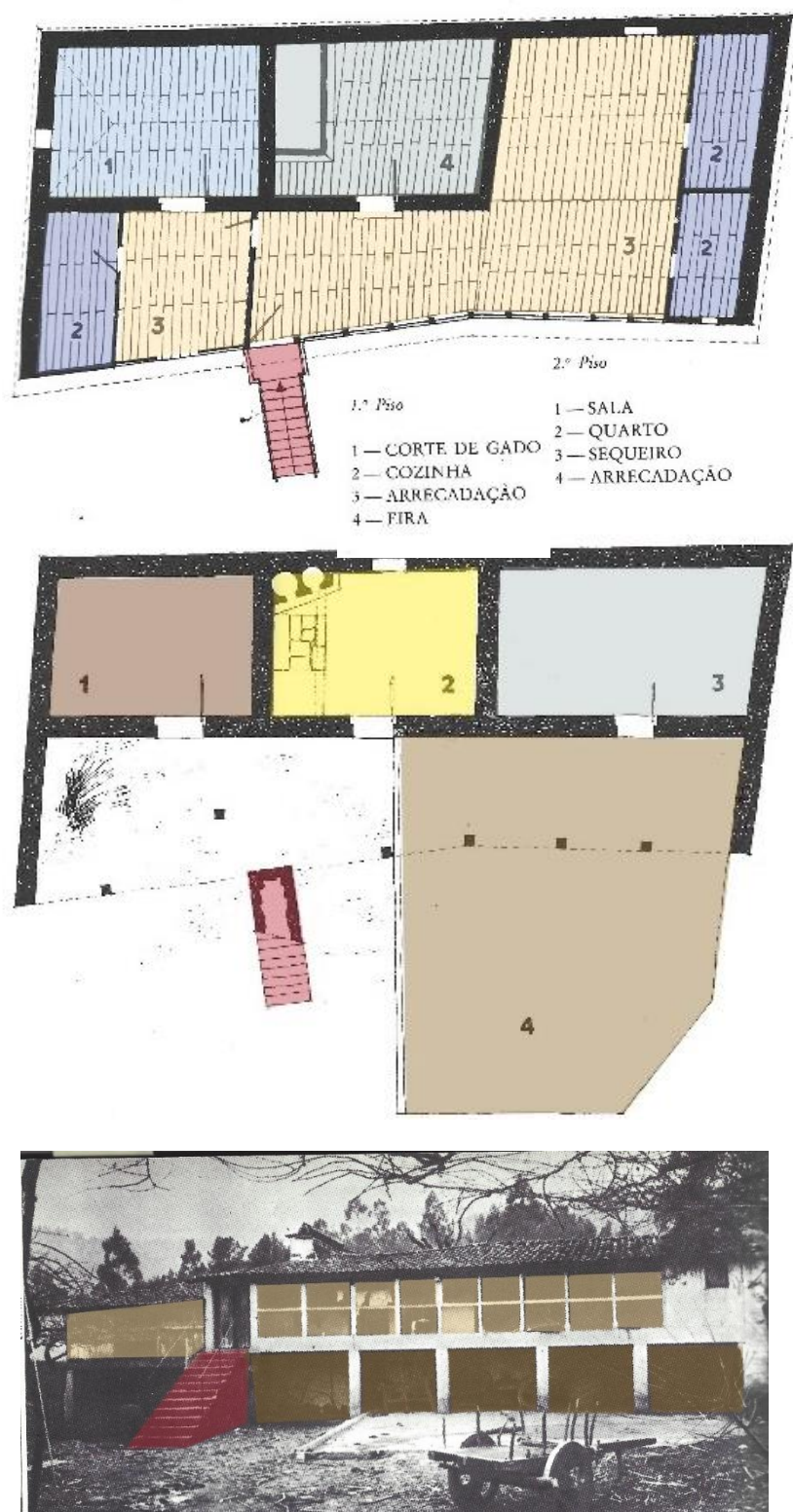
26.

26. Casa Sequeiro, Couvido. S. Martinho de Sande, Guimarães. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portugal". 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

Couvido, S. Martinho de Sande. Guimarães

Em Couvido, S. Martinho de Sande, surge um exemplo em que o sequeiro se funde com a casa em perfeita harmonia e equilíbrio. O sequeiro funciona como um acrescento do lado poente da moradia e, anexo a este, um quarto complementar. Prolongaram-se as paredes laterais da habitação e encerrou-se o volume através de portadas de madeira e o piso inferior fica recuado, como acontece na moradia clássica. A distribuição dos compartimentos no primeiro piso é semelhante aos exemplos anteriores. A cozinha e a sala estão juntas e em frente dispõe-se a varanda com a escada de acesso e os quartos nas extremidades. Próximo da habitação existe um volume anexo, rectangular em planta e com proporção semelhante ao volume da cozinha e sala da moradia. Está dividido em três compartimentos associados ao trabalho de lavoura correspondentes ao lagar, adega e à corte do gado. A espessa parede de pedra da corte do gado prolonga-se até ao muro do terreno delimitando a propriedade e a sua entrada através de um telheiro representado a tracejado na planta correspondente.



27.

27. Casa do Olival. Casa sequeiro, Sobreira. Carapeços, Barcelos.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portuga". 4^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

Casa do Olival. Sobreira, Carapeços, Barcelos. Casa-sequeiro

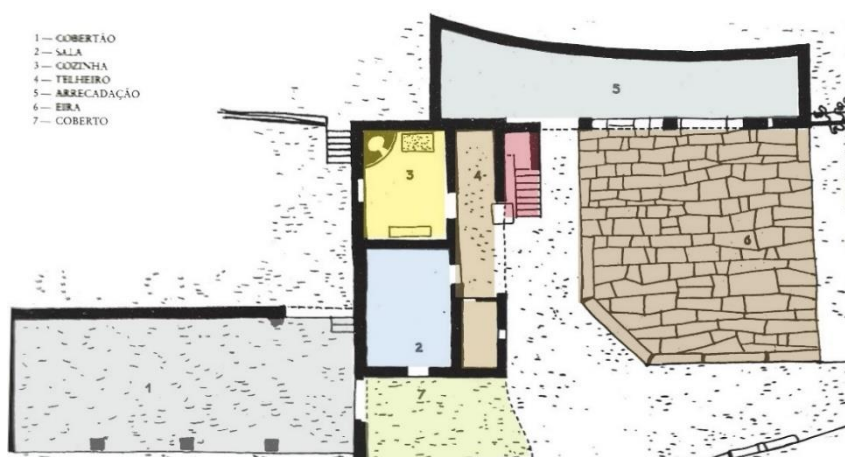
Em Sobreira, Carapeços o sequeiro domina a habitação pela sua dimensão e presença. A distribuição do programa da habitação altera-se um pouco e divide-se em dois pisos, situando-se a cozinha no piso inferior, um pouco isolada, entre a corte do gado e a arrecadação, dispondo-se a eira em frente. Sobre a cozinha existe o pavimento em soalho da sala e não a telha vã por onde escoava o fumo, como acontece nos exemplos vistos até então. Isso implicou a execução de uma chaminé por cima da lareira que atravessa a sala. Junto da sala surgem os quartos e acrescenta-se o sequeiro dividido em dois espaços, onde desagua a escada. O telhado é seguro por prumos de madeira no primeiro piso que contrastam com os pilares em granito do piso inferior colocados com uma sequência diferente e mais espaçada. A verticalidade destes elementos opõe-se à horizontalidade do alçado marcada pela reduzida dimensão dos pés-direitos e pela sua extensão. A composição torna-se ainda menos rígida devido à ligeira quebra do piso superior onde os pilares começam a seguir outro eixo, acabando por não ficar paralelos à parede traseira.

Casa da Gramosa. Sobreira, Carapeços.

O exemplo da Casa da Gramosa, também em Barcelos, inverte a solução dispondo a habitação do caseiro no piso térreo e integrando o sequeiro no piso superior. Os compartimentos de apoio à vida no agro – os cobertos e arrecadação - são colocados junto à casa, como anexo, e não sobre a casa.

A sala/quarto e cozinha continuam como o coração da habitação, a escada também aparece como acesso ao sequeiro e, neste caso, a varanda com o quarto suplementar corresponde ao telheiro no rés-do-chão, por isso, o esquema vai-se repetindo.

Em frente à casa está o eido delimitado pela habitação, pela arrecadação e pelo coberto. Não é possível perceber se existe chaminé, no entanto, segundo o exemplo da casa do Olival, é natural a sua existência uma vez que a cozinha se situa no piso de baixo e o fumo terá de ser evacuado de alguma maneira.



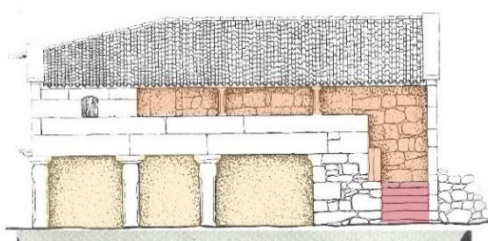
28.



1.º piso
1 — LOJA
2 — COZINHA
3 — SALA
4 — QUARTO
5 — VARANDA



2.º piso
1 — LOJA
2 — COZINHA
3 — SALA
4 — QUARTO
5 — VARANDA



29.

28. Casa da Gramosa. Casa sequeiro, Sobreira. Carapeços, Barcelos.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portugal". 4^a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

29. Habitação no Soajo.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. "Arquitectura Popular em Portugal". 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

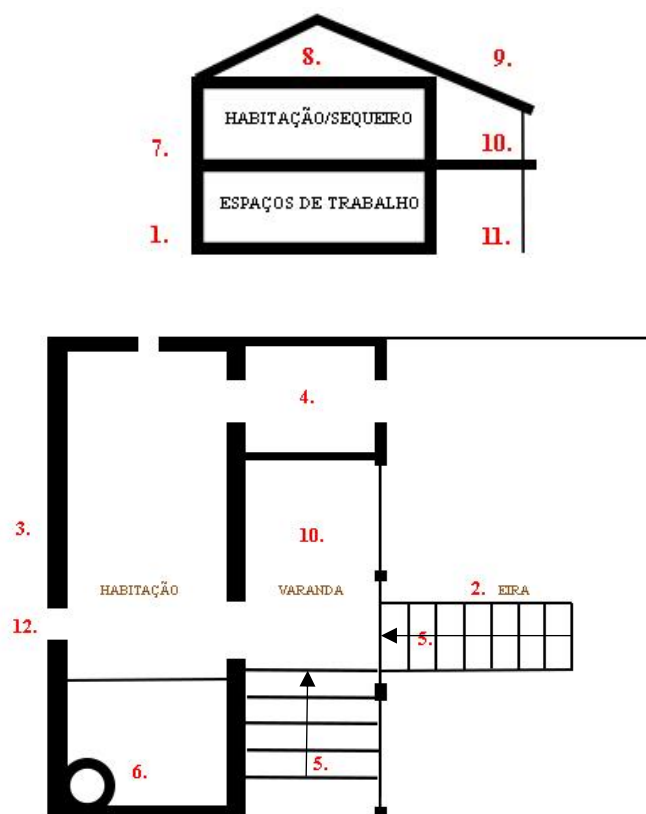
Habitação no Soajo

A habitação no Soajo apresentada serve para demonstrar que mesmo entre casas distantes, situadas em meios diferentes existem semelhanças e o esquema de composição repete-se.

Em planta, existem várias semelhanças com a estrutura inicial da habitação em estudo devido à sua reduzida dimensão, à distribuição dos compartimentos com a sala, quarto, varanda e cozinha no piso superior e loja no piso inferior, a sacada/ nicho na janela da sala e a escada integrada no volume.

O interior da varanda serve também como corredor de acesso à cozinha e ao quarto situado no topo e os pilares apresentam capiteis como já foi descrito nas outras casas. Em alçado é possível perceber a reduzida dimensão dos vãos e dos pés-direitos, como o aparelho da pedra no piso superior e menos cuidadoso no piso inferior e a sequência do contraste entre claro e escuro marcado pelas aberturas das janelas e varanda.

A planta presente na figura 30 apresenta características comuns de composição das casas de lavoura nomeadas anteriormente. Distinguem-se, assim, 12 semelhanças correspondentes à divisão entre espaço de trabalho e habitação, a existência de uma eira em frente à entrada ou varanda da casa onde iria desaguar uma escada, a eixo ou incorporada na mesma. Verificam-se ainda paredes exteriores da habitação mais espessas em alvenaria de pedra e as divisórias em tabique, os quartos, por vezes, situavam-se nas extremidades da varanda e o piso inferior estaria recuado sob a varanda. Também são visíveis pequenas fenestrações, a cumeeira a eixo do volume da habitação em que uma das águas se prolonga sobre a varanda, a cobertura de duas águas, por vezes, assimétrica e uma chaminé na cozinha, principalmente quando se situa no piso inferior. No caso das casas sequeiro, o sequeiro poderia estar incorporado na casa no piso superior juntamente com a habitação ou no piso inferior. Por fim, a materialidade do alçado é mais aligeirada na fachada da varanda com um porticado vazado ou planos de madeira.



- 1- Divisão entre espaço de trabalho e habitação.
- 2- Eira em frente à varanda da casa.
- 3- Paredes habitação mais espessas
- 4- Os quartos, por vezes, situam-se nas extremidades das varandas
- 5- Escada de acesso à varanda (a eixo ou incorporada na varanda)
- 6- Chaminé na cozinha, principalmente quando se situa no piso inferior.
- 7- Casa sequeiro - sequeiro incorporado na casa no piso superior e habitação também, podendo também situar-se no piso inferior
- 8- Cobertura de duas águas, por vezes, assimétrica.
- 9- Cumeeira a eixo do volume da habitação e uma das águas prolonga-se desde aí até à varanda.
- 10- Materialidade do alçado mais aligeirada na varanda (porticado vazado ou planos de madeira).
- 11- Piso inferior recuado sob a varanda.
- 12- Pequenas fenestranças.

30.

30. Esquema de composição das casas de lavoura – características comuns.

2.4 A reinterpretação da Casa Portuguesa: três referências notáveis.

Pelas razões expressas a propósito da metamorfose da condição rural, após observar os exemplos do Inquérito não faria sentido não observar referências consistentes da reinterpretação do mesmo no passado próximo ou no presente, antes de formular qualquer opção projectual relativamente ao caso concreto da intervenção para o qual se dedica a investigação efectuada.

Deste modo, recorreu-se a obras de três arquitectos portugueses, – Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e José Gigante – que constituíram opções de projecto exemplares na procura de uma solução para a habitação a intervencionar neste trabalho.

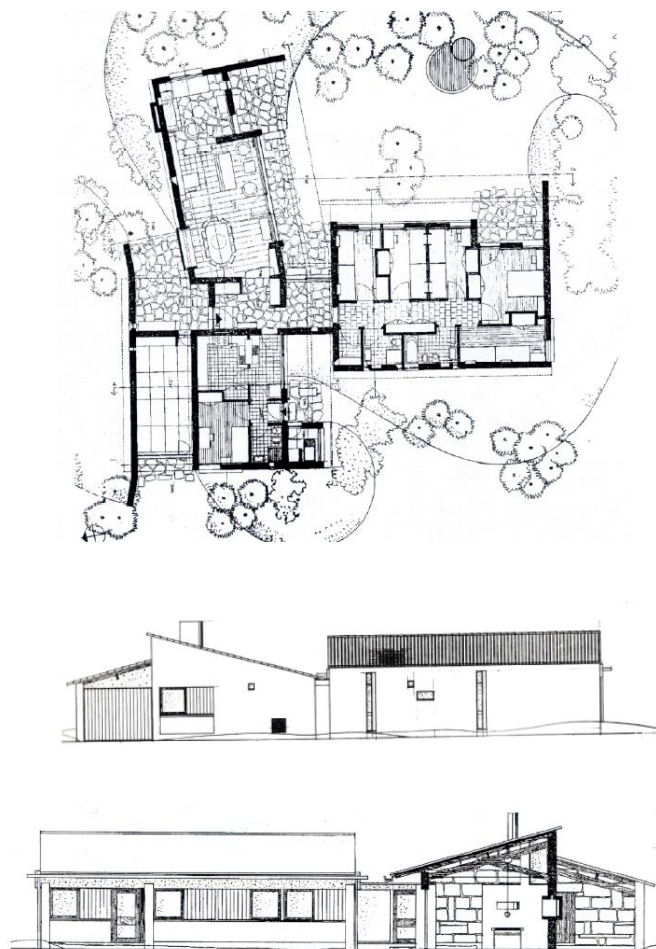
2.4.1 Fernando Távora (1923-2005)

Para Fernando Távora, todos os edifícios têm uma memória, um tempo e uma história como os lugares em que se inserem. Considera assim que os problemas levantados numa construção de raiz ou na intervenção de um edifício pré-existente são os mesmos. Deste modo, para este trabalho, recorreu-se a um exemplo de reabilitação e a um exemplo de construção de raiz.

Casa de Ofir (1957-1958)

Antecedente ao Inquérito, a casa de Ofir procura integrar a cultura popular de forma a renovar a linguagem moderna. Denota-se a formalização da ‘terceira via’, onde são aplicados os conceitos de novo e antigo, tradição e modernidade que se traduzem na aplicação de técnicas de construção tradicionais com um desenho contemporâneo, resultando num edifício ‘composto’.¹¹²

¹¹² TRIGUEIROS, Luiz. “*Fernando Távora*”. Editorial Blau. Lisboa, 1993.



31.



32.

31. Planta e alçados Casa de Ofir.

Retirado em “<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/47/a3/db/47a3db03a54e4fcadd14fce9872fc3d3.jpg>”, a 10 de Março de 2017.

32. Alçado Poente e união entre volumes.

TRIGUEIROS, Luiz. “*Fernando Távora*”. Editorial Blau. Lisboa, 1993.

A organização espacial assume uma forte presença no desenho da casa assim como as coberturas inclinadas em telhado, a chaminé saliente, o pavimento em barro e a fachada em pedra que contrasta com os planos de madeira formados pelas portadas. Aspecto interessante o resultado da linguagem conseguida e distinta em cada caso – portadas abertas ou fechadas.

Verifica-se também a existência de um elemento importante na composição que permite uma união fluida e natural dos três volumes que se traduz num corredor central que distribui para os demais compartimentos.

Este aspecto associado a um entendimento das paredes enquanto planos geométricos abstractos e a utilização de uma viga de betão aparente no interior demonstram o domínio da modernidade.

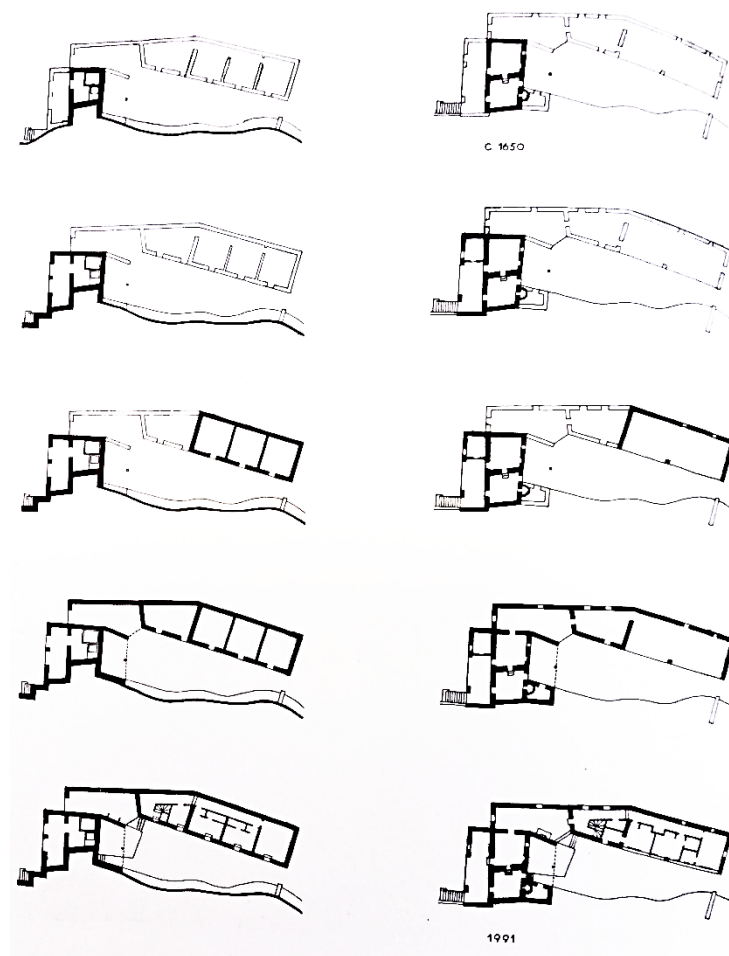
A organização espacial através de espaços abertos e fluidos conduzem-nos para um exterior com aspectos de carácter tradicional.

Casa de Férias na Quinta da Cavada em Briteiros, Guimarães. (1989-1990)

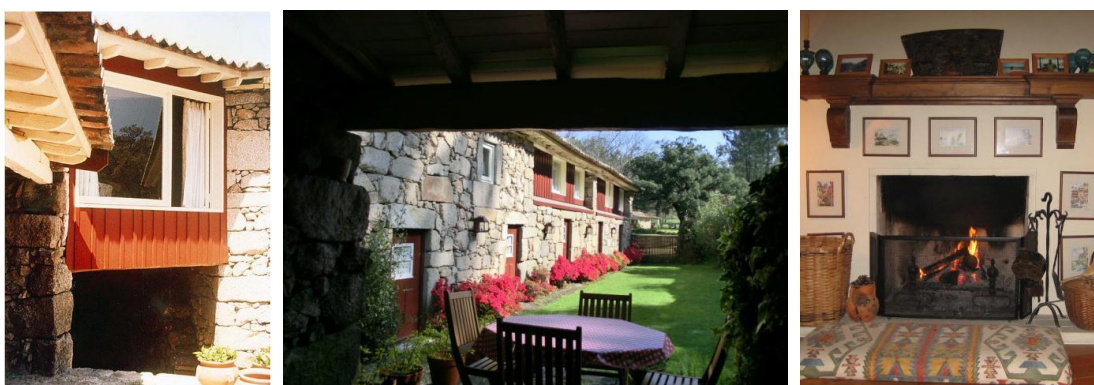
Uma pré-existência erguida em meados do século XVII, em Briteiros, com várias intervenções ao longo dos anos, foi em 1990 transformada por Fernando Távora para se adaptar a um novo uso. É o resultado de um conjunto de transformações e acrescentos realizados ao longo dos tempos conforme as necessidades. De uma habitação rural passou a casa de férias sempre com a intenção de que a obra perdure através da sua identidade e carácter e não através da sua intervenção.

Para efectuar a ligação entre os dois volumes da habitação cria um corpo com uma linguagem diferente da restante composição em pedra, utilizando o material colocado na fachada dos quartos.

Fecha-se para Norte e abre-se para o Sol, preservando muitas das características da habitação original, como a utilização dos materiais; essencialmente, pedra nas fachadas, madeira nos pavimentos e cobertura e elementos estruturais e telhado.



33.



34.

33. Fernando Távora. Casa Quinta da Cavada em Briteiros, Guimarães.
TRIGUEIROS, Luiz. “Fenando Távora”. Editorial Blau. Lisboa, 1993.

34. Ligação entre volumes.

Retirado em “<http://www.arquiteturaportuguesa.pt/fernando-tavora/>”. Consultado a 10 de Maio de 2017.

Segundo Távora, nasce de um processo diferente do habitual onde se efectuam visitas constantes ao local com decisões tomadas consoante novos problemas que iam surgindo, contacto permanente com o cliente e com as ‘várias artes da construção’ e pouco trabalho de desenho.¹¹³

Sente-se alguma influência da casa de Ofir nesta intervenção pela utilização de painéis de zinco na vertical na fachada dos quartos – semelhante em Ofir quando as portadas estão abertas.

2.4.2 Álvaro Siza (1933 -)

*“A tradição é um desafio à inovação. É feita de enxertos sucessivos. Sou conservador e tradicionalista, isto é: move-me entre conflitos, compromissos, mestiçagem, transformação.”*¹¹⁴

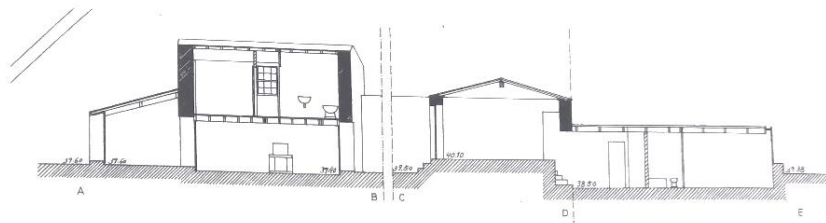
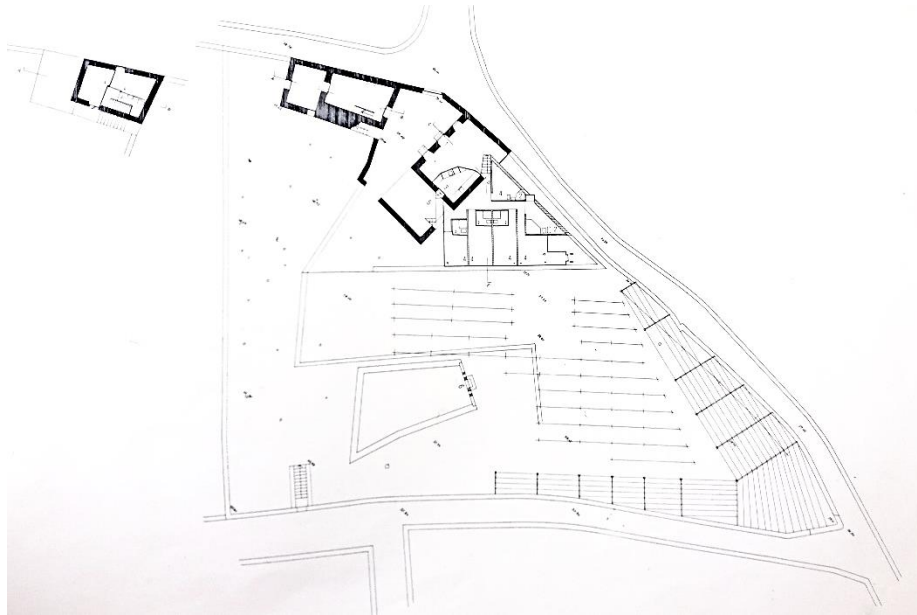
Casa Alcino Cardoso. Moledo do Minho. (1971-1973. 1988-1991)

Na zona superior de Moledo do Minho, Caminha, Álvaro Siza Vieira intervém numa casa de campo, preservando os seus traços originais, adaptando as construções agrícolas existentes e, devido à necessidade de resposta ao programa, acrescenta um novo volume correspondente à zona dos quartos, com uma linguagem totalmente diferente. A pré-existência é o elemento dominante da composição com paredes espessas de pedra e telhado de duas águas enquanto a nova construção é mais baixa, mais transparente e a sua cobertura plana.

Decidiu manter a exiguidade dos compartimentos da fase antiga, onde os espaços são mais escuros, com menos entradas de luz que contrastam com a fase mais recente correspondente aos quartos que se abrem para o exterior através de janelas em guilhotina, escondidos por detrás da vinha que se encontram à mesma altura da cobertura deste volume.

¹¹³ TRIGUEIROS, Luiz. “Fenando Távora”. Editorial Blau. Lisboa, 1993.

¹¹⁴ SIZA, Álvaro. “01 Textos. Álvaro Siza.” Edição de Carlos Campos Morais. Civilização Editora. 2009. Pg. 26



35.

35. Álvaro Siza. Casa Alcino Cardoso. Planta, alçado Sul e corte.

CIANCHETTA, Alessandra. MOLTENI, Enrico. *“Álvaro Siza. Casas 1954-2004”*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona. 2004.

Apresenta assim, uma linguagem diferente da casa original, mas procura manter uma relação com esta através dos materiais utilizados no interior, na caixilharia em madeira e nas técnicas construtivas tradicionais.

O novo corpo apresenta uma forma triangular, no entanto, a ‘fachada cortina’ termina de forma a disfarçar canto da cobertura. Este é construído sobre um embasamento de pedra coberto pelo pavimento em madeira pelo interior. Apresenta cinco dormitórios organizados sobre uma base geométrica da fachada e dos módulos estruturais. Devido ao pequeno declive do terreno, o embasamento surge a partir deste e funciona como um suporte para as videiras.

O interior da habitação é revestido com painéis de madeira contraplacada no tecto, nas portas e nos corredores. As paredes divisórias são rebocadas e o pavimento é revestido por cortiça. A madeira utilizada no interior da habitação é pintada com cor de esmalte.

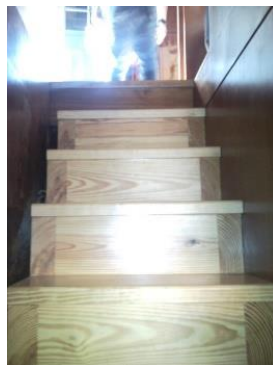
A piscina foi uma construção *a posteriori* que procurou relacionar-se com o que estava próximo, o novo e o antigo. Álvaro Siza Vieira desenhou-a com o objectivo de a tornar “*uma ruína inventada*”¹¹⁵.

A entrada é feita através de uma eira, sombreada, por onde se acede para dois volumes. O volume mais pequeno da pré-existência foi recuperado e transformado para uma residência separada. Os dois volumes existentes apresentam duas cotas unidas por escadas de madeira.

¹¹⁵ CIANCHETTA, Alessandra. MOLTENI, Enrico. “Álvaro Siza. Casas 1954-2004”. Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona. 2004. Pg.72



36.



37.

36. Fotografias da fase nova e encontro entre os dois volumes.

CIANCHETTA, Alessandra. MOLTENI, Enrico. "Álvaro Siza. Casas 1954-2004". Editorial Gustavo Gili, Barcelona. 2004.

37. Fotografias pelo interior e exterior do volume recente.

Fotografias da autora.

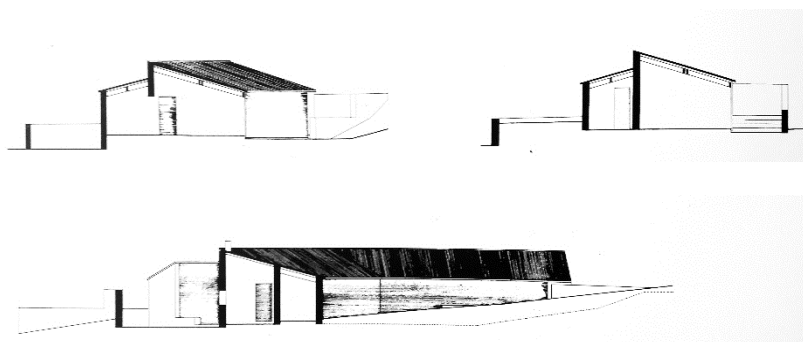
Casa Alves Costa (1964-68)

Situada em Moledo do Minho, esta habitação apresenta uma implantação inteligente de forma a criar intimidade para o proprietário. Situada na cota mais baixa do terreno e a sua configuração em “L”, permitem a criação de um espaço exterior delimitado pela casa e pelo terreno, protegido dos ventos dominantes. Ao situar-se muito próxima da entrada, Siza cria uma tensão na chegada à habitação e liberta o restante terreno. A casa funciona então, voltada para o interior e para o pinhal a sudeste, apresentando um carácter privativo e doméstico, ao contrário de muitas casas de férias próximas da praia.

A casa surge integrada no pinhal, não muito alta com cobertura inclinada em telha. O programa da casa distribui-se em três zonas distintas – quartos e casas de banho, sala e entrada ao centro, uma zona de serviço constituída pela cozinha, lavandaria, quarto e casa de banho de serviço, garagem e um lavabo. As paredes exteriores da habitação voltadas para a rua são planos brancos com apenas duas pequenas janelas e, ao fundo, vê-se a garagem. Voltadas para este lado apenas se encontram as áreas de serviço, os restantes compartimentos voltam-se para o interior. A porta de entrada encontra-se escondida, nas costas de quem percorre o caminho até à garagem. Para aceder ao interior do terreno é necessário atravessar um percurso com um carácter labiríntico em torno da garagem, e seguindo o pavimento em cimento que se torna como um prolongamento do interior da habitação. A articulação e intersecção da casa com o volume da garagem dá origem a um pilar com secção circular, imprevisível e inteligente.

Os pátios são limitados pelos muros de contenção devido ao declive do terreno – a ter em conta para o caso de estudo. Um desses pátios funciona como um prolongamento da sala para o exterior com o pavimento plano, mas a sua forma não é regular devido à posição diagonal do muro que também funciona como um banco entre os pinheiros.

Apesar das reduzidas dimensões, é notável a importância atribuída à sala e a sua complexidade, funcionando como o compartimento principal da habitação, como espaço de reunião e convivência familiar e festiva.



38.

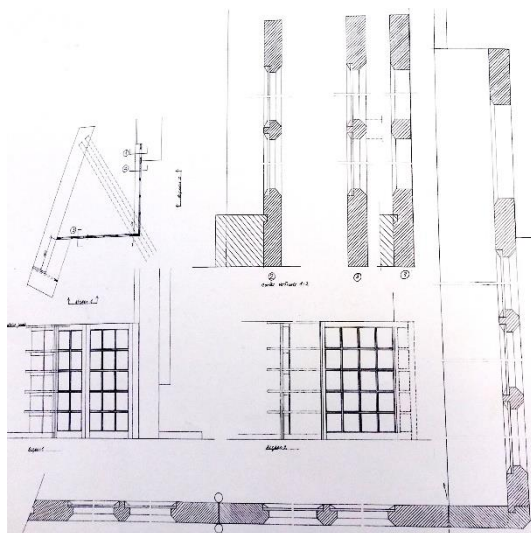
38. Planta e cortes da habitação Alves Costa.

ARTAL, Carmen. PUENTE, Moisés. "Álvaro Siza. Casas 1954-2004". Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona. 2004. Pg.46-48

É também um elemento de união entre a zona dos quartos e áreas de serviço, assim como entre os dois lados exteriores da casa – pátio interior e entrada da casa, através de duas grandes janelas voltadas para estes espaços. É interessante o facto do arquitecto organizar o interior dos espaços através da cobertura inclinada e da luz. Assim, a zona mais baixa referente à chaminé é um espaço mais íntimo com uma luz pontual enquanto a mesa de jantar situa-se numa zona privilegiada, com muita luz e aberta para os dois lados. Neste espaço encontra-se um tirante em madeira falso, correspondente a uma viga na diagonal e ao único elemento que não se encontra pintado - um suporte de uma lâmpada que representa “*um elemento de fragilidade e uma complexidade de pensamento sofisticada e inquieta.*”¹¹⁶ O principal objectivo desta habitação é o modo de ocupação do espaço.

As paredes de alvenaria em tijolo são rebocadas e pintadas em branco e as caixilharias em madeira, variando entre janelas de batente ou basculantes. A madeira utilizada no interior é pintada. Não existe nenhum sistema de protecção da luz pelo exterior, apenas as cortinas de cana em bambú pelo interior.

¹¹⁶ ARTAL, Carmen. PUENTE, Moisés. “Álvaro Siza. Casas 1954-2004”. Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona. 2004. Pg.51



39.

39. Estudo dos caixilhos e imagem da fachada voltada para o espaço de estar exterior.

ARTAL, Carmen. PUENTE, Moisés. "Álvaro Siza. Casas 1954-2004". Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona. 2004.

2.4.3 José Gigante (1952 -)

Reconstrução de um sequeiro. Guimarães. (2002-2005)

Com a colaboração do arq. Vítor Silva.

Resultado de um pedido peculiar por parte do proprietário, a reconstrução de um sequeiro em Guimarães, da autoria de José Gigante e Vítor Silva, reinterpreta dois conceitos diferentes de abrigo ou construção - a casa enquanto edifício habitacional e o sequeiro enquanto construção anexa de apoio à casa de carácter agrícola.

Para além da sua transferência de lugar, o cliente procurava alterar a sua função preservando o pré-existente, o que dificultou o trabalho devido às limitações dimensionais. Como resposta a estas condicionantes, os arquitectos preferiram reconstruir um novo modelo conservando a essência do sequeiro existente, como alternativa à sua reconstrução fiel e exacta uma vez que seria necessário criar um novo acrescento independentemente da solução.

De forma a responder às exigências funcionais e na procura de uma imagem semelhante à preexistência, acrescentaram dois módulos aos quatro existentes, utilizando fragmentos de granito provenientes de outras demolições, conseguindo preservar a natureza física do antigo sequeiro como se dele sempre fizessem parte. Assim, o antigo altera-se, apropria-se e permanece ao mesmo tempo, surgindo um novo.

A planta da habitação unifamiliar traduz-se em formas simples e geométricas, dividida em aproximadamente três quadrados no piso superior, quase simétricos, onde se situam dois quartos, um sanitário e uma suite com uma área de vestir e, no piso inferior a sala e cozinha com um balcão que os separa, traduzindo-se este piso num espaço amplo e uno apenas com uma linha divisória correspondente ao espaço de circulação e entrada, despensa por baixo da escada e sanitário de serviço. Num corte transversal é possível dividir a habitação em três partes através de um eixo correspondente ao espaço de circulação onde se situa a escada de tiro, situados no lado norte, e que separa



40.

40. Sequeiro original e reconstrução do mesmo noutra espaço.

GIGANTE, José. "*José Gigante. Habitar.*". Edição de José Manuel das Neves. Caleidoscópio. Casal de Cnabra, Março 2008. Pg. 74

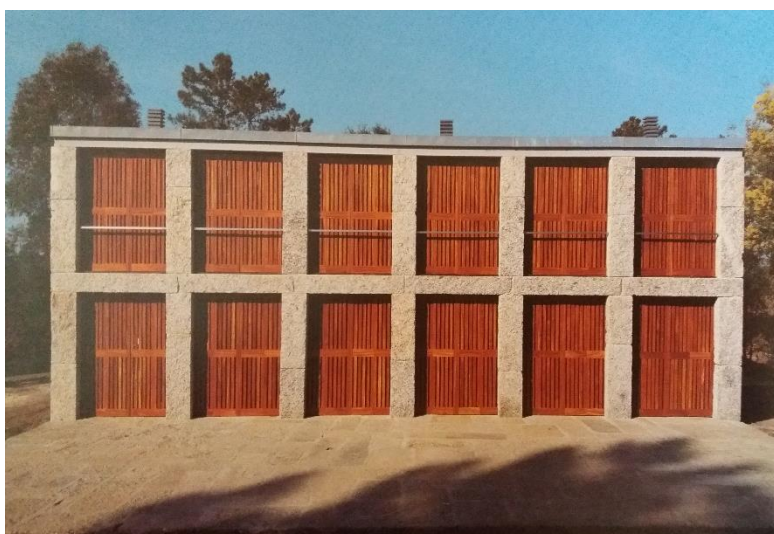
os compartimentos que não necessitam de luz dos compartimentos a sul, e de um eixo traçado no piso elevado que divide os espaços comuns dos privativos.

Esta distribuição programática muito clara, resulta no exterior em planos fechados de granito com umas pequenas fenestrações correspondentes à porta de entrada no piso térreo e uma janela no piso superior, na fachada norte, e a duas janelas no piso térreo nas fachadas laterais. A habitação abre-se então para sul, através de uma estrutura porticada em granito que contrasta com a madeira utilizada nas portadas, uma opção inteligente que aproveita os recursos energéticos passivos. O seu desenho é então, readaptado para responder às novas exigências de conforto, verificando-se o recuo da superfície envidraçada para evitar o contacto directo da caixilharia com a estrutura de granito e, deste modo, possibilitar a recolha total atrás das paredes estruturais de granito, ou parcial de uma das duas folhas móveis que constituem as portadas em ripado com o objectivo de controlar a entrada de luz, calor e ventilação. É interessante o facto de existirem diferentes possibilidades de abertura das doze portadas uma vez que resulta em variadas expressões na composição da fachada exterior e na percepção da luz pelo interior. A espessura entre o vidro o plano frontal da construção permite também o sombreamento das janelas pelo próprio corpo do edifício. As portadas reinterpretam os planos em ripado de madeira que encerravam o antigo sequeiro, assim como a nova eira lajeada em granito em frente à casa que termina nos envidraçados e comunica, de certa forma, com o interior.

A nova interpretação do sequeiro elimina a cobertura tradicional em telha, utilizando uma armação mista em aço e madeira tal como no piso elevado.

Assim, a imagem exterior do edifício, característica de um tipo de edificação minhota, com uma função particular associada ao agrícola, abriga um programa diferente, residencial com uma solução simples que responde às condicionantes e exigências actuais.¹¹⁷

¹¹⁷ GIGANTE, José. “*José Gigante. Habitar.*”. Edição de José Manuel das Neves. Caleidoscópio. Casal de Cnabra, Março 2008.



41.

41. Linguagem do alçado da reconstrução do sequeiro com portadas abertas e cerradas.
 GIGANTE, José. “*José Gigante. Habitar.*”. Edição de José Manuel das Neves. Caleidoscópio. Casal de Cambra, Março 2008.

Casa Laura Fonseca. Macieira da Lixa, Felgueiras. (2002-2014)

Com colaboração de Ângelo Lopes e Manuel Fernando Santos.

Muito próximo do distrito do distrito de Braga, já no Norte do país, num pequeno conjunto agrícola, José Gigante, juntamente com Ângelo Lopes e Manuel Fernando Santos, reconvertem um antigo sequeiro, complemento da eira para a recolha dos produtos agrícolas, numa habitação.

Implantado perpendicularmente ao lado Norte do terreiro e aberto para a eira numa estrutura porticada de granito, com espessas paredes de pedra e vãos de menores dimensões no piso superior, cerrados por portadas em ripado de madeira que abriam para o interior; esta construção surge com uma linguagem muito própria da arquitectura popular, já próxima da ruína. A altura entre pisos seria reduzida, apresentando-se divididos por uma laje de betão (elemento construtivo mais recente). Adoçada a Norte do edifício, estaria uma escada que servia o primeiro piso, situado a meia altura do edifício.¹¹⁸

Na reconstrução, sente-se a vontade de preservação da identidade da construção, reinterpretando-a num projecto actual em que a função não é a mesma. Através da estrutura primária de um sequeiro nasce uma nova habitação, onde prevalece o equilíbrio entre o existente e o novo programa.

As técnicas tradicionais aliadas aos novos processos construtivos resultaram numa harmonia entre o novo e o antigo. Mantiveram-se as paredes de pedra de granito, assim como a leitura das águas inclinadas da cobertura pelo interior do piso superior. A abertura dos vãos também se manteve semelhante à imagem primitiva, sendo adaptados às actuais exigências de conforto e modos de estar –apresentam dimensões mais reduzidas uma vez que correspondem aos compartimentos dos quartos. Procuraram, ainda, manter a identidade da construção através da colocação de um ripado em madeira por todas a fachada onde ficariam anteriormente situadas as portadas e esteios de pedra.

¹¹⁸ LOPES, Ângelo. “Um tempo de Renovada aprendizagem”. Prova Final da Licenciatura em Arquitectura. FCTUC. 2009. Retirado em *file:///C:/Users/admin/Downloads/Um_tempo_de_renovada_aprendizagem_03.pdf*. Pg 73 [Consultado a 15 de Maio de 2017].



42.

42. Fotografias do antes e depois da reconstrução do sequeiro. José Gigante.

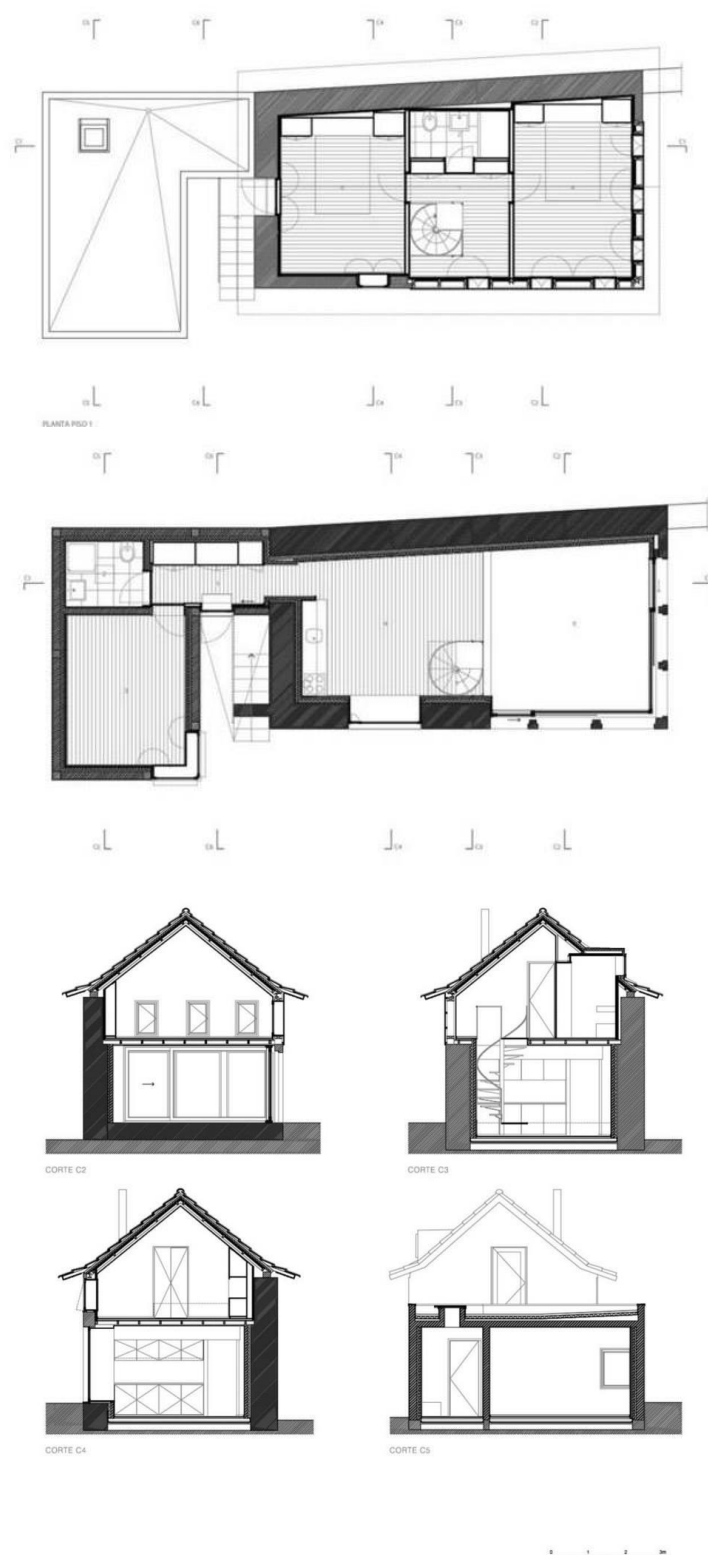
Imagens retirada em "<http://www.josegigante.pt/>". Consultado em 05 de Maio de 2017.

O piso inferior, tal como no sequeiro, volta-se para o exterior. Neste caso, os grandes planos de vidro substituem os ripados de madeira utilizados para encerrar e proteger os alimentos. Os espaços comuns abrem-se para o sol, para uma nova ‘eira’ que é prolongada até o interior da sala, através da utilização do mesmo pavimento de lajeado em granito pré-existente. A sala funciona como o coração da habitação devido à sua relação com o terreno envolvente e à sua função de distribuição e comunicação com os restantes compartimentos. É através desta que se efectua a entrada - não convencional - para a habitação e se acede às áreas de repouso por meio de uma escada em caracol e à cozinha, separada por um pequeno desnível num patamar mais baixo.

Como novos elementos construtivos, associaram à madeira uma estrutura em perfis de ferro na cobertura e nas escadas. No volume concebido contíguo à casa, foi utilizado para o seu revestimento um material contrastante, como o zinco, tanto nas fachadas como na cobertura. Este volume, correspondente ao quarto de banho e a um novo quarto/ escritório, no piso inferior, um pedido por parte do cliente devido às dificuldades de mobilidade existentes no seio da família, poderia funcionar como uma massa autónoma e independente.¹¹⁹

O acabamento branco predominante nas paredes e cobertura do interior da habitação contrastam com a textura da pedra utilizada no pavimento da sala e com o tom quente da madeira utilizada nos móveis, escadas, soalho e caixilharias.

¹¹⁹ LOPES, Ângelo. “Um tempo de Renovada aprendizagem”. Prova Final da Licenciatura em Arquitectura. FCTUC. 2009. Retirado em *file:///C:/Users/admin/Downloads/Um_tempo_de_renovada_aprendizagem_03.pdf*. Pg. 74 [Consultado a 15 de Maio de 2017]. Retirado em *file:///C:/Users/admin/Downloads/Um_tempo_de_renovada_aprendizagem_03.pdf*. Consultado a 05 de Maio de 2017

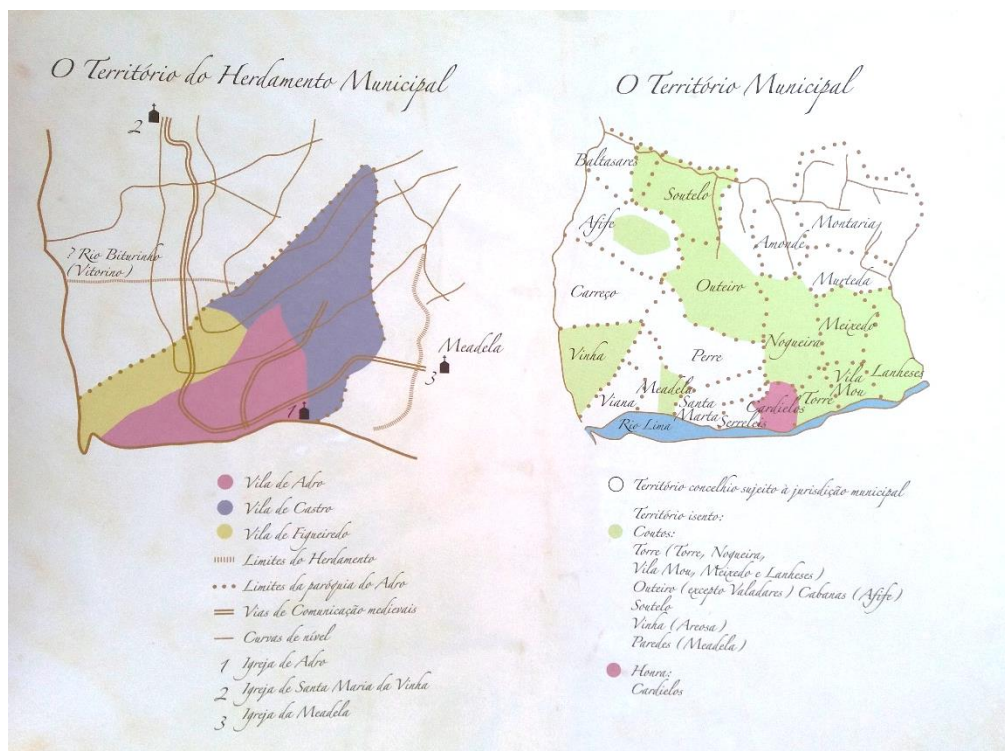


43.

43. Planta Piso 1, Piso 0 e Perfis da Casa Laura Fonseca. José Gigante.

Imagens retirada em "<http://www.josegigante.pt/>". Consultado em 05 de Maio de 2017.

III. PARTE II



44.

44. O território do Herdamento Municipal e o Território Municipal. Foral 1258.

PEIXOTO, António Maranhão. "Nos Quinhentos Anos do Foral Manuelino..." Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Junho de 2012. Pg.13

3. CASO DE ESTUDO

3.1 Identificação da habitação, orientação e enquadramento

A habitação em estudo situa-se em Perre, aldeia localizada nas imediações de Viana do Castelo, no Minho litoral, apresentando um povoado disperso pelo território. Cidade constituída por 27 freguesias com uma variação populacional entre as freguesias próximas da sede do concelho - mais concentrada devido à presença das vias principais e as freguesias de montanha menos habitadas as quais sofreram perdas significativas de população nos últimos anos.

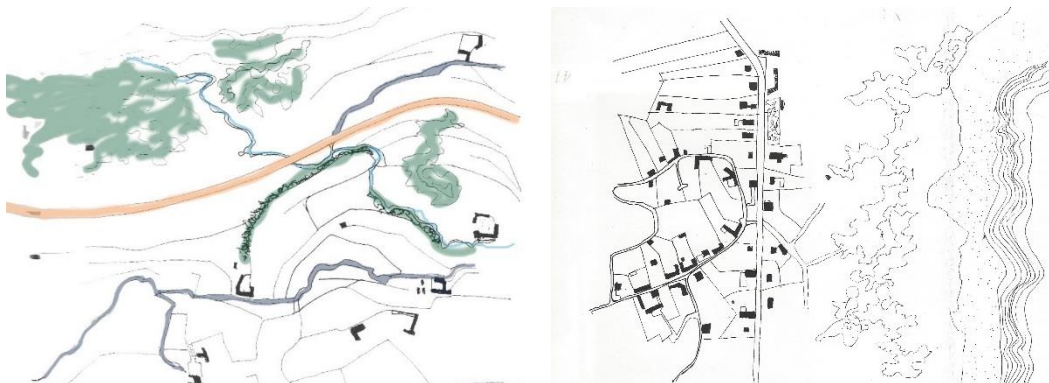
A freguesia de Perre é ocupada em grande parte por campos agrícolas e delimitada, a Norte pela encosta de Outeiro. Remonta a época paleolítica verificando-se a existência de alguns vestígios de civilização castreja destruídos devido a variadas intervenções como a introdução de infraestruturas, da autoestrada (A28) e de outras construções de apoio à comunidade como a Junta de Freguesia. Apesar de ser certa a sua longa existência, não existe um consenso generalizado acerca da origem desta povoação.

Apresenta uma forma de povoamento que se caracteriza pela fixação das habitações dos camponeses junto aos terrenos explorados, formando assim um território com casas dispersas ao longo dos ‘caminhos vicinais’ – fluxos secundários (com formação espontânea), resultado do acesso das pessoas às habitações pelos campos.

Característica comum em todo o Minho litoral, o solo é retalhado por vários cursos de água, tornando-se propício à sua exploração. A disposição das habitações neste núcleo corresponde assim à construção das habitações próximas do ribeiro do Pisco numa zona de vale protegido pela encosta.

*“Entre as habitações, ainda as que estão mais próximas, é vulgar intercalarem-se leiras de cultura, hortas, campos de milho, algumas árvores e lameiros.”*¹²⁰

¹²⁰ RIBEIRO, Orlando. “Opúsculos Geográficos. IV Volume | o mundo rural”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 303



45.



46.

- Habitação em estudo
- Caminho principal / Estrada Nacional
- Ribeiro
- Habitações centenárias
- Caminhos vicinais

45. Esquema de povoamento disseminado e de povoamento no litoral.

Edição de imagem retirada em AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. “*Arquitectura Popular em Portugal*.” 4ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2004. Pg. 37 e 41

46. Identificação das habitações mais antigas próximas do caso de estudo e esquema de povoamento (híbrido dos exemplos anteriores)

Edição de fotografia aérea retirada em “www.googlemaps.com”.

Verifica-se a existência de construções centenárias dispersas pela freguesia, grande parte constituídas pela moradia e várias construções de apoio com diferentes usos e edificadas consoante as necessidades. O conjunto formado por estas construções e pelos campos constituíam na origem, como é referido no livro ‘Arquitectura Popular em Portugal’, um organismo unifamiliar e autossubsistente.

A década de cinquenta do século passado marcou o fim de um ciclo, com a electrificação muitos dos usos e costumes foram-se perdendo.

É apresentada numa exposição local um modelo de habitação que se repete em várias construções em Perre, com características comuns a muitas casas da mesma data e também ao caso de estudo. Assim, retrata a cozinha como o coração da habitação com uma “*lareira baixa, instalada no andar*” onde toda a família estaria reunida, a respectiva chaminé bem apetrechada e uma masseira e dala. “*A função gregária da lareira apagou-se com ela – a modernização, se aligeira o trabalho doméstico, nem sempre aumenta o conforto.*”¹²¹

Anexa à cozinha estaria o quarto de dimensões reduzidas, a denominada ‘sala boa’ das famílias mais abastadas, mais utilizada nos dias de Páscoa, com pormenores como o louceiro, o oratório, os quadros de familiares e de santos. Outro elemento essencial da habitação seria o coberto onde se guardavam as alfaias agrícolas e carro de bois, cangas, molidas e caniças. E, por fim, o quarto de costura com a máquina, ferro de passar com brasas e tecidos.

Não podendo precisar a data de construção, o objecto de estudo da presente dissertação remonta o final do século XIX e início do século XX, com aproximadamente 200 anos de existência sendo das primeiras a serem construídas naquele lugar, apresentando deste modo, muitas semelhanças com a descrição acima referida.

A casa orientada a Sul, encontra-se numa zona de construção segundo o Plano Director Municipal¹²², e parte do terreno e dos restantes vizinhos a Sul, numa zona de reserva agrícola, ou seja, não é possível qualquer construção, o que permite libertar o terreno em frente, sem nenhuma construção num futuro próximo.

¹²¹ RIBEIRO, Orlando. “*Opúsculos Geográficos. IV Volume / o mundo rural*”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991. Pg. 67

¹²² Em anexo.



47.

47. Habitações mais antigas nas imediações do caso de estudo.
Fotografias da autora.

3.2 A casa enclausurada

O acesso à casa é feito por meio de um caminho em calçada portuguesa com granito da região que converge na estrada nacional. Para a entrada da habitação existe a necessidade de passagem pela propriedade do vizinho com quem divide parede. Deve-se, assim, percorrer um caminho privado, pertencente à habitação anexa, e consensualmente partilhado.

A habitação abre-se para Sul, de forma a receber mais luz e calor e fecha-se para os outros quadrantes, onde se situam as construções, muito próximas. Apresenta, por isso, uma relação muito próxima com os vizinhos, sem contacto directo com a rua, situando-se enclausurada entre 3 habitações e vários campos de cultivo a Sul.

A sua relação directa com estas propriedades reflecte as dificuldades económicas da época, pertencendo o terreno ocupado pela casa e pelas três habitações adjacentes a um só proprietário, não sendo clara a matriz predial. Segundo o esquema de composição das habitações rurais descritas no livro ‘Arquitectura Popular em Portugal’, a disposição da habitação, alvo de observação, pode ser resultado da divisão do terreno que, em tempos, seria constituído pela habitação principal e pelas suas construções anexas, uma delas correspondente à casa do caseiro.

Ficou ainda em aberto a possibilidade da existência de apenas uma casa no século XVI, que posteriormente foi dividida em duas devido a partilhas. No entanto, testemunhos como a sr. Ventura Costa e o sr. António Enes relatam que sempre reconheceram as duas habitações e não uma só.¹²³

Resultado das diferentes datas de construção, as habitações vizinhas apresentam características distintas entre si. A casa situada a Norte da habitação em estudo encontra-se em melhor estado de conservação, tendo sofrido menos transformações. Tal como uma casa de campo, ainda que mais recente, apresenta uma eira coberta que manteve a sua função até aos presentes dias (secagem do milho) para além das lojas no piso inferior. Apresenta duas entradas, uma pela eira e outra pelo lado poente, sobre uma vinha que conduz a uma escada por onde se acede à habitação, no piso superior.

¹²³ Testemunho do irmão da proprietária, António Enes. Consultar entrevista em anexo.



48.

48. Habitações envolventes ao caso de estudo.

Da esquerda para a direita - casa anexa, habitação a Norte, seguida pela habitação a Nascente e a Poente, mais afastada sem contacto directo com o caso de estudo.

Fotografias da autora.

Aproximando-se das construções mais eruditas, as paredes exteriores são rebocadas em tinta de cor branco e os vãos apresentam um ornamento em pedra de granito.

O terreno adjacente a esta construção serve para exploração agrícola fazendo fronteira com o terreno da casa enclausurada.

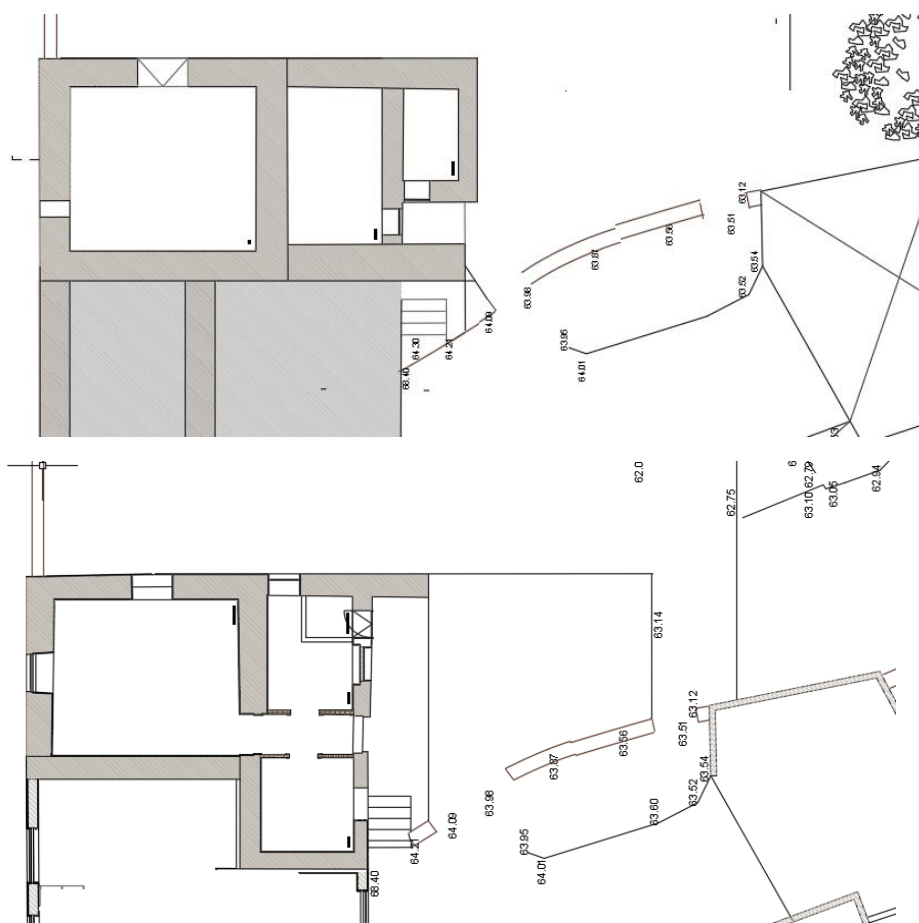
A casa adjacente à habitação em estudo foi alvo de várias intervenções, não sendo possível reconhecer qual seria a estrutura inicial. É possível apenas verificar que existe uma loja enterrada que se manteve conservada sem grandes transformações. O que se conhece do piso superior são apenas relatos do que seria a habitação, como a existência de um pátio do lado nascente, à mesma cota do pavimento e anexo ao quarto da habitação em estudo. A partir deste pátio, era possível aceder à cozinha – actual sala e possivelmente aos quartos, situados na mesma posição dos existentes.

A casa situada a poente é mais recente, edificada nos últimos anos, apresentando construções anexas sem grandes cuidados. A divisão entre as propriedades é efectuada por um muro de pedra, com cerca de 2m de altura contíguo à fachada do edifício em estudado.

3.3 Quatro períodos de evolução

A habitação acredita-se que terá aproximadamente 200 anos, uma vez que foi habitada, no mínimo, por 4 gerações, tal como a casa da senhora Ventura Costa, com a data de 1624.

Face ao avançado estado de descaracterização do edificado, procedeu-se ao levantamento e análise do existente com vista a seleccionar as componentes construtivas mais relevantes. As entrevistas realizadas foram também um importante apoio para a compreensão da estrutura original da casa. Da síntese da prospecção, ao longo desse período centenário, registam-se 4 fases principais.



49.



50.

49. Plantas piso 0 (cota 62m) e piso 1 (cota 65m) da habitação primitiva.

50. Imagens recentes do piso inferior, à cota 63m e 62m, respectivamente, a esterqueira e a loja com paredes em alvenaria de pedra.

Fotografias da autora.

3.3.1 Aproximação à composição original

(Aproximadamente 150 anos)

Através da entrevista ao irmão da proprietária¹²⁴ foi possível identificar, aproximadamente, a estrutura inicial da casa – mais simplificada e funcional – apenas constituída por um quarto, uma cozinha, uma sala que também funcionava como dormitório e uma ‘casa de banho’ – com espaço apenas para a latrina.

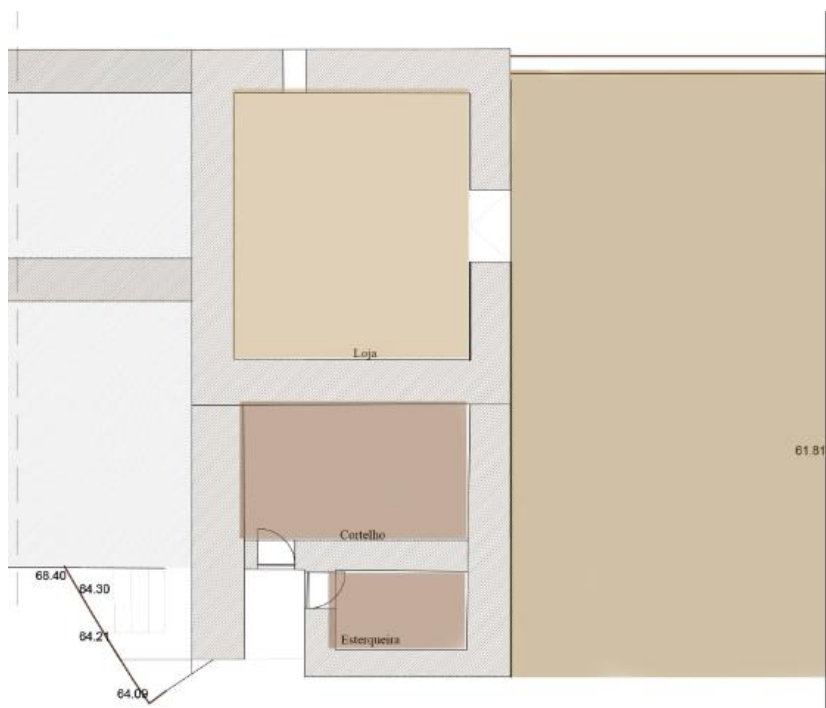
A chegada à habitação seria efectuada através das escadas existentes do lado Norte do edifício, constituída por blocos de pedra de granito. O acesso conduzia a uma varanda por onde se acedia à habitação e ao quarto de banho (latrina). A varanda seria o actual corredor que distribui para os quartos e sala do lado Norte da habitação. No piso inferior, à cota 63m, sob a cozinha e a latrina estaria a esterqueira e sob o quarto, o cortelho / espaço para abrigar animais – que, ao mesmo tempo, serviam como sistema de aquecimento do quarto. Por baixo da sala, à cota 62m, estaria outro espaço para abrigar o gado maior e um lagar, não se sabendo ao certo se o acesso era realizado apenas pelo lado sul ou se teria alguma passagem a partir dos compartimentos mencionados.

A sala, o quarto e os compartimentos no piso inferior permaneceram até aos dias de hoje, tendo sido alterada a função da cozinha que é, actualmente, um quarto, tendo sido eliminada a casa de banho.

A casa seria toda em alvenaria de pedra com paredes na ordem dos 60 cm de espessura e com aparelho irregular de junta aberta. A caixilharia seria em madeira com janelas de guilhotina e de batente. No piso inferior, os vãos mantiveram-se assim como no piso superior – com excepção da janela da sala que perdeu todo o sentido com as transformações realizadas posteriormente.

Para uma melhor compreensão da constituição da casa primitiva, elaborou-se um esquema de cores igual ao utilizado para o estudo das casas de lavoura na primeira parte deste trabalho, que representam a função dos compartimentos, notando-se semelhanças entre as construções, nomeadamente na distribuição do programa.

¹²⁴ Consultar entrevista, em anexo, ao irmão da proprietária, António Enes.



51.

51. Plantas com esquema de cores igual ao estudo das casas de lavoura.

3.3.2 Volume adjacente

(Cerca de 90 anos)

Mais tarde, devido às exíguas dimensões, a habitação sofreu um aumento correspondente à cozinha, ainda com técnicas de construção antigas – paredes em alvenaria de pedra com 60 cm, caixilharia de madeira e cobertura com estrutura de madeira e telhado.

Nesse sentido, foi construído o volume adjacente correspondente à actual cozinha no piso superior, com lareira e chaminé para escoar o fumo, diferente do que acontecia no caso anterior.

Coloca-se a hipótese de, na mesma data, ter sido edificada a escada disposta perpendicularmente à varanda, também em pedra e posteriormente substituída por betão.

Segundo a proprietária, a bancada estaria disposta em frente à janela e a estrutura da cobertura serviria para pendurar alimentos e outros produtos sobre a mesa de jantar.

No piso inferior foi criado um quarto de tear com um compartimento anexo que possibilitava o abrigo dos animais de pequeno porte.

Anexo a este novo volume, na cota mais baixa, situava-se um galinheiro.¹²⁵

Não é possível precisar a data deste aumento, no entanto, segundo o testemunho do irmão da proprietária, tem mais de 85 anos, o que corresponde à data de 1931.

¹²⁵ Consultar entrevista ao irmão da proprietária, sr. António Enes.



52.

52. Imagens da segunda fase de transformação da habitação – cozinha e quarto de tear.
Fotografias da autora.

3.3.3 Carência de espaço

Progressivamente surge a necessidade de melhoria das condições habitacionais e do aumento do número de quartos. Assim, há cerca de 50 anos verificou-se o maior número de intervenções e mais significativas, que adulteraram a linguagem original da habitação.

Essas transformações correspondem ao acréscimo da zona Sul dos quartos e loja no piso inferior, da casa de banho e de uma nova cozinha. A cozinha, na cota inferior, foi construída onde estaria o capoeiro, junto ao quarto de tear, com o objectivo de servir várias actividades agrícolas, possuindo uma lareira apenas. Para compensar a destruição do capoeiro recorreu-se à construção de um novo e, sobre este, uma gaiola destinada à criação de pássaros.

A função da antiga loja foi-se perdendo – mantendo-se apenas a adega e a salgadeira – e a nova loja, sob os quartos, tornou-se num novo espaço para o arrumo das alfaías agrícolas e mantimentos.

Para além destes acréscimos, foi também construído um novo compartimento para abrigar animais - cortelho - e um coberto para abrigar a lenha para a lareira.

Nas transformações acima descritas, utilizaram-se materiais mais recentes como o tijolo, cimento, azulejo, cortiça, linóleo e pavimentos cerâmicos.

Verificou-se a aplicação de pavimento em cimento no exterior, entre a cozinha, o galinheiro e o coberto e também nas escadas voltadas a nascente – perdendo a sua traça original. Junto ao galinheiro foi também construído um tanque para a lavagem da roupa, que actualmente se apresenta fechado.



53.

53. Terceira fase de construção. Anexo, quartos, cozinha no piso inferior, tanque e rampa.
Fotografias da autora.

3.3.4 Necessidade de melhorias

(Últimos 20 anos)

Por fim, verificaram-se nos últimos 20 anos umas pequenas alterações no interior da habitação correspondentes à estrutura do tecto na cozinha no piso superior e à alteração do pavimento na antiga varanda – que seria em soalho e passou a ser constituída por uma laje e pavimento cerâmico.

Através do levantamento efectuado à habitação adjacente, foi possível confirmar a espessura das paredes estruturais que dividem as duas habitações, concluindo-se que seriam em alvenaria de pedra – apenas se manteve a parede do quarto. A parede da sala foi substituída por alvenaria de tijolo, talvez para ganhar mais espaço, nas transformações recentes da casa anexa. Existe ainda a possibilidade de nessas transformações se ter procedido à colocação de uma segunda parede de tijolo, junto à de pedra na zona do quarto, de forma a dividir e demarcar a divisão entre as duas habitações.

Neste sentido, é possível concluir que a habitação em estudo sofreu grandes alterações, restando poucos vestígios da sua estrutura original. O edifício, em tempos uma casa rural, é actualmente constituído por dois pisos em que o piso superior correspondente à habitação e o inferior corresponde a vários espaços relacionados com os trabalhos agrícolas.

No piso superior situam-se assim 4 quartos, uma cozinha, duas salas – uma das quais servia como quarto, quando necessário - e uma casa de banho.

O piso inferior é constituído por uma cozinha com lareira, para os trabalhos mais sujos relacionados com o campo, por um quarto de costura/ de tear, uma loja e adega, todos estes compartimentos voltados a Sul. Do outro lado, voltados a nascente, estão dois compartimentos para abrigar animais de pequeno porte.



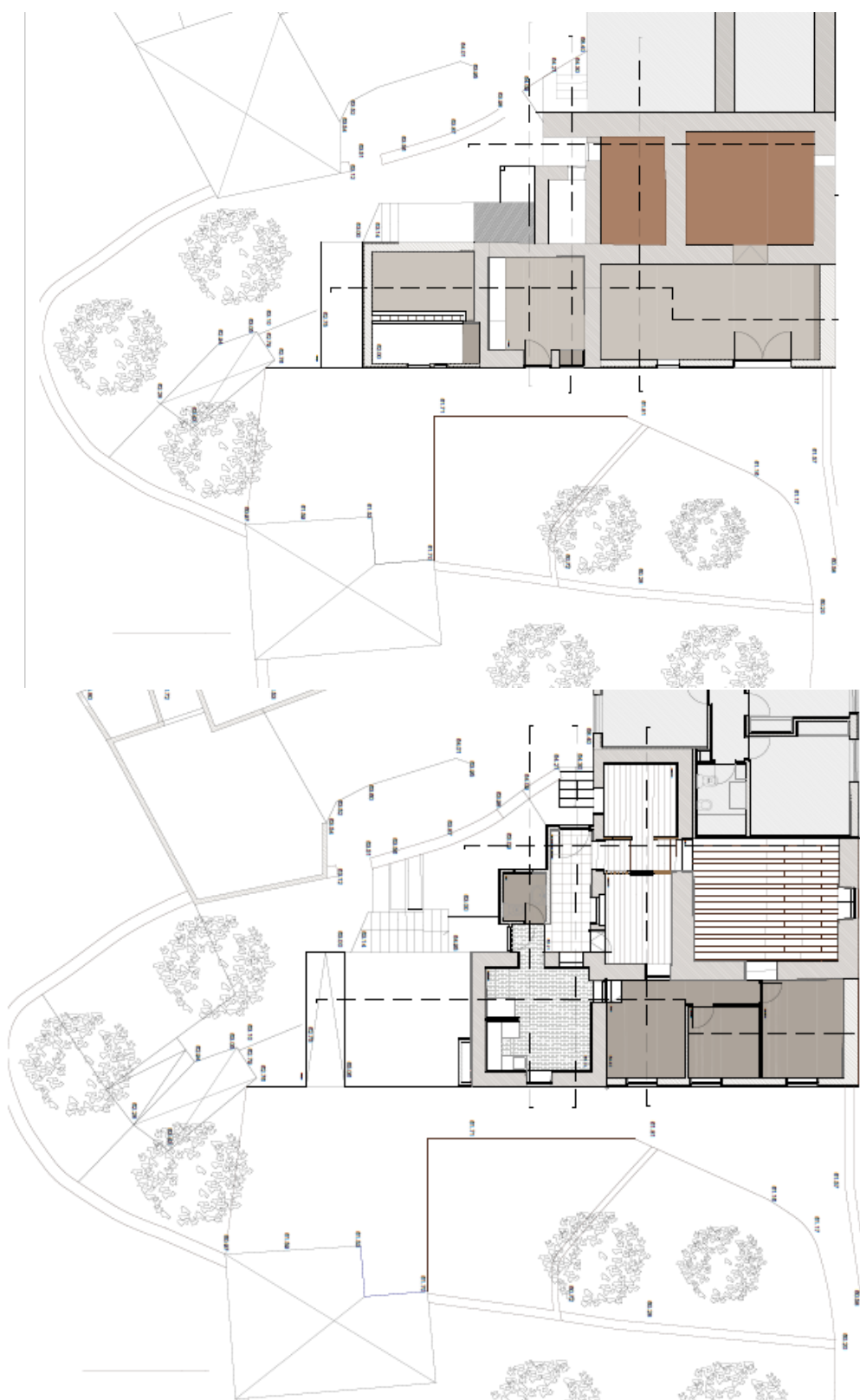
54.

54. Alterações sofridas nos últimos 20 anos.
Fotografias da autora.

Para além do corpo formado por estes compartimentos, existem ainda dois anexos, construídos por necessidade e sem qualquer regra que correspondem a um galinheiro situado a nascente da casa - e um coberto para abrigar a lenha e animais – situado a sul. O acesso ao galinheiro é feito através da cota 62m e ao coberto é através de uma rampa que termina à cota 61m, sendo o pavimento deste mesmo espaço inclinado.

A localização da construção na extremidade a Norte do terreno permite libertá-lo para outras valências. O terreno a sul da casa é actualmente explorado para práticas agrícolas, relacionando-se com o piso inferior da habitação – piso de apoio a essas actividades. Todo o piso apresenta boas condições de relação com o exterior devido à inexistência de construções nessa frente.

O terreno, recortado por socalcos permite separar funções e organizar espaços, verificando-se a existência de um lago artificial por onde corre a água do ribeiro do Pisco próximo à casa, sendo também aproveitado para actividades domésticas – como a lavagem da roupa.



55.

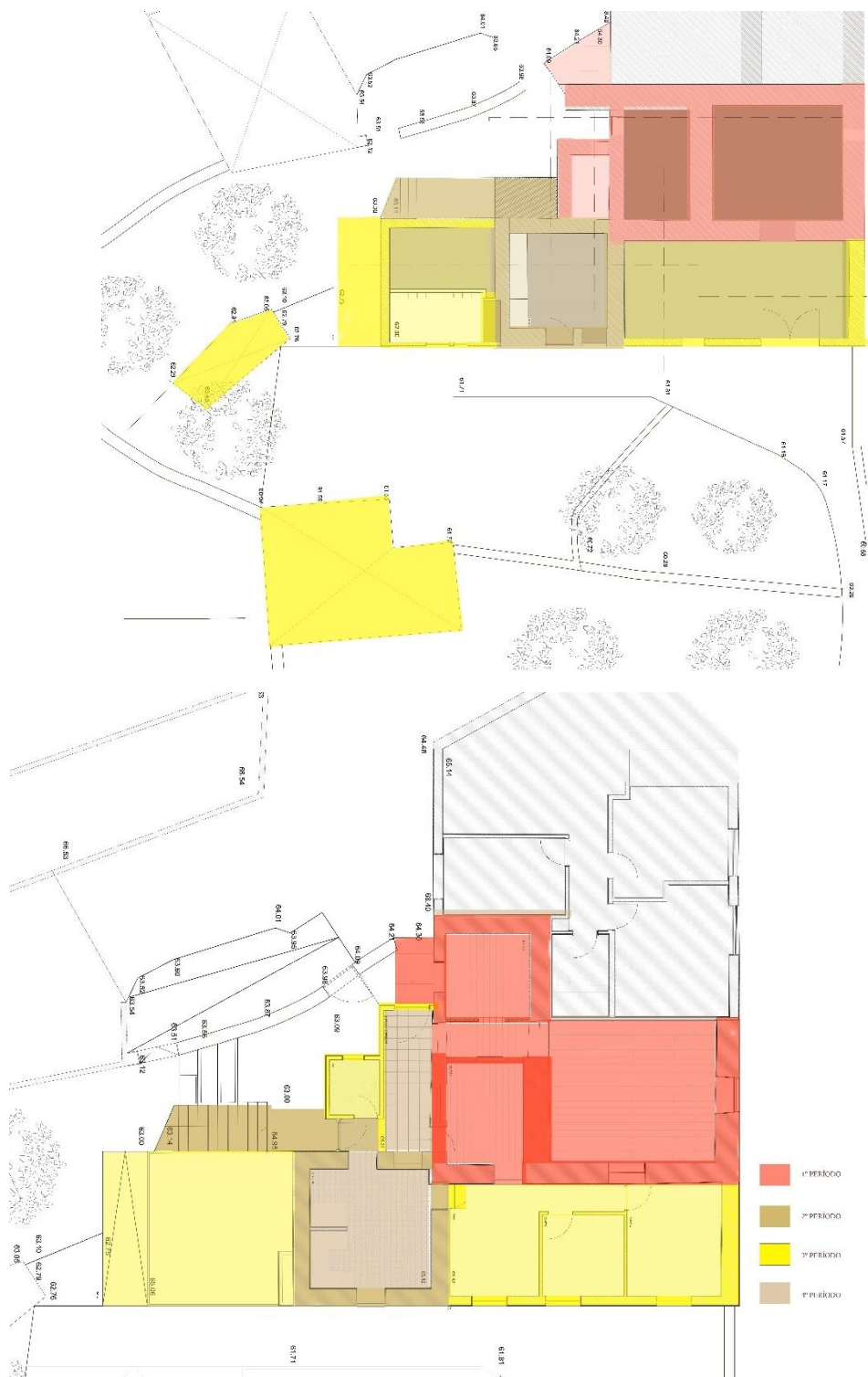
55. Planta piso 0 e piso 1 do existente.

Desenhos sem escala.



56.

56. Imagens da condição actual da habitação.
Fotografias da autora.



57.

57. Esquema das fases de evolução da habitação. Piso 0 e Piso 1.
Plantas sem escala.

3.4 Elementos construtivos

- Materialidade

A utilização de diferentes materiais evidente na fachada sul permite distinguir fases distintas de construção. Os materiais dos caixilhos variam assim como os pavimentos, o tecto também não é uniforme apresentando várias alturas. Assim, para uma melhor distinção e percepção do estado de conservação dos materiais utilizados decidiu-se descrever por grupos.

Relativamente aos elementos verticais, a habitação apresenta paredes de alvenaria de granito, na fase mais antiga, e de tijolo, na fase mais recente de construção tal como as paredes interiores.

Verifica-se ainda a existência de paredes de tabique no interior da fase mais antiga compostas por ripado de madeira sendo revestidas por um acabamento também em tinta de cor branco. Neste caso denota-se a existência de uma ligeira degradação das paredes devido a fungos/ térmitas devendo ser tratada. As paredes de pedra são de junta aberta, enquanto as paredes exteriores de tijolo são revestidas por argamassa de regularização e tinta de cor branco assim como as paredes interiores. Não se averigua a existência de isolamento térmico ou acústico na habitação, considerando-se o seu emprego na proposta de intervenção.

Prosseguindo para a cobertura, é possível identificar dois tipos - cobertura plana na zona do corredor de entrada e casa de banho e os restantes compartimentos são abrigados pelo telhado que apresenta 3 águas e vários desníveis, resultado das sucessivas transformações. A telha de canudo abriga a parte mais antiga correspondente às paredes de pedra e a telha de marselha a parte virada a Sul, mais baixa.

A telha é assente em ripas de madeira pregadas em caibros que, por sua vez, são assentes em terças. As terças são seguras por tesouras constituídas por escoras e pelo pau de fileira. A estrutura de madeira encontra-se deteriorada, necessitando de cuidados.



58.

58. Levantamento de materiais e texturas.
Fotografias da autora.

A cobertura plana da casa de banho, entrada e corredor é composta por uma laje de tijolo e vigotas e por cima situa-se um depósito de água. São visíveis ainda duas chaminés, não muito altas.

Acompanhando a análise dos materiais construtivos do tecto, é visível a existência de dois tipos de materiais - um ripado em madeira pintado com tinta de cor branco nos quartos da fase mais antiga e a laje de betão rebocada também com tinta de cor branco, como é o caso da sala mais antiga e da fase mais recente de construção. O tecto em madeira do quarto da fase mais antiga apresenta-se deteriorado ao contrário do tecto em madeira da cozinha no piso superior que se apresenta em bom estado de conservação devido à recente intervenção.

No piso inferior, apenas a loja da fase mais antiga e os compartimentos voltados a Norte – cortelho e arrumo - apresentam tecto em madeira, que correspondem ao piso em soalho dos compartimentos acima. O tecto dos restantes compartimentos é em laje de tijolo com argamassa de cimento sem qualquer acabamento, na zona da loja, e com acabamento em tinta de cor branco no quarto de costura. Nesse sentido, o pavimento em soalho da fase mais antiga de construção, e do tecto em madeira do quarto acima mencionado necessitam de cuidados no caso de serem mantidos na proposta.

No piso superior apenas a janela da sala e dos quartos adjacentes são originais, sendo constituídas por madeira e sendo a primeira em guilhotina e as restantes de batente, respectivamente. Verifica-se o desgaste e mal funcionamento destas janelas, o que implica a sua alteração. Na casa de banho, a janela é basculante e também de madeira. Nos quartos e na sala da fase mais recente, são janelas de batente em madeira e a cozinha é iluminada por uma única janela de alumínio basculante.

As portas de entrada para a habitação são em PVC – de cor branco no lado poente e castanha a Norte - e as portas interiores dos compartimentos em madeira. No piso inferior, as janelas são todas de madeira, sendo a da loja e quarto de abrir e a da cozinha fixa. As portas de acesso ao piso inferior são todas de alumínio com excepção das portas de acesso aos compartimentos a poente, que são em madeira e apresentam algum desgaste.

A existência da diversidade de materiais e cores empregues nas caixilharias dos vãos da habitação prejudicam a sua imagem.



59.

59. Levantamento fotográfico das diferentes caixilharias.
Fotografias da autora.

Durante o exercício de projecto considerar-se-á a sua substituição e colocação de novas janelas e portas que permitam um melhor isolamento térmico para um melhor conforto.

A entrada de luz e calor é controlada por estores colocados pelo exterior das janelas, que serão também substituídos.

- Redes

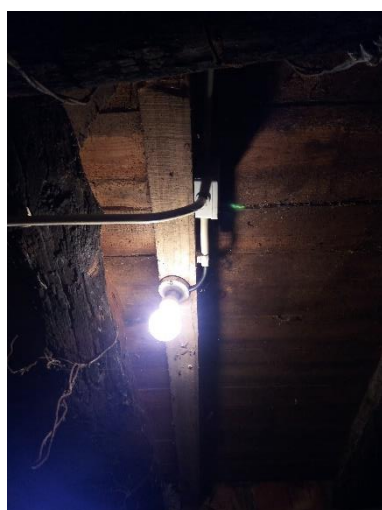
Foi também efectuado um breve levantamento às redes e infraestruturas a existência de rede eléctrica em todos os compartimentos, situando-se no corredor de entrada o quadro eléctrico que liga a uma caixa no exterior entre as duas habitações. Os cabos estão à vista na maioria dos compartimentos, sendo necessário ocultar durante a intervenção.

Relativamente às redes hidráulicas, a habitação dispõe de água dos serviços municipalizados e também de um poço situado na cota mais baixa do terreno, junto ao lago artificial, que é conduzida até ao depósito situado no cimo da casa de banho com a ajuda de um motor. A água é distribuída pela casa de banho, cozinha do piso superior, loja e torneiras existentes no exterior da habitação.

Não existe sistema de saneamento, daí a descarga ser efectuada directamente para o compartimento debaixo do corredor de entrada – esterqueira. A maior parte dos tubos estão à vista quer no interior, quer no exterior da casa.

As redes de saneamento são as que necessitam de maior cuidado uma vez que são um pouco precárias. Verificada a inexistência de saneamento básico, é essencial uma solução alternativa para a descarga, que em vez de ser conduzida directamente para um compartimento acima do solo, deverá ser feita para uma fossa séptica.

A habitação é, ainda, servida por água quente na cozinha e casa de banho, estando o esquentador situado na cozinha.

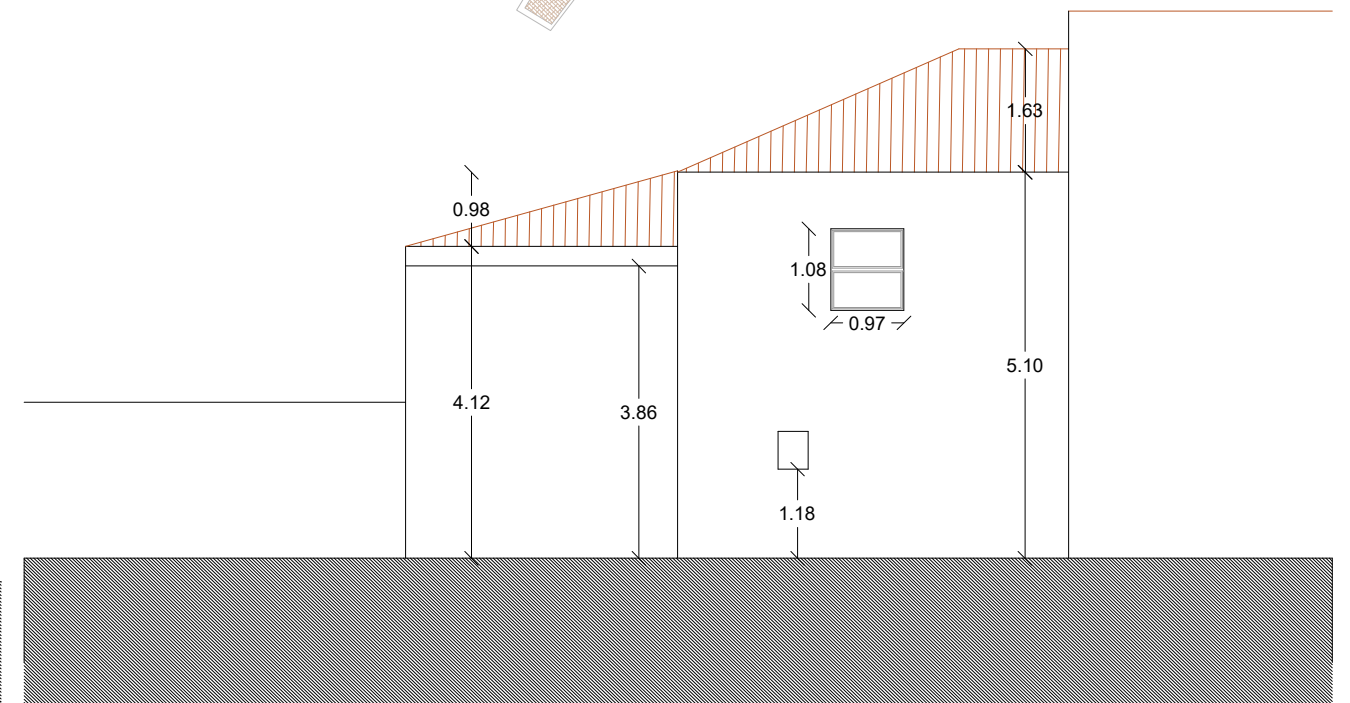
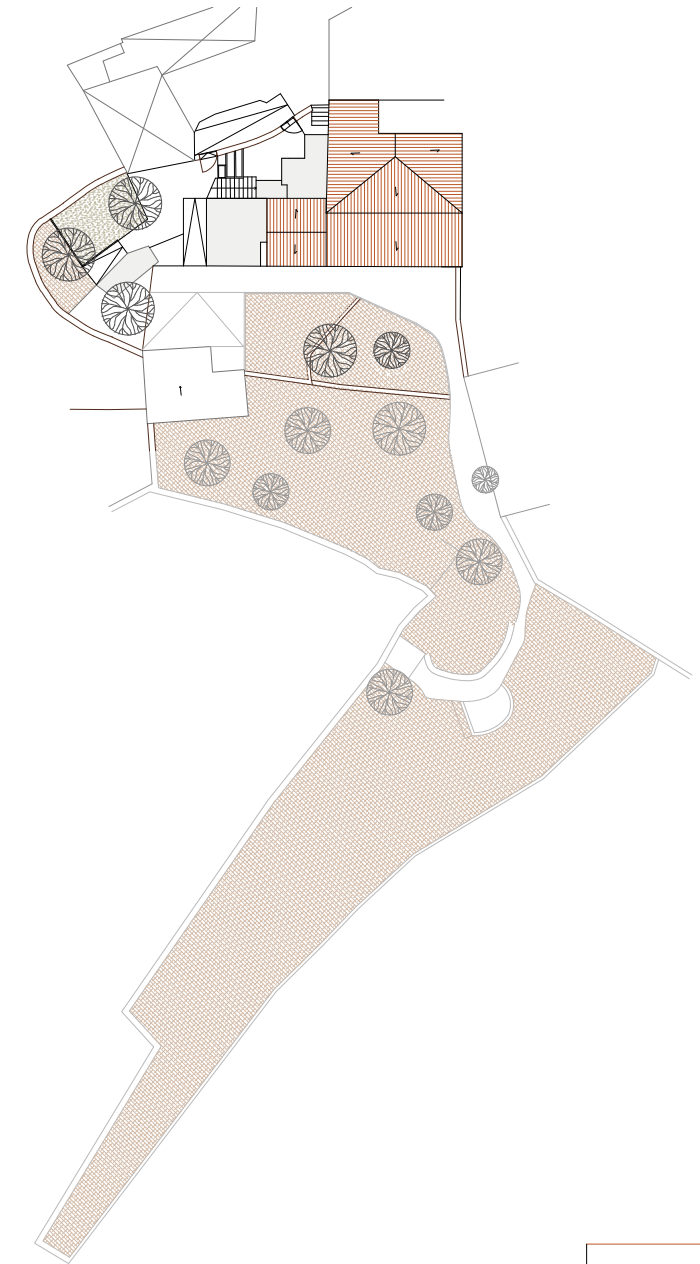
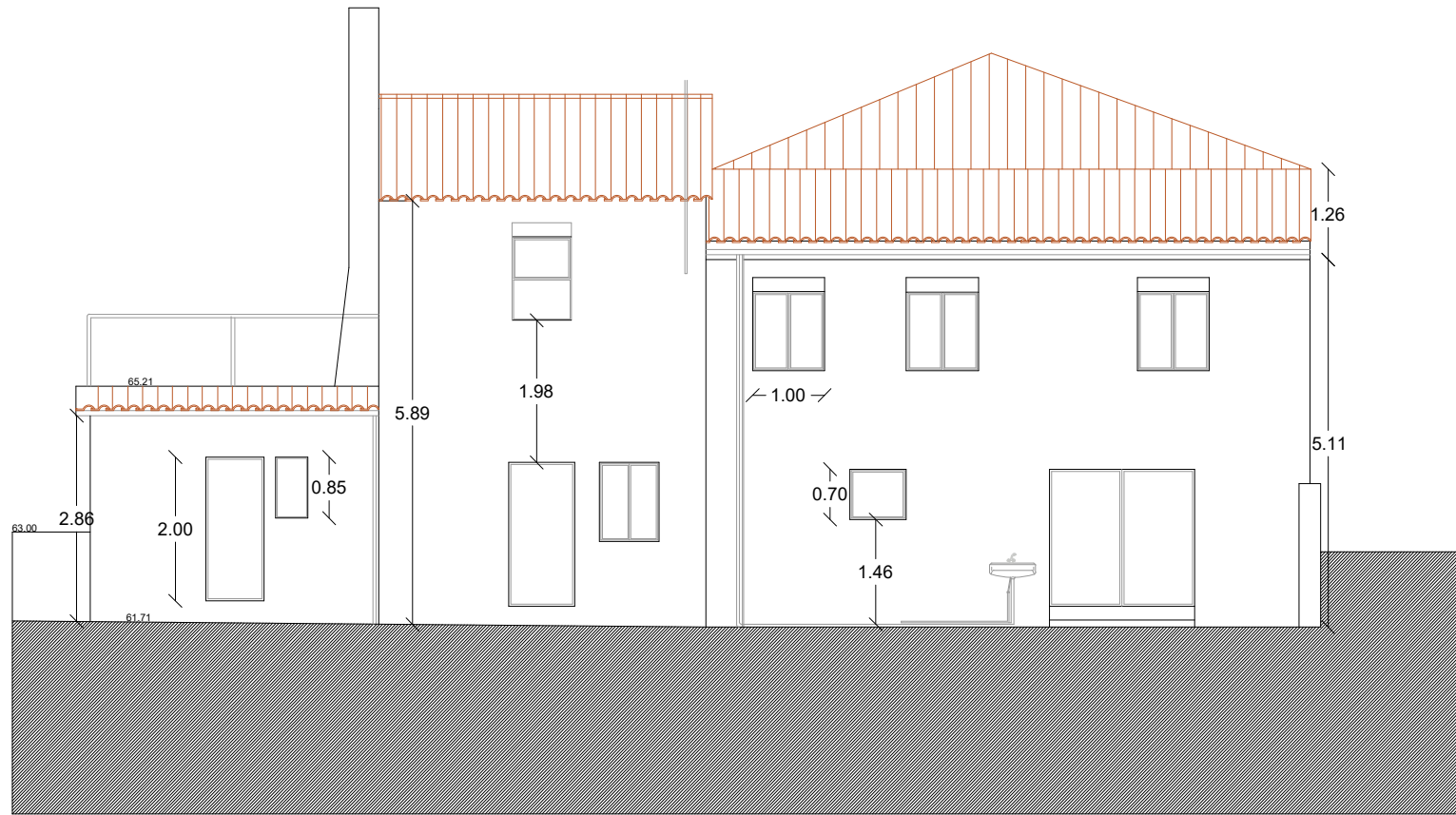


60.

60. Levantamento fotográfico das redes (eléctrica, hidráulica e gás)
Fotografias da autora.

	QUANTIDADE	EXTERIOR	INTERIOR
COBERTURA	3	Telha de canudo e marselha 3 águas Cobertura plana	Tecto de madeira ou laje rebocada
CHAMINÉ	2	Visíveis	Corresponde às duas cozinhas/ lareiras
MATERIAIS	-----	Pedra granito Reboco	Madeira Reboco
PAVIMENTO	-----	Cimento Terra Pedra granito	Soalho Cortiça envernizada Linóleo Terra/ cimento
JANELAS	10 exteriores 1 interior	8 - Sul 1 – Poente - Madeira 1 – Nascente - Madeira	1 - Madeira
CAIXILHOS	10 exteriores 1 interior	8 - Madeira e 1- alumínio todas com protecção (estore) exterior	1 - Madeira
CORES PAREDES	-----	Branco	Branco
ELECTRICIDADE	-----	Próximo das entradas e	Todos os compartimentos
ÁGUA	-----	Água dos serviços municipalizados e do poço	Torneiras na cozinha piso superior, casa de banho e loja.
GÁS	-----	-----	Cozinha
Nº PISOS	2	-----	-----
ÁREA PISO 0	-----	-----	127,15 m²
ÁREA PISO 1	-----	-----	113,80 m²
ÁREA BRUTA CONSTRUÇÃO	-----	-----	240,95 m²
ÁREA ANEXO (coberto e galinheiro)	-----	-----	28,45 m² + 6,30 m²
ÁREA TERRENO	-----	1125,55 m²	-----

3.5 Levantamento do existente



O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELEMENTOS RIGOROSOS

VANESSA AREZES

ARQ. LUIS PEDRO SILVA

JUNHO 2017

IMPLANTAÇÃO E ALÇADOS SUL / NASCENTE / POENTE

ESCALA 1:500/1:100

EXISTENTE

O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELEMENTOS RIGOROSOS

VANESSA AREZES

ARQ. LUIS PEDRO SILVA

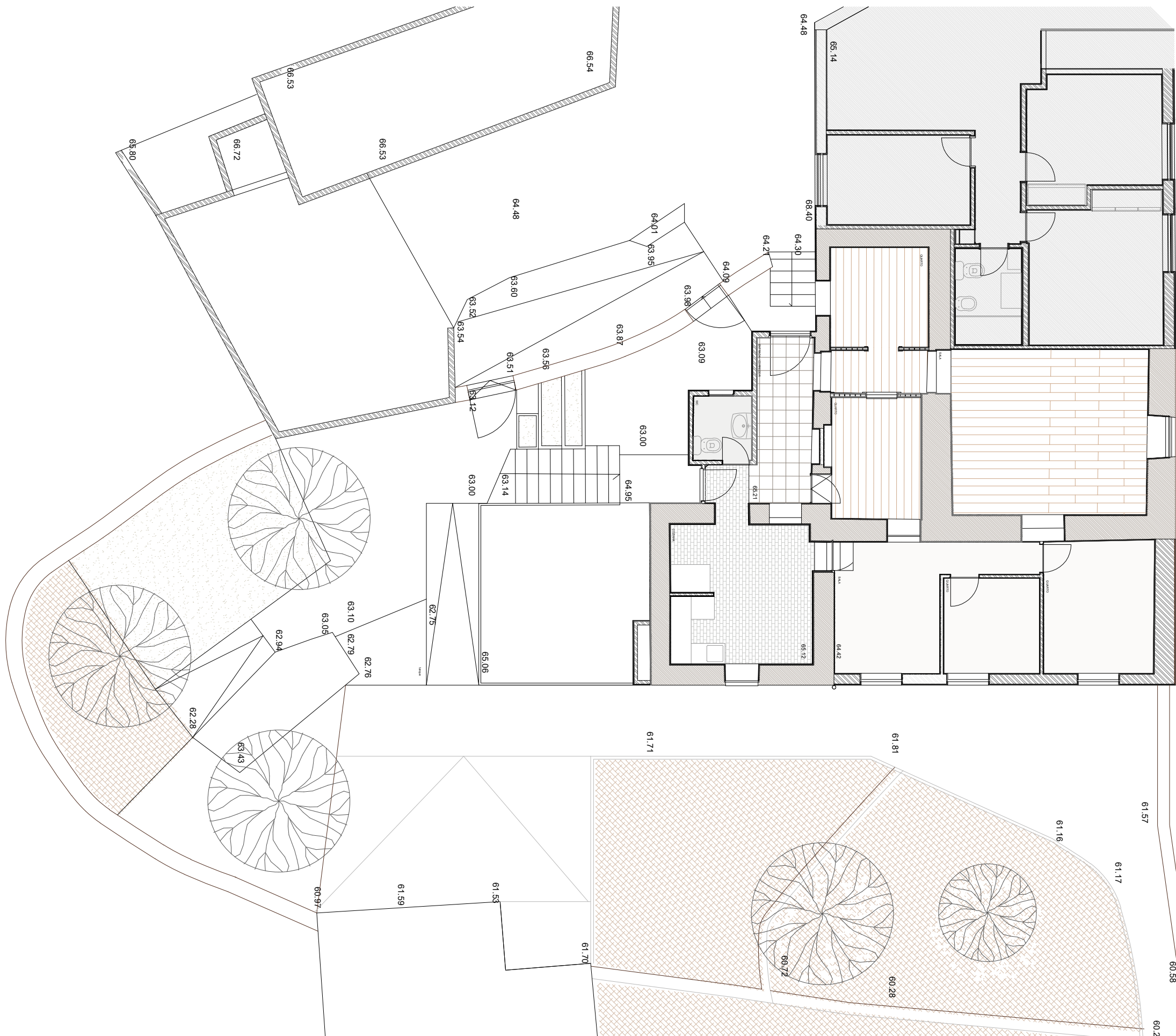
JUNHO 2017

PLANTA PISO 1_COTA 66.2M

ESCALA 1:100

EXISTENTE

2



- Pavimento em soalho
- Pavimento cerâmico
- Pavimento em linóleo
- Pavimento em cimento
- Pavimento em relvado
- Pavimento cerâmico
- Paredes de alvenaria em pedra de granito
- Paredes em tijolo
- Paredes em tabique
- Reboco
- Camada de regularização
- Camada de forma

O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELEMENTOS RIGOROSOS

VANESSA AREZES

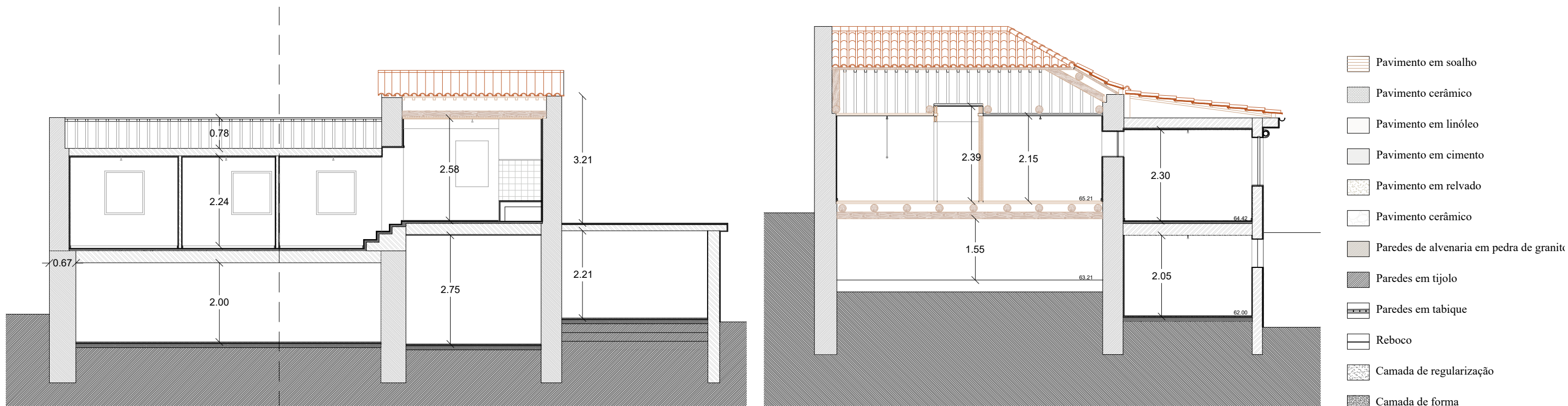
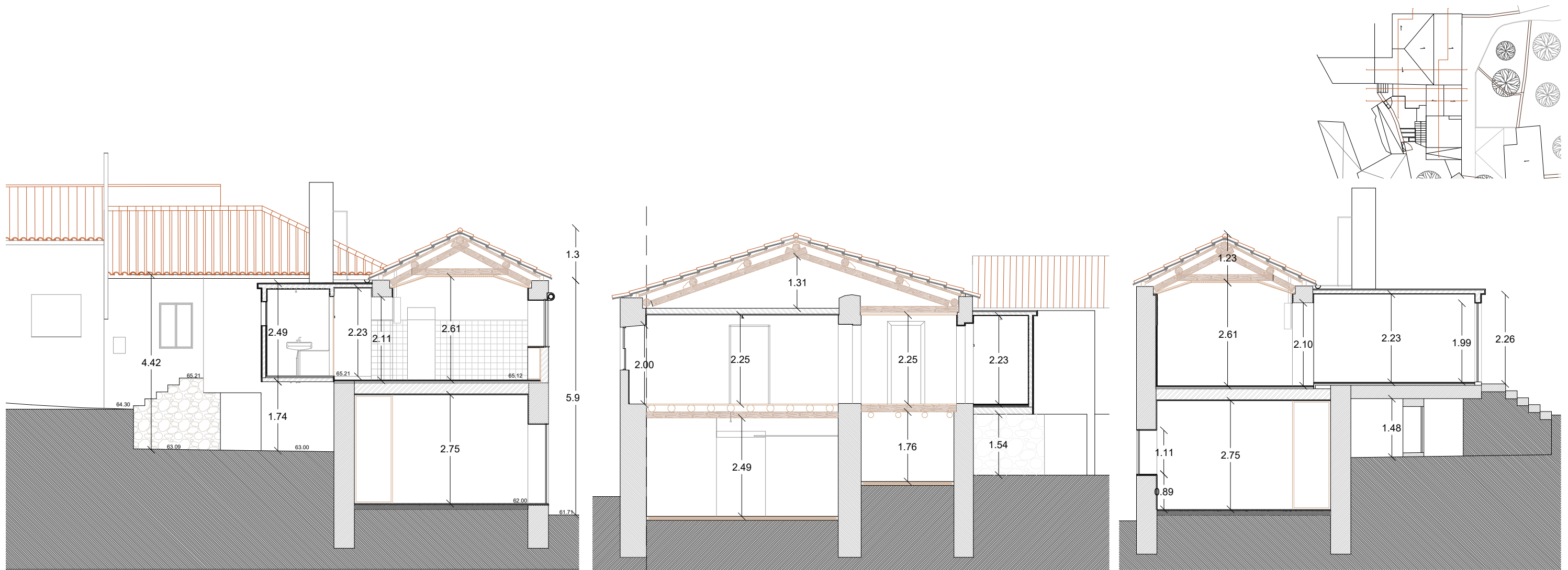
ARQ. LUIS PEDRO SILVA

JUNHO 2017

PLANTA PISO 0_COTA 63.20M

ESCALA 1:100

EXISTENTE



O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

3.6 Resultado das intervenções danosas

Como resultado das sucessivas intervenções ao longo do tempo, a habitação apresenta nos dias de hoje uma distribuição funcional desorganizada, um pouco casuística e com problemas. Um quarto que seria iluminado por uma janela virada a sul ficou enclausurado sem luz nem ventilação natural devido ao aumento da parte sul da casa correspondente aos quartos e sala.

A posição dos quartos tornou-se aleatória, dispersos por todo o piso superior. A sala principal ficou mais isolada e distante da cozinha, acabando por não ser muito utilizada uma vez que a vivência passou a ser mais frequente no lado sul – onde se situa a cozinha e os novos quartos.

A localização da casa de banho não terá sido a mais indicada. A posição da porta deste compartimento está voltada para a cozinha e junto à porta de entrada, acabando por haver conflito entre as duas entradas. Para além disso não corresponde às exigências actuais – que para além de não possuir banheira ou cabine de duche, serve os 4 quartos e é a única instalação sanitária em toda a construção – quem estiver nos quartos voltados a sul, terá de passar pela cozinha e pela entrada para chegar à casa de banho, o que não é uma situação ideal. Verificou-se, desta forma, a necessidade de alteração do sanitário e acrescento de um novo.

Há também uma perda de espaço correspondente às várias circulações interiores existentes e necessárias devido à distribuição dos compartimentos, esta que poderia ser melhorada. A iluminação natural da habitação será revista devido à pequena dimensão dos vãos, mas principalmente devido à caixilharia – nalguns compartimentos em mau estado de conservação.

3.7 Identificação de patologias

Frequentemente, muitos dos edifícios antigos encontram-se com problemas que devem ser corrigidos aquando a sua intervenção. A humidade ascensional, infiltrações,



61.

61. Deterioração (devido à humidade ascensional) da laje do pavimento e parede de pedra no piso térreo do caso de estudo.

Fotografia da autora.

fendilhações e desagregação são algumas das anomalias identificadas habitualmente nas habitações mais antigas no meio rural.¹²⁶

A ausência de sistemas de drenagem de águas pluviais e a proximidade de rios e levadas levam à retenção de água na envolvente próxima da casa, saturando os terrenos. Não sendo possível o seu escoamento, esta entra em contacto com as paredes e fundações dos edifícios e é absorvida ascendendo por capilaridade. Neste processo, os sais arrastados pela água absorvida, cristalizam no interior da habitação danificando as pinturas e azulejos, habitualmente designando por salitre.

A sua eliminação é quase impossível podendo ser tratada, retardada ou disfarçada com a utilização de produtos disponíveis no mercado, no entanto, se a parede estiver completamente infiltrada, destrói não só os acabamentos como a própria pedra. Neste caso só se consegue eliminar com uma profunda intervenção durante a execução das obras de recuperação, que parte da resolução do escoamento das águas no solo e da substituição das estruturas afectadas impedindo ainda o contacto de água com as fundações e paredes - correndo o risco de o custo ser muito elevado.

O ambiente húmido no interior dos edifícios também é suficiente para a degradação das habitações. A quantidade de vapor de água presente no ar – humidade absoluta - varia com as características locais, com a altitude, variação de temperatura e com o arejamento dos espaços. No entanto é a humidade relativa do ar que permite avaliar o conforto ambiental, a percentagem de vapor de água contida no ar. Para exemplificar utiliza-se o caso do automóvel fechado com a temperatura exterior baixa, o que acontece é que a quantidade do vapor de água começa a aumentar, o ar fica saturado e o vapor condensa os vidros que ficam embaciados, obrigando ao seu aquecimento com a resistência eléctrica ou mesmo abrindo os vidros para renovação de ar.

¹²⁶ PINHO, Fernando F. S., “*Principais Patologias em Paredes de edifícios Antigos.*” http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/1162__T%C3%A9cnicasreabilitacao_alvenarias.pdf [Consultado em 10 de Janeiro de 2016]



62.

62. Presença de infiltrações na habitação em estudo.
Foto da autora.

*“Os valores aceitáveis da humidade relativa, entendidos numa perspectiva de conforto e de bem-estar devem situar-se entre os 40% e 60%. Abaixo destes valores o ar é demasiado seco, dificultando a respiração e podendo prejudicar a conservação de alguns materiais (...) Acima torna-se demasiado húmido, criando condições para o desenvolvimento de doenças, de bolores e fungos e de putrefacções.”*¹²⁷

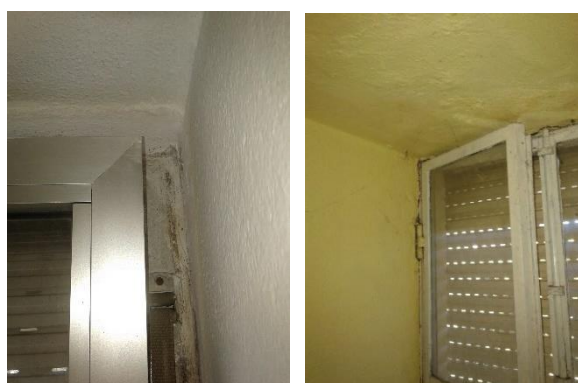
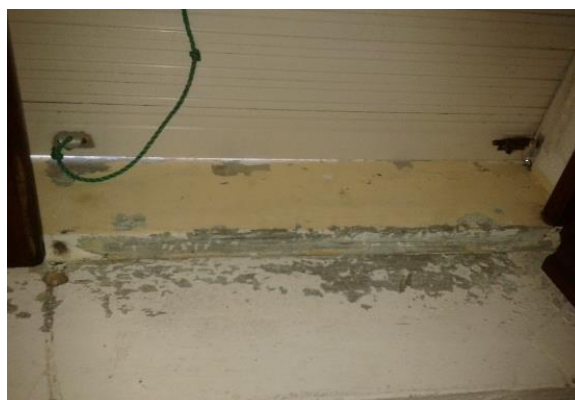
Esta patologia pode ser considerada problemática para a saúde bem como para a degradação da casa se esta não for bem ventilada e obscura, provocando fungos que destroem materiais como a madeira. Como prevenção, a casa deve estar bem ventilada e a uma temperatura amena, sem grandes variações de temperatura. Também se deve recorrer à utilização de barreiras químicas contra a humidade ascensional – por injeção de caldas de cimento estabilizadas por betonite ou cal ou transfusão – ou dar um tratamento hidrofugante.¹²⁸

Se as paredes exteriores forem espessas de alvenaria de granito, muito utilizadas na região do Minho, são de mais baixa condutibilidade térmica sendo apenas necessário a introdução de isolamento térmico no interior da habitação e a substituição das caixilharias de vidro simples por vidro duplo. Estas paredes funcionam também como absorventes do calor emitido pelo Sol durante o dia que se dissipa durante a noite para o interior da casa, no caso dos meses frios de Inverno, ocorrendo o oposto nos dias de Verão, em que a cor branca dos rebocos reflecte mais energia solar do que absorvem, ou seja, apresentam uma inércia térmica elevada.

A utilização deste tipo de paredes exteriores é sempre uma boa opção, apresentando óptimo comportamento térmico e isolamento acústico desde que sejam utilizadas técnicas que antecipem a formação de infiltrações ou a sua degradação. Contudo, é sempre favorável a colocação de isolamento térmico para o controlo da temperatura no interior do edifício. Pode ser colocado pelo interior quando se pretende manter a fachada, sendo mais barato do que a colocação pelo exterior. Em contrapartida, os compartimentos reduzem de dimensão e é necessário repor os rodapés, canalizações,

¹²⁷ LIMA, João Gomes de Abreu; CALHEIROS, Maria do Rosário Coutinho; MENDONÇA, Isabel Maria Furtado. “Apontamentos para a recuperação do edificado rural.” Ponte de Lima. Novembro de 2007. Pg. 65

¹²⁸ APPLETON, João A.S. “Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção”. Edições Orion. 1ª Edição. Setembro de 2003.



63.



64.

- 63. Infiltrações**
Fotografia da autora
- 64. Fendilhações**
Fotografia da autora

fios eléctricos ou outros elementos, variando caso a caso. Também é possível a colocação de uma segunda parede de tijolo ou pedra com o isolamento entre estes dois elementos e caixa de ar no mínimo de 4 cm, podendo corrigir pontes térmicas apesar de ser complicado nos casos de encontro entre paredes e coberturas, pilares e vigas.¹²⁹

As coberturas são também pontos críticos, registando-se em muitos casos infiltrações. No caso de a estrutura de suporte estar em bom estado deve ser mantida, conservando-a colocando ainda o isolamento térmico sobre esta e por cima a subtelha e telha conforme a tradição local dando-se preferência à telha caleira e à lousa.¹³⁰ Como refere no livro ‘Green Vitruvius’, o isolamento de uma cobertura inclinada sobre desvão é simples e é económico quando colocado na horizontal a fibra de vidro, lã mineral ou poliestireno. Nas coberturas planas deve-se procurar a utilização de cobertura invertida que protege a impermeabilização contra tensões térmicas.¹³¹

Relativamente aos vãos exteriores – portas e janelas – devem responder a certas exigências básicas como o isolamento térmico e acústico, vedante e resistência contra a intrusão. Quando as janelas ou portas originais não verificam algum destes pontos, acrescenta-se uma portada, persiana ou uma nova janela pelo interior como alternativa à alteração de vidros simples por duplos. Também é possível a colocação de um segundo vidro nos caixilhos existentes com pequenas adaptações. Se os caixilhos estiverem bastante danificados deve-se proceder à sua alteração para outros mais recentes e melhor vedados.

É recorrente ocorrerem fendilhações nestas zonas provocadas pelo movimento de assentamento das fundações ou falta de resistência da estrutura. Nas paredes de alvenaria, rebocos, varandas ou em zonas de contacto entre paredes e lajes também é recorrente esta situação, como também nas construções actuais. Para o combate desta anomalia propõe-se a substituição do material degradado e a consolidação da alvenaria por injeção de caldas de cimento, cal ou resinas para o preenchimento dos espaços

¹²⁹ LIMA, João Gomes de Abreu; CALHEIROS, Maria do Rosário Coutinho; MENDONÇA, Isabel Maria Furtado. “Apontamentos para a recuperação do edificado rural.” Ponte de Lima. Novembro de 2007. Pg. 62

¹³⁰ APPLETON, João A.S. “Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção”. Edições Orion, 1ª Edição. Setembro de 2003.

¹³¹ Ordem dos Arquitectos. “A Green Vitruvius – Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável”. Lisboa. 2001. Pg. 91



65.



66.

65. Fungos e térmitas.

Fotografia da autora.

66. Caruncho.

Fotografia da autora.

vazios interiores e selar as fissuras conduzindo à alteração das características físicas e mecânicas dos materiais.¹³²

Quando se verifica a existência de humidade ou deterioração nos pavimentos é recomendada a colocação de isolamento sob a superfície. Se houver caixa de ar, a colocação do isolamento é mais simples.¹³³ A presença de água devido a uma má ventilação ou a variação de temperatura podem provocar o ataque de agentes bióticos na madeira como o ‘caruncho’ ou ‘térmitas’ e, conseqüentemente, problemas graves na estrutura, alterando a sua resistência. Os insectos que provocam o denominado ‘caruncho’ formam serrim ao atacarem a madeira húmida, por isso são alvos fáceis de detectar. No caso das térmitas, só são identificáveis quando a deterioração se apresenta num estado avançado com formações exageradas ou rotura do elemento estrutural.

Estes são alguns dos problemas encontrados frequentemente nos edifícios antigos que levam ao seu abandono e desinteresse. Como verificado, aplicando simples técnicas pode-se corrigir muitas situações, evitando a sua demolição. Não obstante, deve-se sempre considerar as técnicas tradicionais e tentar coadunar a imagem da habitação com a envolvente empregando materiais característicos da região e evitando materiais ou acrescentos dissonantes, fora do contexto.

Depois de encontradas as soluções para as patologias procurar-se-á reduzir a necessidade de instalações especiais como sistemas mecânicos de aquecimento ou ventilação e aparelhos de ar condicionado. Quando inevitável, procurar obter energia a partir de fontes renováveis para alimentar esses sistemas.

Face ao uso e à falta de intervenções verificaram-se algumas patologias associadas à humidade, ao mau isolamento, à pouca iluminação e ventilação.

Em suma, a presença de humidade ascensional no piso inferior da construção, humidade dispersa pela maioria dos compartimentos e infiltrações – caso mais perturbante na cozinha, são alguns dos problemas que se pretendem resolver com o projecto de reabilitação. Acrescenta-se ainda o envelhecimento dos materiais, como a estrutura em madeira da cobertura que necessita de ser conservada e substituída nos

¹³² APPLETON, João A.S. “Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção”. Edições Orion, 1ª Edição. Setembro de 2003.

¹³³ Ordem dos Arquitectos. “A Green Vitruvius – Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável”. Lisboa. 2001. Pg. 91

casos onde esteja deteriorada - quartos da fase mais antiga da casa. A presença de fungos e caruncho na madeira presente na parte mais antiga da casa também é preocupante pelo que será necessário tratar. Nas paredes em tabique denota-se uma ligeira degradação devido a fungos/ térmitas, no entanto, será dispensado qualquer tipo de tratamento devido à sua substituição por paredes em alvenaria de tijolo.

Após a análise realizada, foi possível resumir e agrupar as características da habitação em dois temas - as potencialidades e ameaças ou fragilidades, de forma a orientar o exercício de projecto. Nesse sentido, os pontos fortes identificados traduzem-se na relação com o terreno a sul, a estrutura primária da casa em paredes de alvenaria em pedra e a lareira – como sistema de aquecimento tradicional a ser reaproveitado. A escada em pedra também é importante para a autenticidade da construção assim como a composição dos vãos (estrutura primária). O tema da cozinha como espaço de reunião será uma referência para o estudo da organização interior do projecto de reabilitação assim como a separação entre espaços de trabalho (piso inferior) e de estar (piso superior). Uma vez que tem o privilégio de possuir um poço com água corrente, a proposta de intervenção procura o seu aproveitamento.

No que diz respeito às fragilidades da edificação, como referido anteriormente, as mais preocupantes correspondem às intervenções realizadas ao longo do tempo das quais resultaram espaços sem luz, um quarto de banho no exterior, fora da habitação e uma distribuição interior dos compartimentos desorganizada, com reduzidas dimensões que não correspondem às exigências actuais de conforto. Durante o processo de projecto procura-se dar resposta a estes problemas como também ao estado de conservação das caixilharias, às patologias identificadas associadas ao desgaste e tempo, à inexistência de saneamento básico e às infraestruturas, sem organização. A distribuição dos anexos exteriores não foi bem conseguida, pretendendo-se a sua eliminação ou realocação.

A implantação da habitação dificulta ainda mais o exercício devido à relação promíscua das edificações. A chegada à casa através de um caminho privativo partilhado, impossibilita a liberdade de intervenção, assim como implica um cuidado redobrado na leitura dos alçados. Todo este trabalho de identificação foi importante para a colocação de condicionantes e redução do leque de alternativas possíveis que surgem durante o exercício de projecto.

4. A ARQUITECTURA POPULAR INTERPRETADA POR UM PROJECTO CONTEMPORÂNEO

4.1 Aproximação ao real

Antes de se avançar para uma solução, foi necessário reflectir, numa primeira fase, sobre as limitações impostas que permitiram orientar a proposta. Deste modo, foi pedido por parte da proprietária que a casa tivesse 3 quartos, 2 casas de banho, uma sala, cozinha, lavandaria e arrecadação/ arrumos - estes últimos espaços deveriam situar-se num compartimento próprio a essas funções. Foi solicitado também a existência de um galinheiro e um espaço para o abrigo da madeira, como acontece na construção existente.

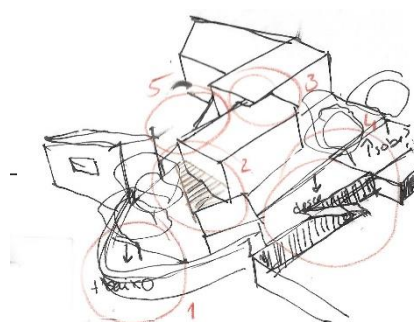
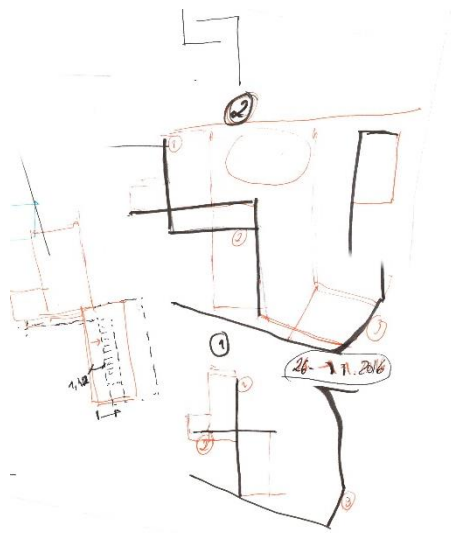
A dimensão dos quartos teria de ser aumentada em relação aos existentes e o número de quartos de banho também. É igualmente pretendido que se mantenha a entrada para a habitação do lado Norte e uma outra à cota inferior.

Através destas imposições o caminho a seguir tornou-se mais claro apesar de ainda deixar um leque de opções a tomar em aberto. Apesar de não ser estabelecido um limite monetário, sempre se teve em linha de conta uma certa razoabilidade económica, salientando-se que não terá sido o critério principal do trabalho.

4.2 Perenidades no projecto

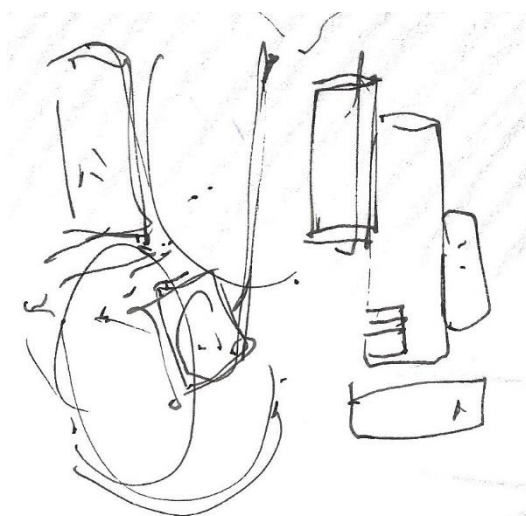
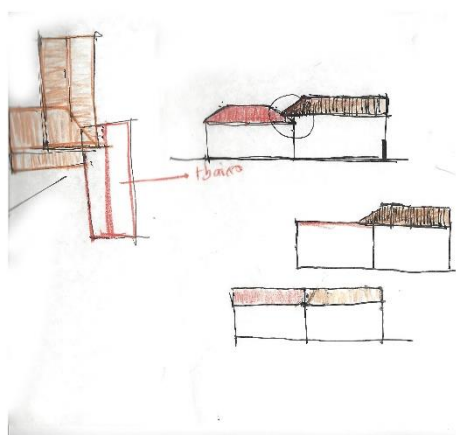
Estabeleceram-se alguns princípios fundamentais que orientaram uma solução para o exercício de projecto. Nesse sentido, estabeleceu-se a ideia do respeito pela herança, pelo que já foi construído, procurando que a nova proposta não desvirtue as qualidades principais das fases em que a construção tinha mais consistência arquitectónica, procurando conciliar o novo com o antigo. O objectivo não será necessariamente a adopção de uma mesma linguagem ou de uma completamente diferente, mas sim *“determinar as possíveis constantes que essa existência apresente (...)”*¹³⁴ e tirar proveito do passado respondendo às necessidades de hoje.

¹³⁴ TÁVORA, Fernando. *“Teoria Geral da Organização do Espaço. Arquitectura e Urbanismo. A Lição das Constantes.”* Porto, FAUP. 1993.



Questões

- 1- Terreno + baixo d'água?
- 2- Cobertura?
- 3- União dos laboratórios 10.01
- 4- Pavimento + baixo Goble 2013
- 5- Cobertura na entrada? → terrace



67.

67. Esquissos do esquema de composição e identificação de alguns problemas.

Tal como Fernando Távora menciona as constantes presentes na arquitectura tradicional mantêm-se actuais tais como “*a natureza das relações*” sendo que a modernidade está presente quando existe uma relação justa entre a obra e a vida.

O segundo ponto seria manter a identidade da casa campo, permitindo a continuidade da exploração do terreno para práticas agrícolas, assim como manter um espaço central comum - cozinha / sala como elemento principal da habitação associado ao fogo como centro da vida doméstica e nesse sentido, pretende-se manter a lareira existente. O terreiro como espaço de chegada é uma ideia a ser explorada assim como a reutilização da água proveniente do poço.

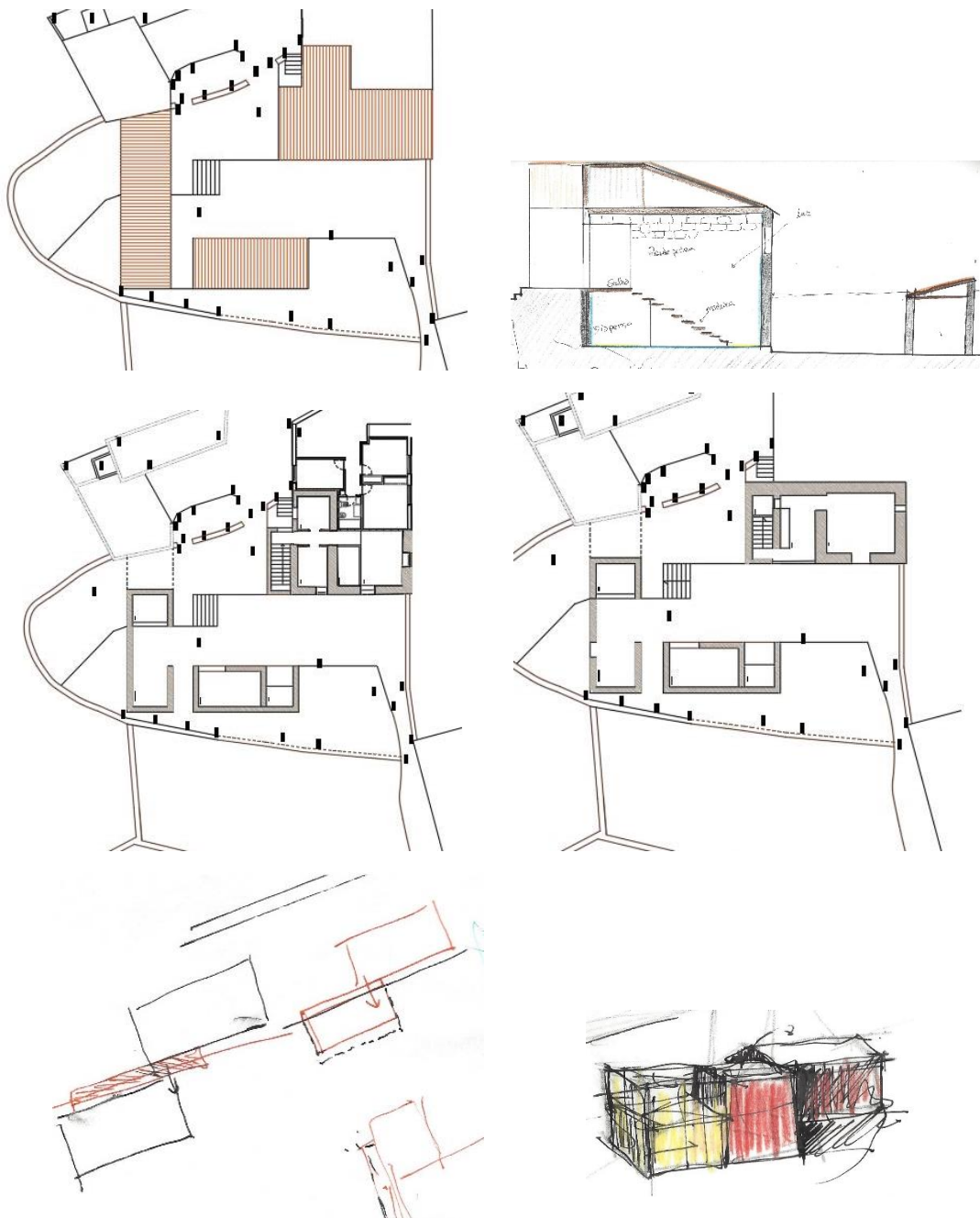
4.3 Projecto – Princípios de composição

A relação entre a arquitectura e o lugar são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer projecto. A luz, o clima, os materiais locais são elementos a ter em conta durante o seu processo de desenvolvimento, assim como a pré-existência e as o meio onde se insere. Deste modo, a proposta procura conciliar o antigo com o novo através de dois volumes que integram o programa da habitação, sendo que o primeiro será o existente e o segundo o novo adaptado de parte do existente.

Esses volumes estarão dispostos sobre dois eixos estruturantes, o da entrada que divide os espaços comuns dos privativos e outro, perpendicular que corresponde ao percurso de distribuição para os compartimentos e ao momento de ligação entre as duas cotas.

Considerando os pontos fortes da habitação, procurou-se o reaproveitamento da estrutura primária da habitação e da sua relação com o terreno a sul. Deste modo, durante todo o processo, procurou-se manter as paredes em alvenaria de pedra, a cobertura em telhado e a escada como momento de chegada à habitação tal como acontece em muitas outras casas de campo – ainda que neste caso a escada não seja tão imponente. A localização dos vãos respeitará o projecto original uma vez que não faria muito sentido fechá-los para criar novas aberturas.

Será fundamental a reorganização da distribuição interior dos compartimentos tendo em conta o programa pedido e procurando o aumento da dimensão dos espaços para



68.

68. Proposta com apenas a estrutura primária da habitação e anexos. Solução posterior de dois volumes.

responder às exigências actuais de conforto. Relativamente a esta questão é também essencial a colocação de isolamento térmico na cobertura, paredes e pavimento assim como a substituição das janelas.

Através do levantamento do existente e depois de uma breve análise, concluiu-se a necessidade de melhorias estruturais e infraestruturais.

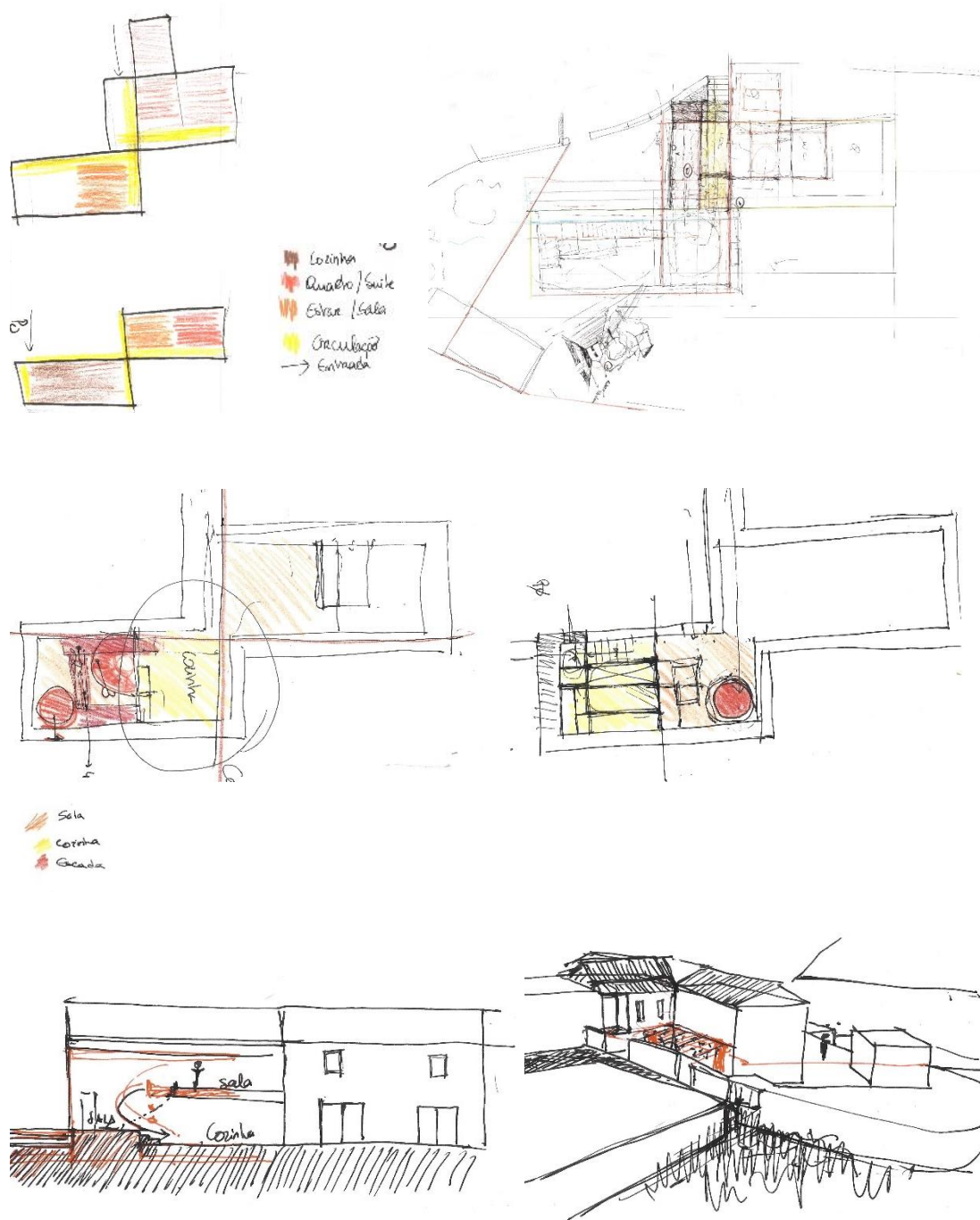
4.4 Uma luta contra áreas reduzidas

- O INÍCIO DE UMA PROPOSTA

Procurando dar resposta ao pedido, partiu-se da estrutura primária da casa, rejeitando os volumes correspondentes às justaposições ocorridas ao longo dos anos. Procurou-se manter a composição volumétrica inicial da casa tentando resolver a habitação no piso superior com uma ligação interior para o piso inferior destinado a compartimentos de apoio como a lavandaria, cozinha para as actividades mais sujas relacionadas com a lavoura, arrumos e garagem – referência ajustada das casas de lavoura. Para a resolução do problema da falta de luminosidade no quarto central e como resposta ao pedido de 3 quartos, surgiu a ideia de um pátio nesse mesmo quarto que permitiria iluminar os compartimentos da casa. A cozinha preservava a posição actual e a sala estaria voltada a sul, junto à cozinha, posição agora ocupada pelos quartos.

Apesar de se procurar um esquema de composição semelhante às casas de lavoura estudadas, abandonou-se a ideia de um só piso com a habitação devido à falta de área, insuficiente para abrigar todo o programa.

Resultado da ideia anterior surgiu a solução de dois volumes que formariam um pátio. Para isso acrescentava-se um volume destinado a uma cozinha, lavandaria que comunicava com um tanque (que existiu em tempos) e galinheiro. Apesar da solução se tornar mais clara, continuava a ter problemas de área e o volume principal da habitação, sendo volumetricamente semelhante ao volume anexo, tornava-se secundário, não sendo esse o objectivo.



69.

69. Estudos iniciais da proposta de intervenção.

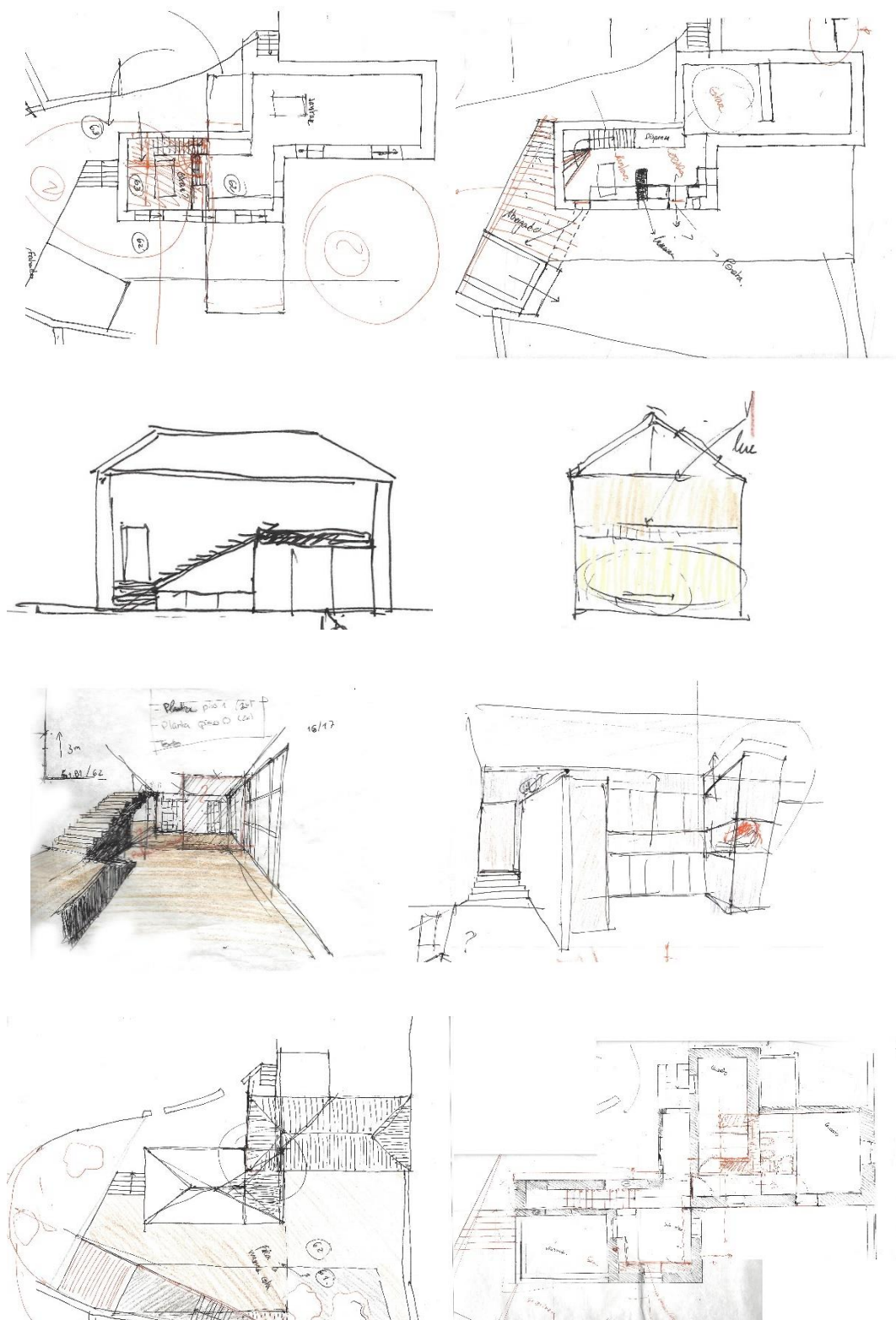
Posteriormente, de forma a resolver o problema da dimensão mínima das divisões da solução anterior e tirando proveito do corpo construído na segunda fase da casa, surgiu uma composição de dois volumes semelhantes, paralelos e unidos que resolviam a articulação entre todos os compartimentos pelo interior.

Nesse sentido, manteve-se a ideia do aproveitamento da estrutura principal da habitação, das paredes da sala, de um quarto e da cozinha bem como a ideia das escadas como momento de chegada / entrada, característica presente em muitas habitações rurais, assim como a varanda, daí a decisão de aproveitar o que seria a cobertura da cozinha no piso inferior para criar um espaço de estar voltado para os campos.

A distribuição dos compartimentos difere das soluções anteriores uma vez que a habitação se distribui, nesta solução, em dois pisos - o superior destinado aos quartos e varanda assim como um espaço de estar/biblioteca e o piso inferior destinado à cozinha e sala, procurando situar a cozinha numa posição de maior importância e central para que os habitantes usufruam deste espaço. Este esquema resultou do estudo da reabilitação de um sequeiro de José Gigante. Nessa obra, o piso inferior dispunha de um quarto, opção tomada considerando as questões relacionadas com mobilidade reduzida. Neste sentido, criou-se também um quarto no piso inferior da proposta.

- PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Definida uma estrutura base para a volumetria da habitação, o desenvolvimento do exercício de projecto começou a fluir até à proposta apresentada. Assim, sentiu-se a necessidade de resolução de vários temas, como a falta de área do quarto e casa de banho adjacente no piso superior e da cozinha, também a questão da entrada para a habitação, o posicionamento do anexo de apoio às actividades agrícolas, o terreno envolvente à habitação e, um problema resultante da decisão de optar pelos dois volumes - o encontro entre as coberturas para não entrarem em conflito.



70.

70. Esquissos do estudo da distribuição dos compartimentos e escada de acesso entre pavimentos.

Entre a opção de modificação de toda a cobertura existente e, o afastamento dos dois corpos para evitar esse problema, que implicaria a demolição das paredes existentes do volume da cozinha, decidiu-se seguir o primeiro caminho.

A resolução do volume da entrada principal da habitação passou por várias soluções. Apenas numa fase posterior à análise de exemplos de articulação entre volumes, presentes nos projectos de reabilitação apresentados neste trabalho, a entrada da habitação voltou ao existente, estudando-se alternativas de abertura de vãos e materiais para as paredes envolventes da entrada.

Devido à dificuldade de articulação entre a cota do piso térreo e a cota do pavimento da entrada na propriedade, excluiu-se a hipótese de uma entrada a Norte do edifício para o piso inferior.

A disposição dos compartimentos estava mais ou menos estabilizada - no piso superior dispunha-se os quartos, casas de banho, entrada e sala em mezanino para o piso inferior. No piso térreo, junto à sala de jantar, com pé direito duplo, estava definida a localização da cozinha e da lareira como o ‘coração’ da habitação e espaço de reunião - situação que se verifica actualmente, a qual se pretende preservar. Contíguo à cozinha, num espaço mais resguardado, situava-se uma sala de estar e, junto a esta, um quarto com casa de banho privativa, que funcionava como quarto de hóspedes, ou se necessário, um quarto destinado a pessoas com mobilidade condicionada.

No exterior manteve-se a construção anexa prevista nas soluções anteriores, destinada à lavandaria e, numa cota mais baixa do terreno, implantou-se um anexo com compartimentos para o resguardo dos animais, alfaías agrícolas e lenha.

Durante a procura de uma linguagem equilibrada e harmoniosa para os alçados, recorreu-se aos exemplos das casas de lavoura e a obras de Fernando Távora, Álvaro Siza e José Gigante através dos quais surgiram alterações ao nível da disposição interior dos compartimentos que conduziram à proposta final apresentada.



71.

71. Esquissos do desenvolvimento da composição exterior.

- PROPOSTA

Como averiguado nas obras de Fernando Távora, Álvaro Siza e José Gigante, o programa surge sempre dividido entre compartimentos privativos e sociais. Ou seja, os quartos aparecem sempre isolados da cozinha e sala, quase que autónomos. Já nos exemplos da arquitectura popular, não é tão clara essa divisão, sendo mais nítida a separação entre habitação e espaço de trabalho.

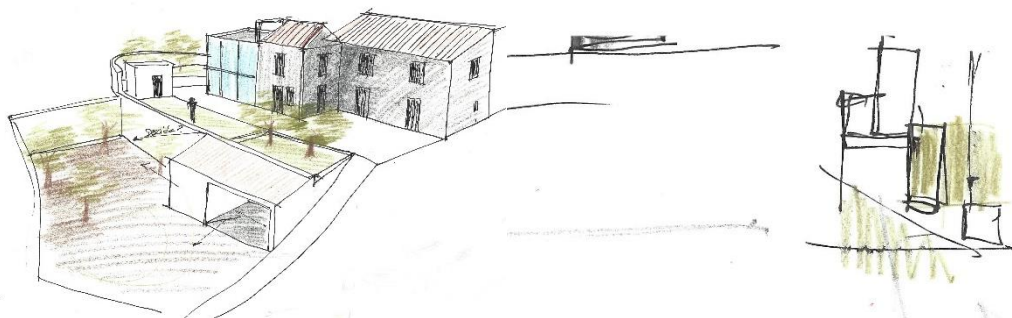
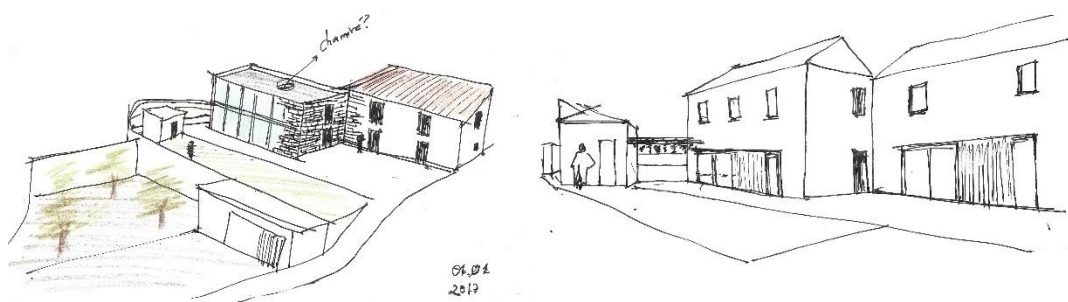
Deste modo, foi aplicado na proposta o mesmo esquema. Acrescentou-se o terceiro quarto, que antes estaria no piso inferior, sobre a sala de jantar de forma a dividir a habitação em compartimentos privativos por piso. Esta opção permitiu ampliar a sala de estar no piso inferior e criar um sanitário de serviço, que estava em falta neste piso.

Como não fazia muito sentido a separação da sala de estar com a de jantar apenas pela decisão de colocar a cozinha no centro, inverteu-se a posição da cozinha com o espaço de refeições para que este se aproximasse da sala de estar. Assim, conseguiu-se uma articulação clara entre estas divisões e um esquema de composição mais simplificado.

Para além das alterações mencionadas, foi importante voltar ao tema do corredor de acesso. A análise dos exemplos do livro ‘Arquitectura Popular’ foi útil para a compreensão do papel da varanda, maioritariamente associado a uma escada, como espaço de transição que poderia ser aberto ou encerrado, coberta pelo telhado da habitação criando unidade na composição.

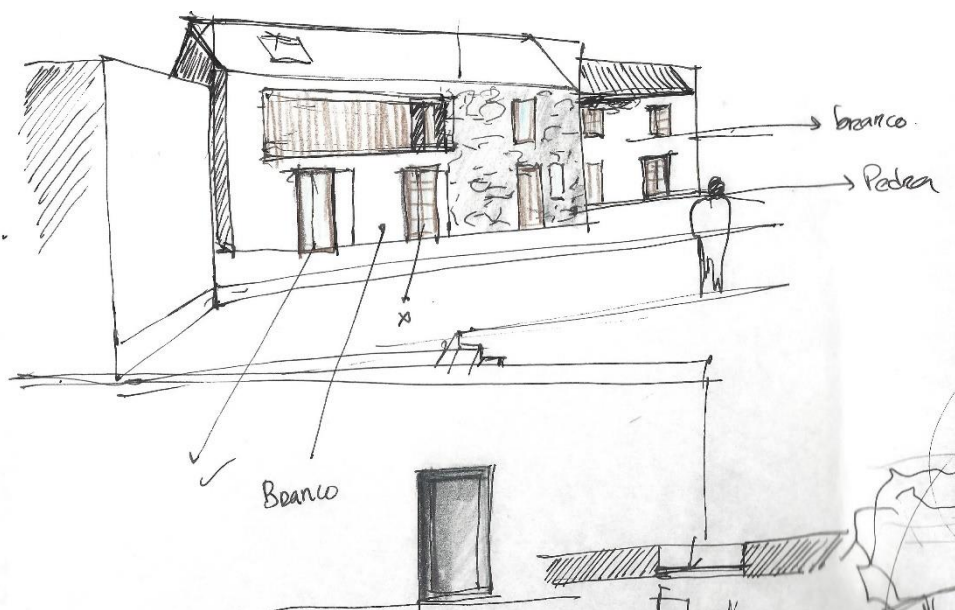
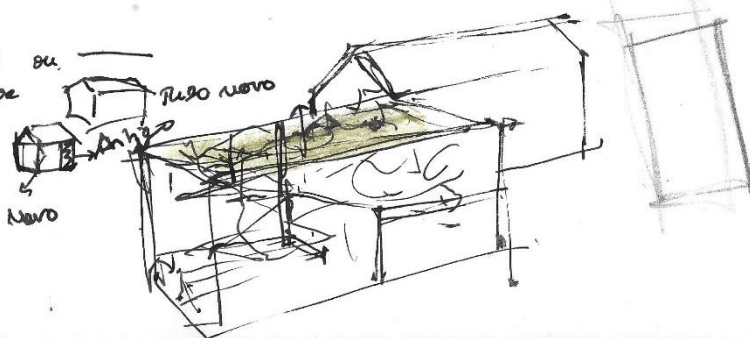
Devido à relação promíscua que se iria criar com a casa anexa, com um alçado distinto, e pela dificuldade na relação do volume da entrada com a restante composição, optou-se por simplificar ao máximo este elemento, de maneira a funcionar como um ‘elo’ de ligação entre os volumes principais da habitação. A recuperação da casa de Briteiros, de Fernando Távora, influenciou nesta decisão devido ao acrescento criado para a união entre os dois volumes da habitação, apresentando outra materialidade.

No presente estudo pretende-se a mesma ideia, procurando a utilização de um revestimento em zinco, afastado da parede interior de modo a permitir a passagem de luz zenital para a casa de banho no piso inferior.



1- Posição escadas G ou

2- linguagem escada



72.

72. Estudos da expressão do alçado e composição.

Esta estrutura leve que encerra todo o espaço, contrasta com a restante composição exterior maciça, em alvenaria de pedra e relaciona-se com a cobertura em camarinha com uma pequena abertura para a iluminação do espaço de entrada.

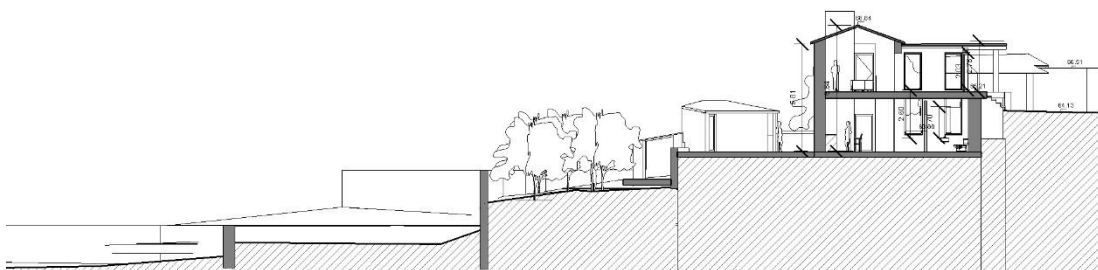
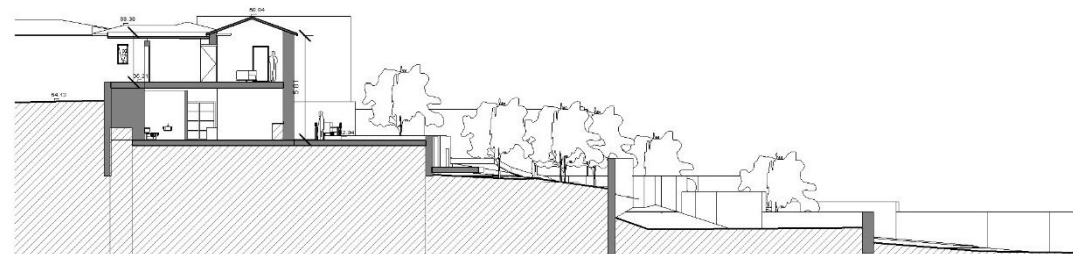
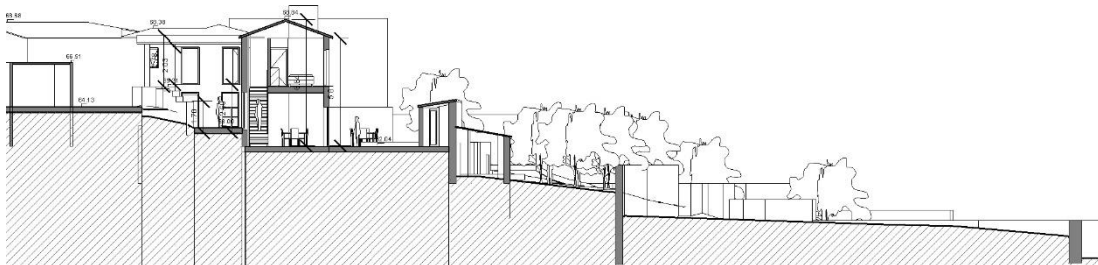
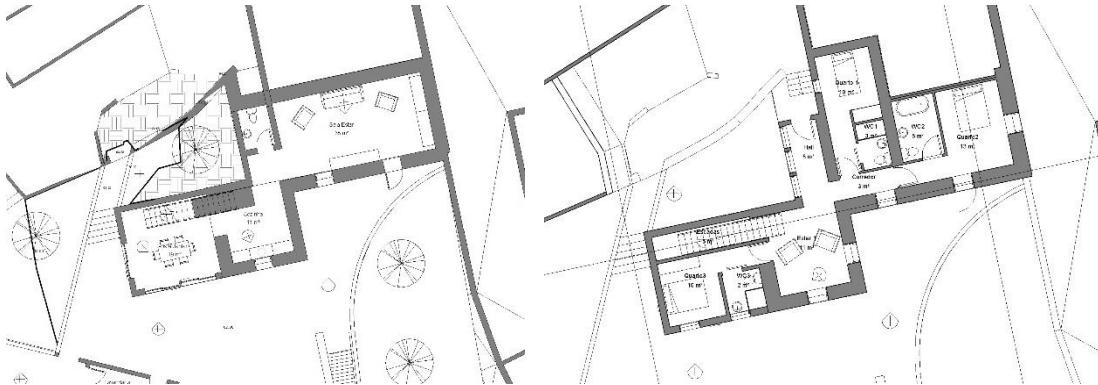
Para contrariar a rigidez e secura deste alçado com poucas aberturas, devido à sua orientação a Norte, e do espaço a que está associado, propôs-se a colocação de uma árvore resistente à humidade.

O alçado principal da casa, a Sul, também necessitava de uma maior coesão, por isso, respeitando o alçado dos exemplos das casas-sequeiro e casas de lavoura, prolongou-se o pavimento do piso superior dos quartos de modo a criar uma varanda alinhada pelo volume mais saliente, apoiada num pilar de 15x15cm. Esta decisão permitiu solucionar a cobertura, ultrapassando o problema da união entre os dois volumes.

Na proposta, a composição volta à sua estrutura inicial – existente -, permitindo a criação de um telhado único que protege o volume da cozinha e varanda, resultando na ligação da composição e do alçado. A cobertura do volume posterior procurou aliar-se à cobertura da casa anexa a este. Para funcionar, esta solução necessita da colocação de uma caleira entre as duas coberturas da casa, de forma a escoar a água que cai para interior.

Relativamente ao exterior, voltado a sul, propõe-se grandes lajes em granito para o pavimento, como acontece na casa da eira em Moledo do Minho de Siza Vieira ou em muitas outras construções rurais no Norte do país e, de maneira a criar um sistema de protecção solar passivo, surge a ideia de colocação de uma grande árvore. Este espaço funcionaria como uma ‘eira’ destinada a um espaço de estar e lazer.

O volume anexo da lavandaria, ao qual se associou um tanque com água do poço existente, servia como uma rótula entre os muros de suporte e como união entre a eira e o pomar. Propõem o avanço da cobertura deste anexo sobre uma escada de acesso ao pomar e aos dois compartimentos sobre a eira - o galinheiro e o coberto. Para além de estabilizar a eira, o volume da lavandaria também permitiria criar uma tensão no percurso desde a entrada no terreno até à fachada principal da habitação, por onde se acede ao piso inferior.



73.

73. Aproximação à proposta de intervenção - plantas e cortes extraídos do modelo tridimensional digital. Sem escala.

Como solução para os compartimentos relacionados com o trabalho agrícola, decidiu-se passar para o piso inferior, contíguo à eira. Deste modo, cria-se sobre esse espaço um coberto para guardar a lenha, adjacente às escadas que permitem uma articulação entre os dois pisos mais rápida e funcional, ao contrário da rampa existente. Definiu-se também a colocação do galinheiro sob a lavandaria. O acesso a estes espaços é coberto por uma ramada que se dobra sobre a rampa a nascente e se repete em frente a esta, envolvendo as árvores de fruto.

Relativamente aos acabamentos interiores, a cor branca será predominante por toda a construção para criar a ilusão de espaços maiores do que na realidade e também para reflectirem a luz. A cor branca do gesso cartonado nas paredes e tectos será articulada com a madeira dos caixilhos¹³⁵ e dos pavimentos em soalho como também com o cerâmico dos pavimentos e paredes das casas de banho e cozinha.

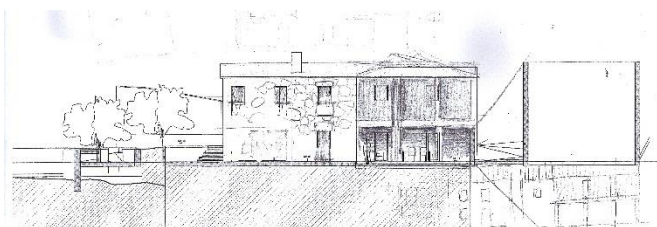
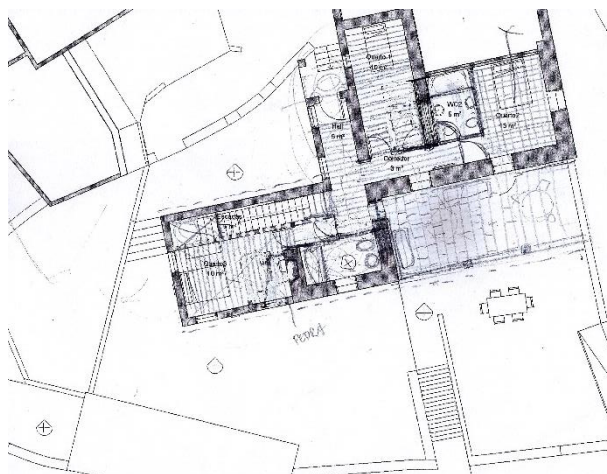
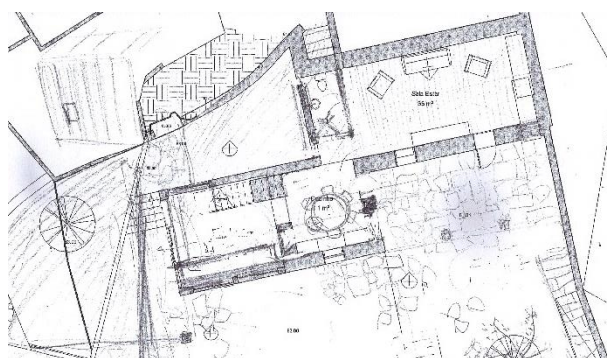
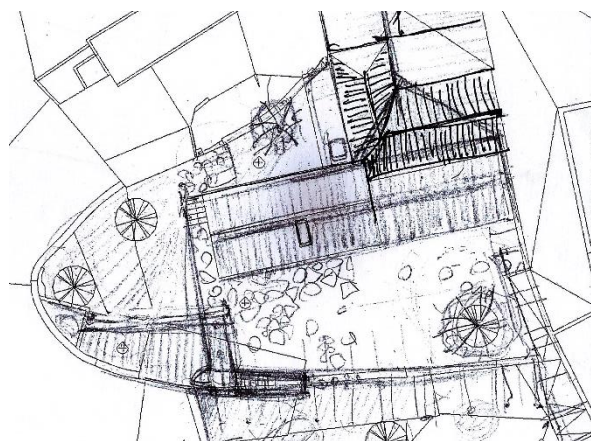
Como protecção da luz e calor, a proposta prevê a colocação de portadas interiores de madeira pela dificuldade em colocar na face exterior do vão. A utilização de portadas de madeira remete para as construções primitivas e para as soluções de reabilitação estudadas.

Propõe-se como excepção, manter parede em alvenaria de pedra correspondente ao eixo da entrada, sem qualquer tipo de revestimento.

Uma vez que existe terreno suficiente, procurou-se a preservação de alguns dos trabalhos da vida no agro devido à sua importância para uma melhor qualidade de vida e alimentar. Para isso, decidiu-se dedicar espaços próprios para diferentes actividades agrícolas como o pomar em frente à eira, que dá uma certa privacidade também.

Nesse sentido, a proposta reflecte sobre algumas preocupações com o ambiente através de pequenas decisões como o reaproveitamento de alguns materiais, a utilização de tintas de água, madeira, pedra, cortiça e o aproveitamento da água do poço para o tanque e para um sistema de rega de forma a poupar água potável.

¹³⁵ Que serão todos substituídos para manter a mesma linguagem por todo o edificado.



74.

74. Estudos sobre desenhos rigorosos com o auxílio do arq. Luís Pedro Silva.

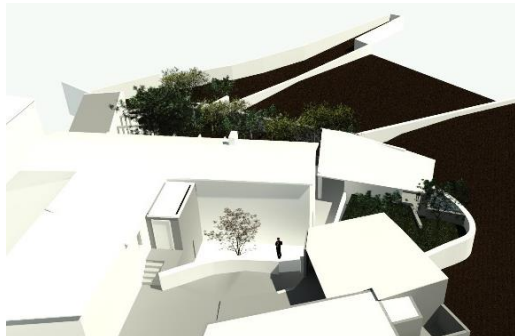
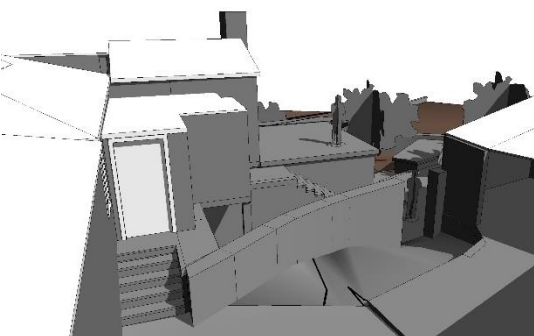
Também foi considerada a colocação de arejadores em todas as torneiras e utilização de sistemas de dupla descarga. Por fim, consoante a possibilidade financeira do proprietário, será ponderado a colocação de um sistema de aquecimento de água.

Para além destas questões, a intervenção terá também como objectivo a melhoria das instalações eléctricas, do gás e da água procurando ocultar a cablagem e os tubos colocados na fase mais recente de construção.

A proposta apresentada equivale a um estudo prévio, susceptível a pequenos ajustes durante a fase do projecto de execução, que será realizado numa fase posterior à conclusão deste trabalho e do percurso académico.

O exercício de projecto percorreu um caminho atribulado, com várias dúvidas e questões que não seriam resolvidas sem o trabalho de pesquisa, essencial no desenvolvimento da proposta. Também foi muito importante para uma melhor visão e compreensão dos espaços o auxílio da modelação 3D¹³⁶. Seguem-se imagens da proposta e elementos rigorosos produzidos noutro programa.

¹³⁶ Programa com o qual a autora não tinha nenhuma familiaridade. Recebeu formação durante a realização da presente dissertação.



75.

75. Imagens do existente e proposta, respectivamente.



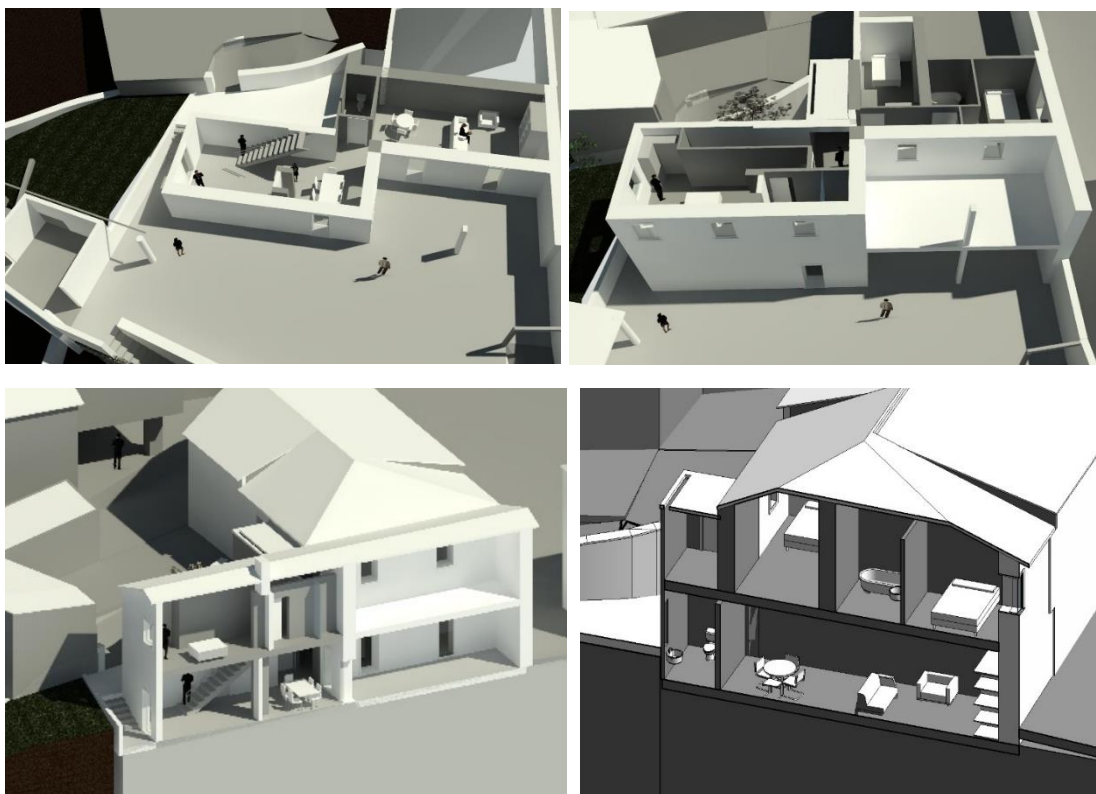
76.

76. Imagens do existente e proposta, respectivamente.



77.

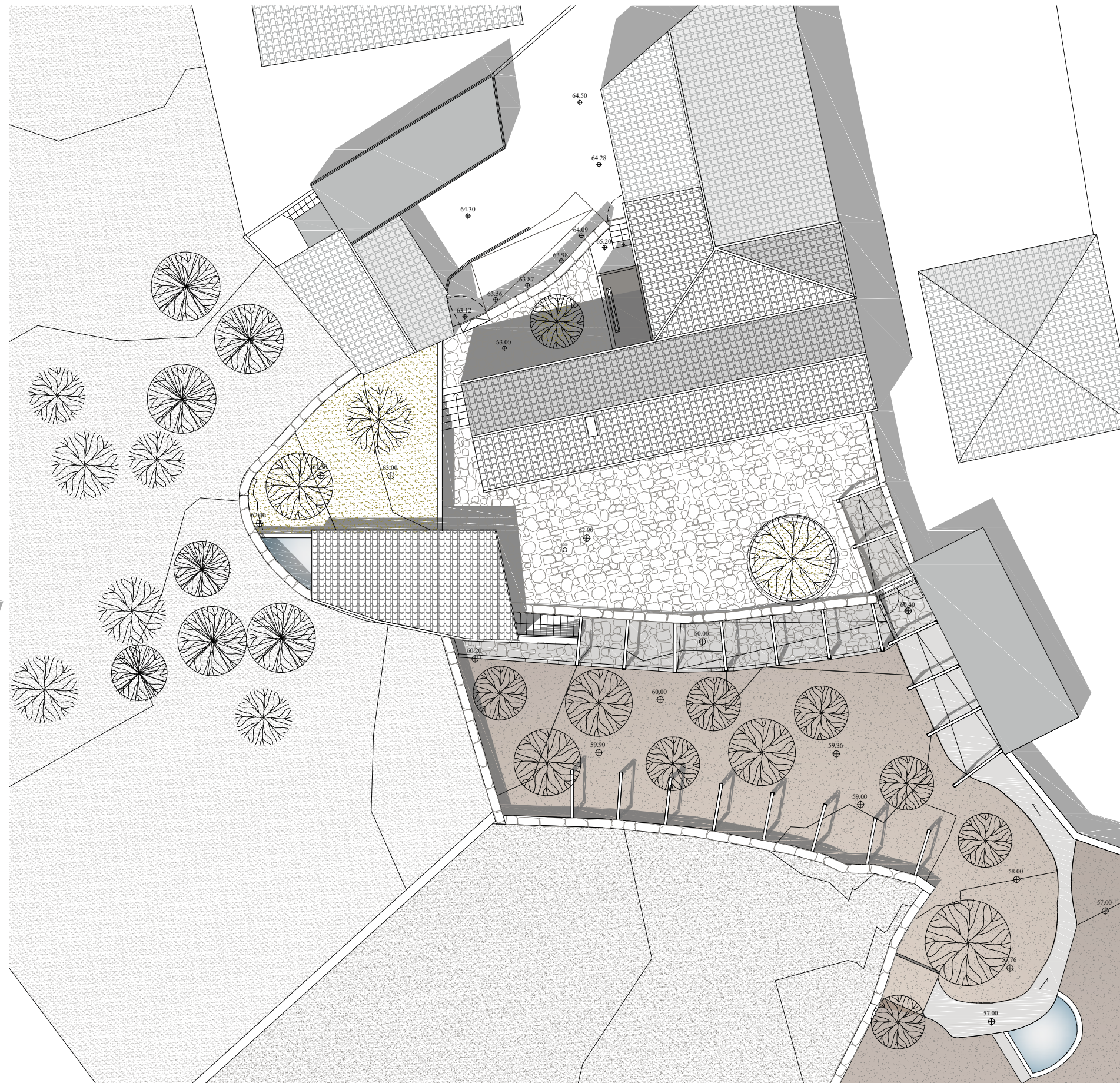
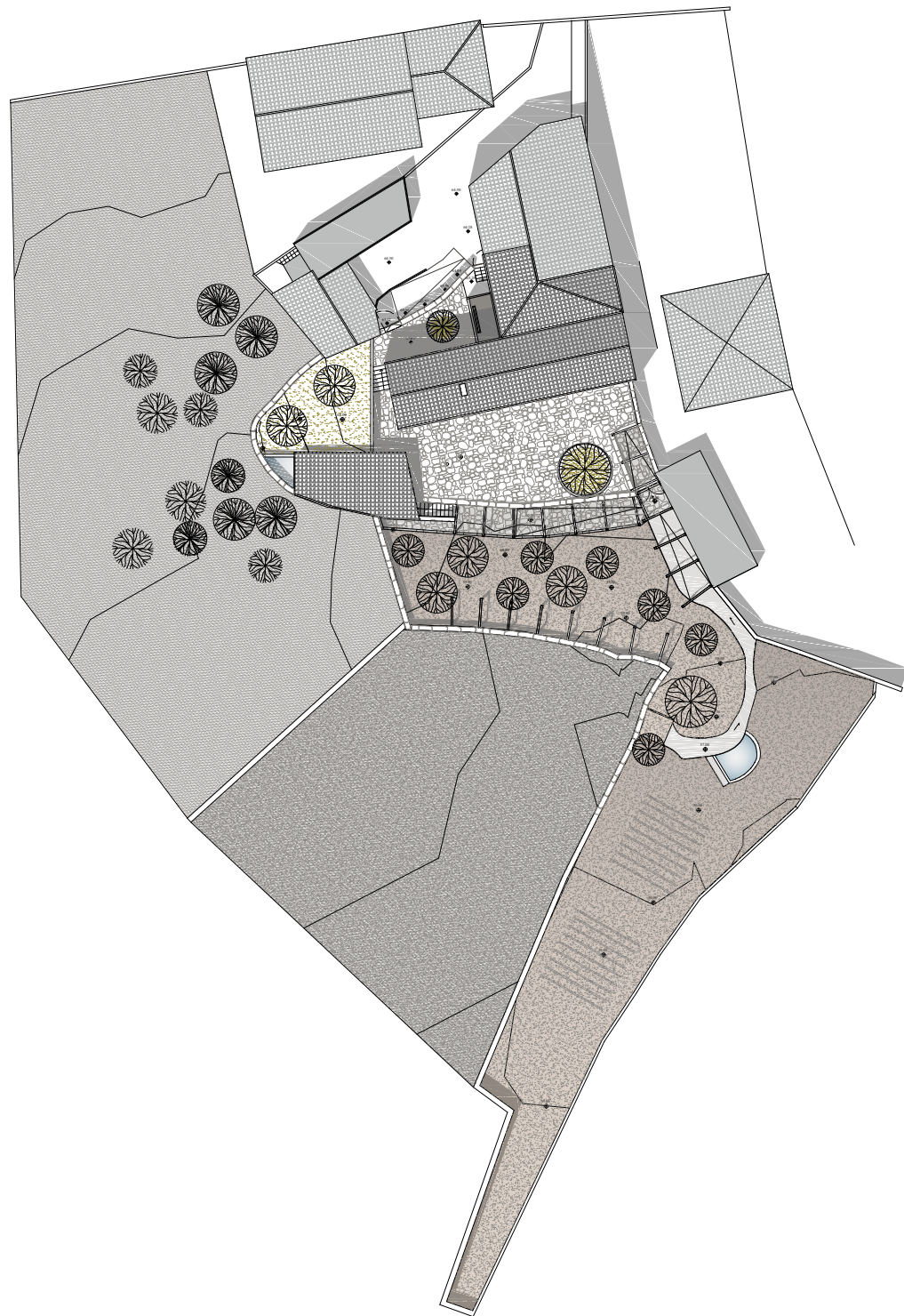
77. Imagens dos espaços exteriores.



78.

78. Compartimentos interiores da habitação.

4.5 Elementos gráficos rigurosos



O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO |

ELEMENTOS RIGOROSOS |

VANESSA AREZES |

ARQ. LUIS PEDRO SILVA |

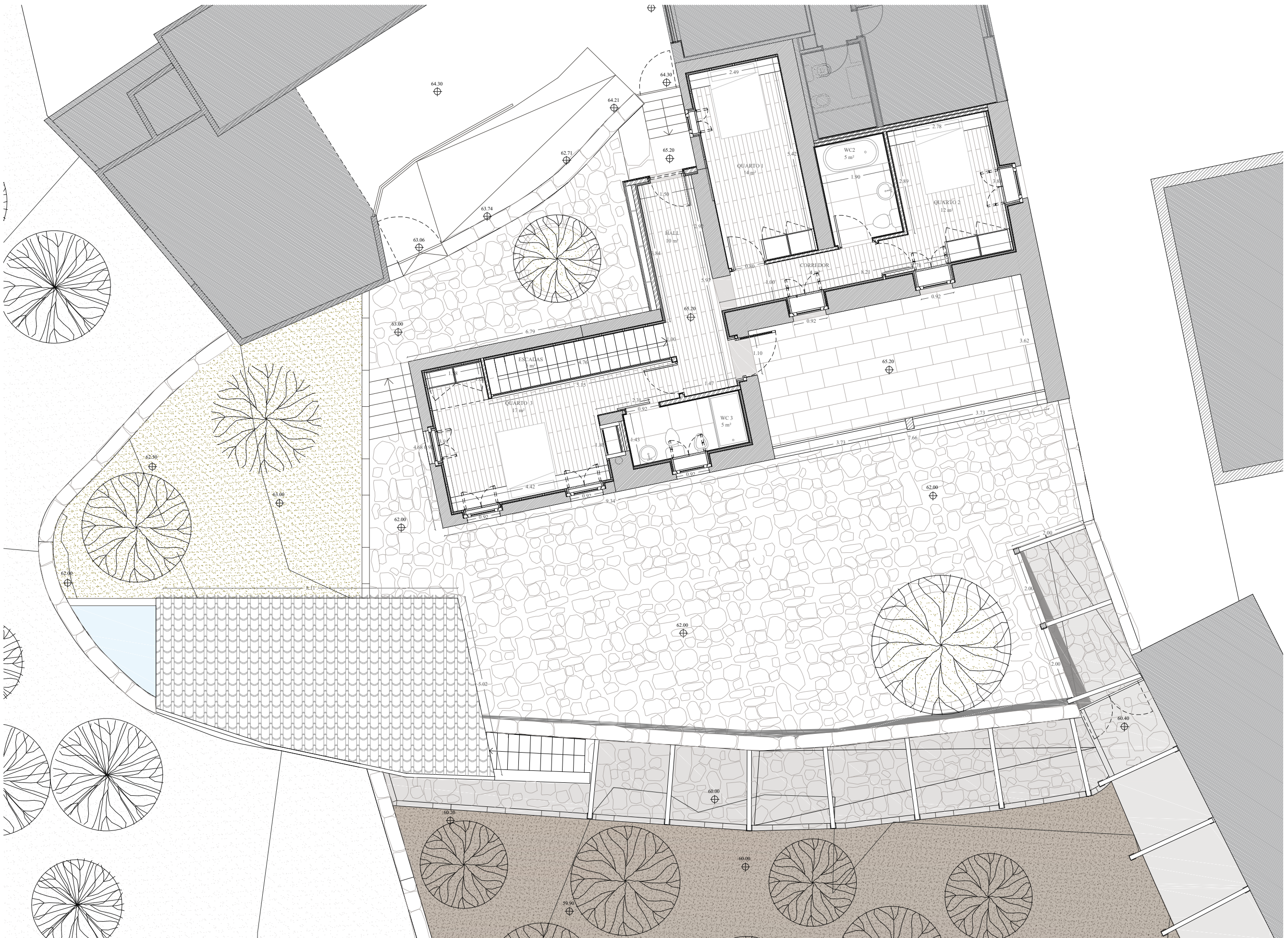
JUNHO 2017 |

PLANTA IMPLANTAÇÃO E COBERTURA

ESCALA 1:500 / 1:200

PROPOSTA

1

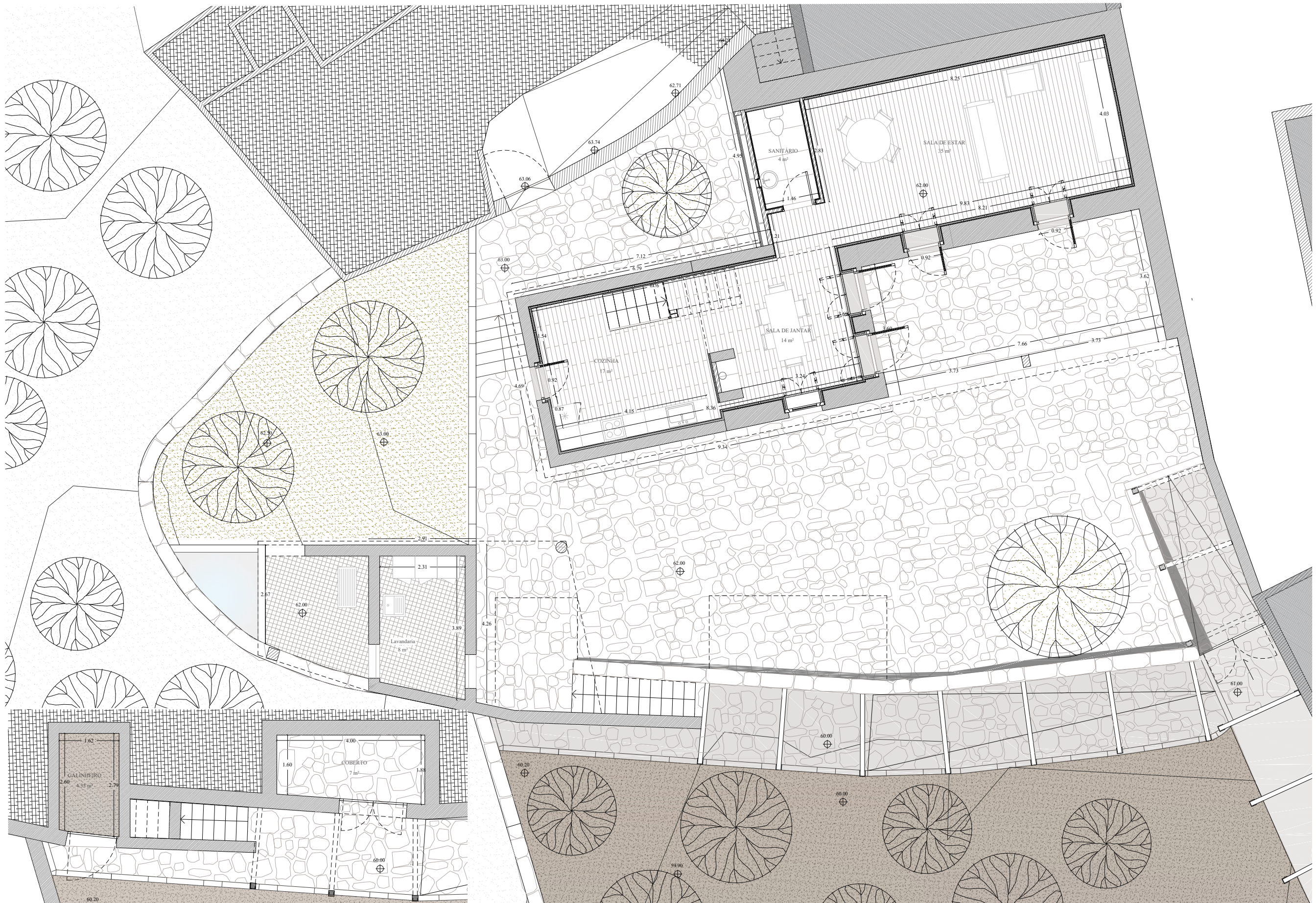


Legenda

- Alvenaria de tijolo cerâmico furado
- Aglomerado de cortiça expandida
- Massame de betão
- Laje em betão armado
- Argamassa de regularização
- Pavimento em lajeado de granito
- Camada de brita compactada
- Alvenaria de granito
- Tela de impermeabilização
- Gesso Cartonado
- Isolamento térmico

O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

0 1 3 4 5m



Legenda

- Alvenaria de tijolo cerâmico furado
- Aglomerado de cortiça expandida
- Massame de betão
- Alvenaria em granito
- Argamassa de regularização
- Pavimento em lajeado de granito
- Camada de brita compactada
- Alvenaria de granito existente
- Tela de impermeabilização
- Gesso Cartonado
- Isolamento térmico

O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELEMENTOS RIGOROSOS

VANESSA AREZES

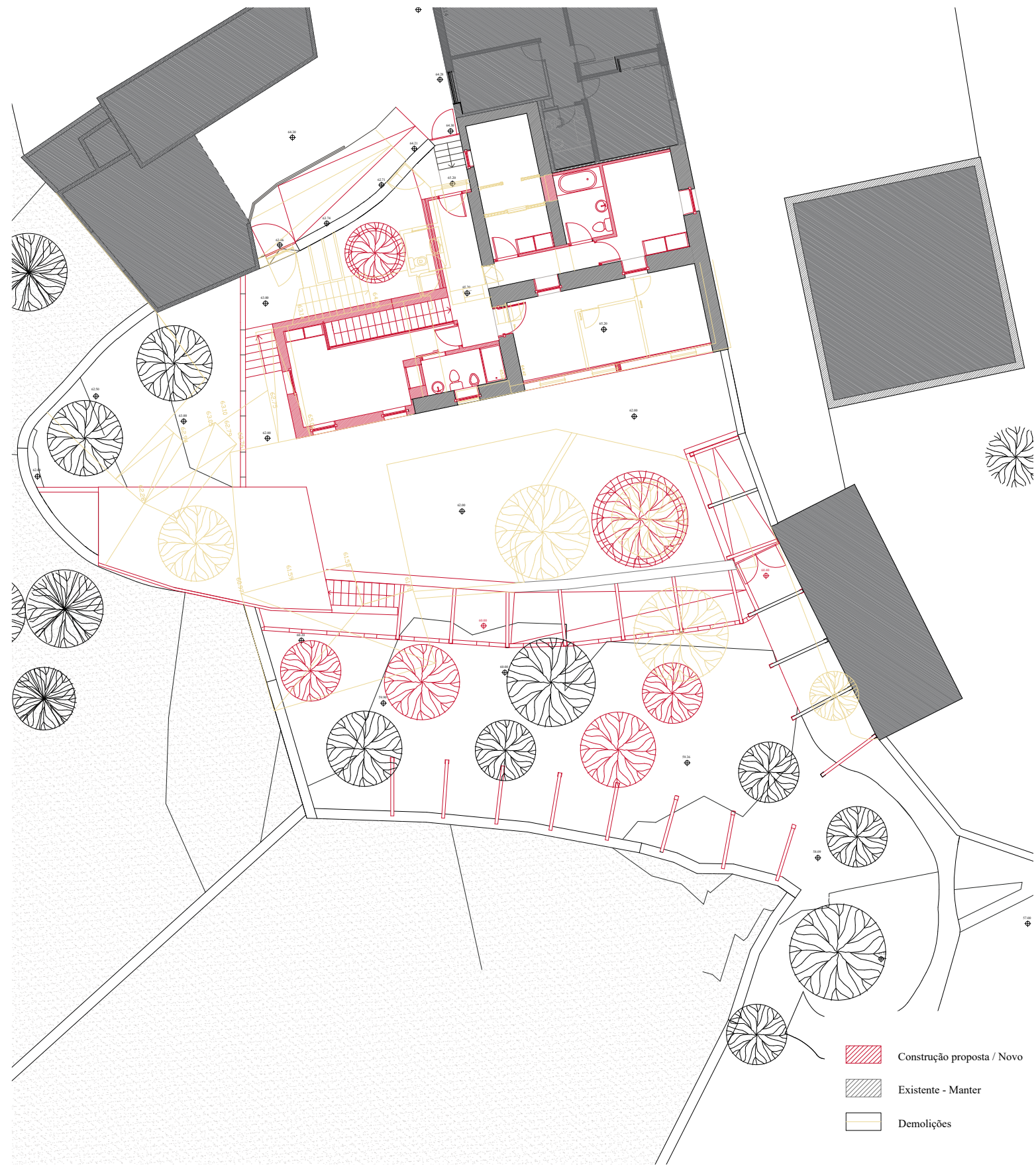
ARQ. LUIS PEDRO SILVA

JUNHO 2017

PLANTA PISO 0 E PISO -1

ESCALA 1:100

PROPOSTA 3



O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELEMENTOS RIGOROSOS

VANESSA AREZES

ARQ. LUIS PEDRO SILVA

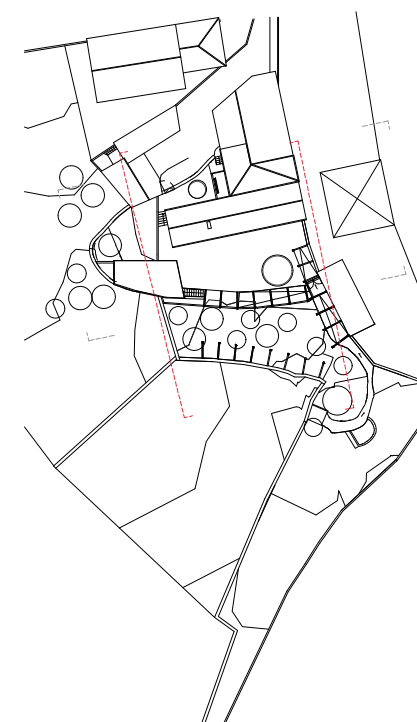
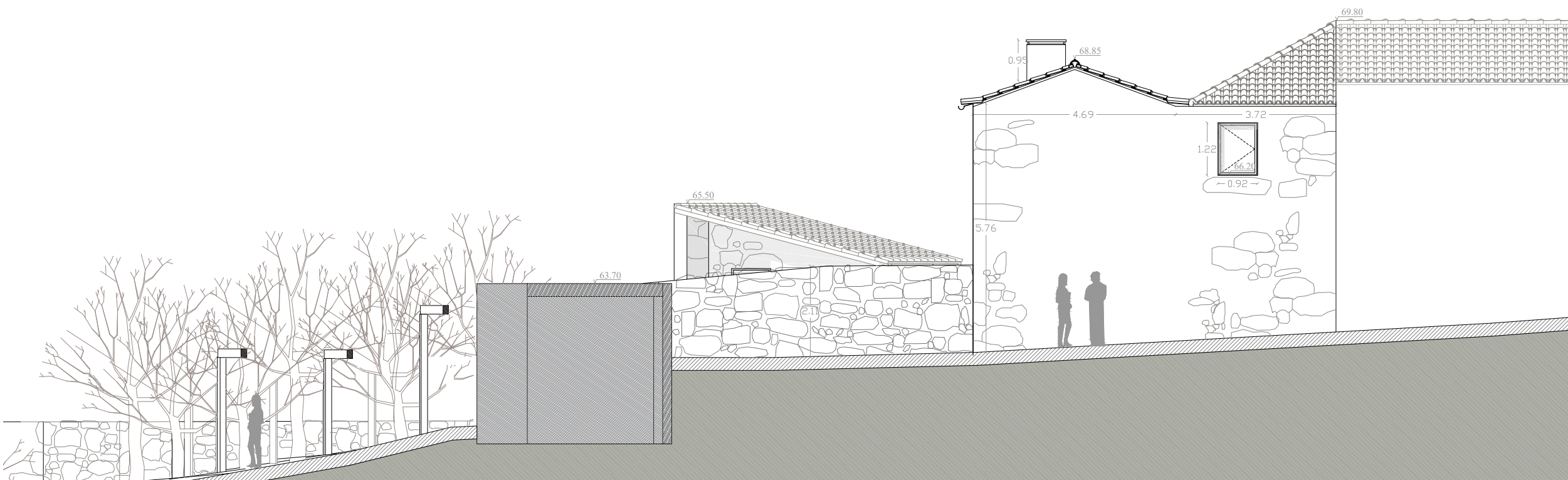
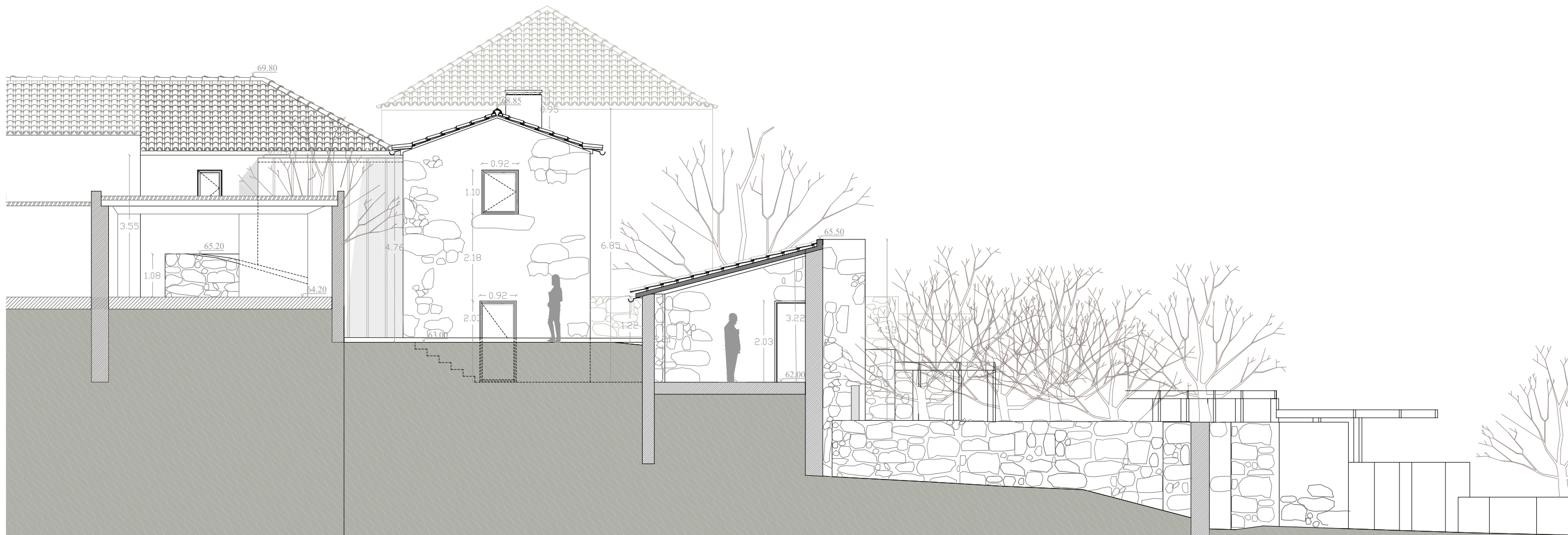
JUNHO 2017

PLANTAS VERMELHOS E AMARELOS - P0 E P1

ESCALA 1:200

PROPOSTA

4



O FUTURO DE UMA HERANÇA. REINVENTANDO UMA HABITAÇÃO RURAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELEMENTOS RIGOROSOS

VANESSA AREZES

ARQ. LUIS PEDRO SILVA

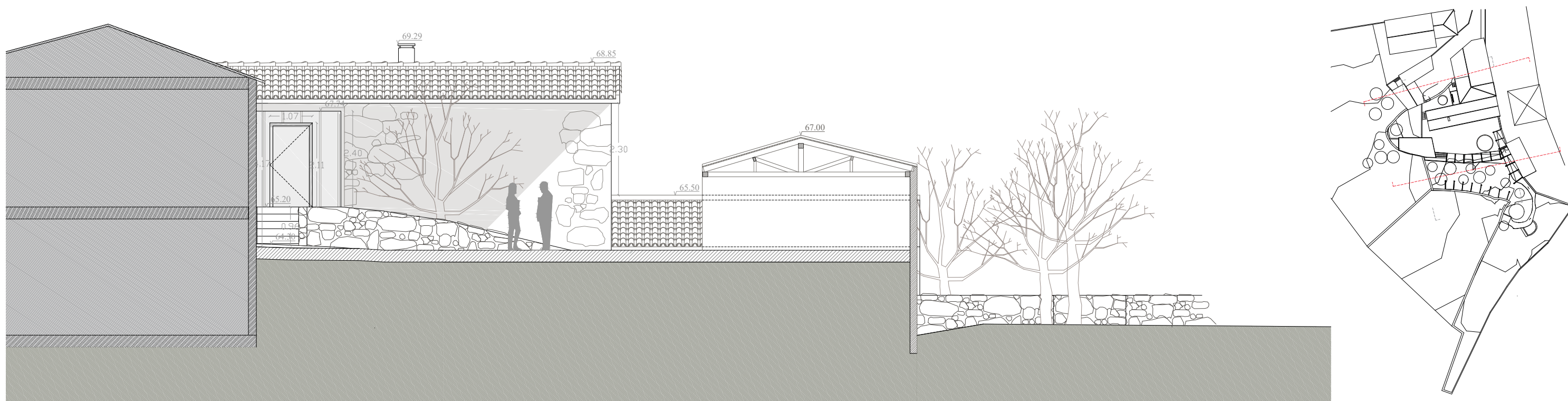
JUNHO 2017

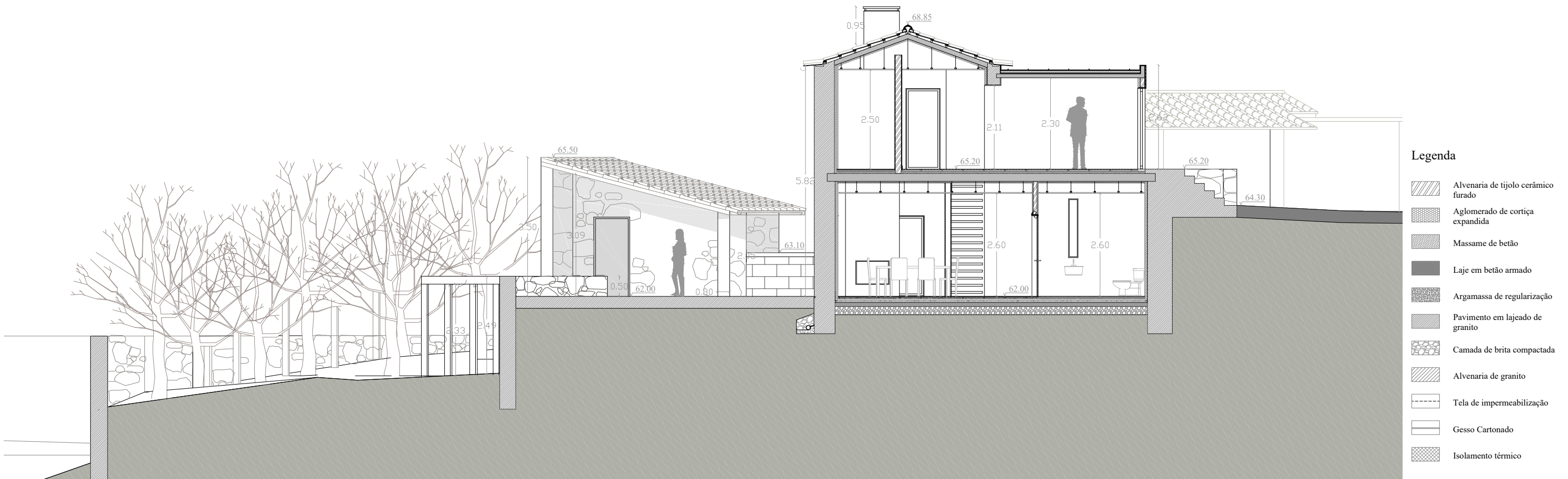
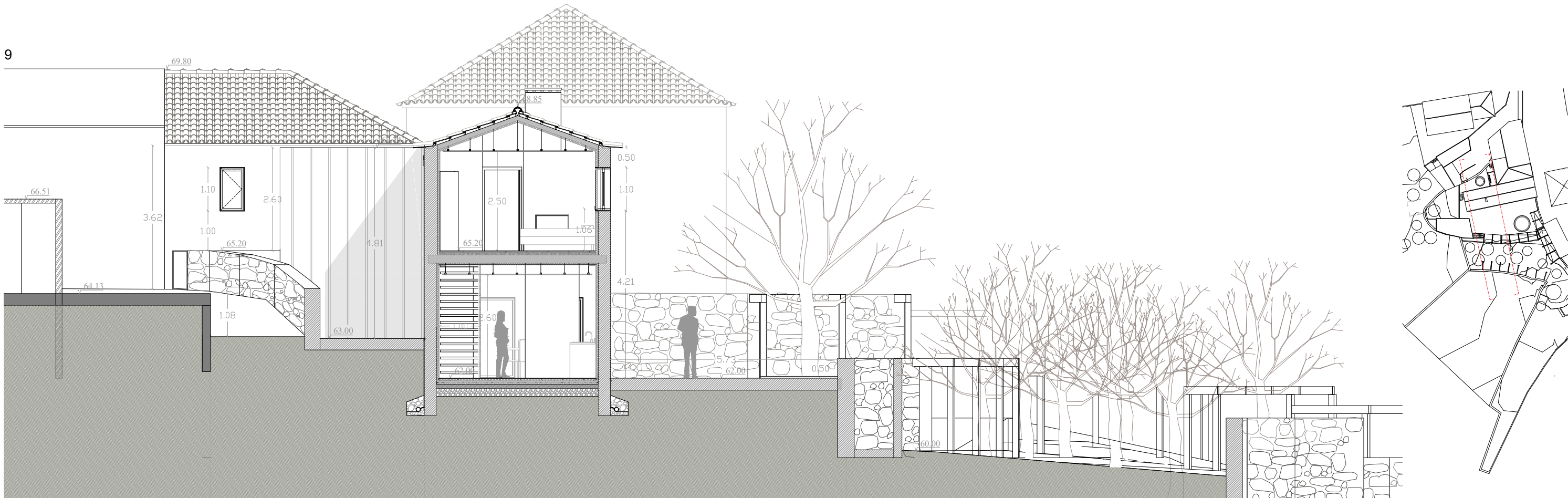
ALÇADO POENTE E NASCENTE

ESCALA 1:100

PROPOSTA

5





IV. CONCLUSÃO

A arquitectura popular corresponde a uma vertente anónima da arquitectura portuguesa, produto de uma sociedade que foi e vem transformando o território deixando marcas profundas. Na contemporaneidade, denota-se um esforço por retomar ou preservar a cultura popular através da sua reinterpretação, que sucede a interpretações anteriores como as de caso de Raul Lino e do Estado Novo ou ainda os princípios do Movimento Moderno que são tão características dos sítios como, já também, responsáveis pelo modo de ser dos lugares.

O entendimento das formas passadas mostra-se essencial no decorrer de um processo de redescoberta como esta na procura das melhores condições de adequação arquitectónica a um tal contexto. Para além desta preocupação, existe outra lição intrínseca deste tipo de arquitectura que se traduz nos modos construtivos e no saber técnico e construtivo, que, muitas vezes, falta ao arquitecto contemporâneo, essencialmente aos jovens arquitectos. O projecto traduz-se num processo que passa por várias disciplinas, desde a sua concepção à construção.

O presente trabalho não reflecte tanto sobre as questões construtivas uma vez que corresponde ainda a um estudo que antecede o projecto de execução, sem prejuízo do objectivo de se avançar para essa fase.

Entende-se, deste modo, que além dessa dimensão construtiva está subjacente a um projecto de reabilitação o propósito de procurar uma solução fundada e consistente. Esta foi uma aprendizagem essencial desta dissertação.

A procura do conhecimento de critérios para a intervenção sobre a arquitectura popular demonstrou a necessidade de reflectir sobre temas contemporâneos essenciais para entender a aparente confusão entre popular e rural. Suscitou várias questões relacionadas com a dicotomia entre rural e urbano. O rural continua a urbanizar-se e, por isso, a opção de reabilitar ou reaproveitar um edifício no ‘contexto rural’, melhorando-o de cuidados não é desprovido, acrescentando-se o facto de que a primeira opção não passa necessariamente pela construção de moradias de raiz quando por aí se promovem ruínas.

Neste enquadramento efectuou-se uma análise sistematizada das características da ruralidade que antecedeu esta nova condição urbano-rural. E realizou-se depois a observação de intervenções que pelos cuidados arquitectónicos de reinterpretação constituem um modo de fazer o novo com um compromisso consciente com o passado. Fernando Távora foi uma referência importante para este trabalho. O exercício de projecto prático procurou uma ‘terceira via’, de modo a reaproveitar usos e qualidades da casa tradicional, como a expressão do alçado e composição, adaptando-os aos novos usos e a novos modos de habitar. Neste sentido, foi considerado a recuperação dos elementos mais degradados da construção existente ou a sua demolição e substituição por descaracterizarem as formas da construção original. Ao mesmo tempo procurou-se responder a novas exigências de conforto e de ambientes e materiais. Este foi um trabalho difícil pela relação com a envolvente devido à promiscuidade e contiguidade da implantação da casa.

O desafio foi, então, a compreensão da dimensão humana da arquitectura vernácula e a sua interpretação como resposta às necessidades e vivências do homem no presente afecto a um determinado tempo e espaço que habitamos.

V. BIBLIOGRAFIA

AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. “*Arquitectura Popular em Portugal*.” 4ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2004

APPLETON, João A.S. “*Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*”. Edições Orion. 1º Edição. Setembro de 2003

ARTAL, Carmen. PUENTE, Moisés. “*Álvaro Siza. Casas 1954-2004*”. Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona. 2004

ASQUITH, Lindsay. VELLINGA, Marcel. edição “*Vernacular Architecture in the Twenty-First Century - Theory, education and practice*.” New York: Taylor & Francis. 2006

BENÉVOLO, Leonardo; ALBERTCH.B. “*As origens da arquitectura*”. Edições 70, LDA. Lisboa. 2002

DOMINGUES, Álvaro. “*A geografia regional “vidaliana”*”. Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I Série. Volume 1. Porto. 1985

DOMINGUES, Álvaro. “*Vida no Campo*”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011

GIGANTE, José. “*José Gigante. Habitar*.”. Edição de José Manuel das Neves. Caleidoscópio. Casal de Cnabra, Março 2008

LEAL, João. “*Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*.” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000

LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel. VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal*.” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995

LIMA, João Gomes de Abreu; CALHEIROS, Maria do Rosário Coutinho; MENDONÇA, Isabel Maria Furtado. “*Apontamentos para a recuperação do edificado rural.*” Novembro de 2007

LINO, Raul. “*A NOSSA CASA. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples.*” 2ª edição. Atlantida. 1981

MAIA, Joana. CARDOSO, Alexandra. CUNHA LEAL, Joana. “*Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura Crítica do Inquérito à arquitectura regional. Caderno 4.*” 1ª edição. CESAP / CEAA, Porto. Junho de 2013

MENÉRES, António. “*Arquitecturas Populares. Memórias do Tempo e do Património Construído.*” Arcos de Valdevez. 2013

Ordem dos Arquitectos. “*A Green Vitruvius – Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável*”. Lisboa. 2001

PEIXOTO, António Maranhão. “*Nos Quinhentos Anos do Foral Manuelino...*” Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Junho de 2012

PORTAS, Nuno. “*Políticas Urbanas II. Transformações, regulações e projectos*”. Fundação Calouste Gulbenkian. 1ª. Edição, 2011

RIBEIRO, Orlando. “*Opúsculos Geográficos. IV Volume | o mundo rural*”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1991

RUDOFISKY, Bernard. “*Architecture without Architects. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture.*” 3ª edição, Albuquerque : University of New Mexico, 1995

SIZA, Álvaro. “*01 Textos. Álvaro Siza.*” Edição de Carlos Campos Morais. Civilização Editora. 2009

SOLÁ-MORALES, Ignasi. “*Diferencias: topografía de la arquitectura contemporánea.*” 1995

TÁVORA, Fernando. “*Da Organização do Espaço*”. 6ª Edição. FAUP. Porto. 2006

TÁVORA, Fernando. “*Teoria Geral da Organização do Espaço. Arquitectura e Urbanismo. A Lição das Constantes.*” Porto, FAUP. 1993

TÁVORA, Fernando. “*O Problema da Casa Portuguesa*”. Editorial Organizações. Lisboa. 1947

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal.*” Volume 1. 4ª Edição Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2004

TEIXEIRA, Manuel C. “*ARQUITECTURAS DO GRANITO. Arquitectura Popular.*” Município Arcos de Valdevez. 2013

TRIGUEIROS, Luiz. “*Fernando Távora*”. Editorial Blau. Lisboa, 1993

DISSERTAÇÕES ACADÉMICAS

CALHEIROS, Maria do Rosário Coutinho. “*Arquitecturas rurais e critérios de intervenção. Uma experiência no Vale do Lima (2003-2006).*” Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Novembro de 2006. FAUP

CLEMENTINO, Luísa. “*Fernando Távora. De o Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço*”. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra. FCTUC. 2013

ARTIGOS EM FORMATO ELECTRÓNICO

FIGUEIREDO, Ricardo. “Do Porto e Não Só. Nos 50 anos da publicação de ‘Arquitectura Popular em Portugal’”. <http://doportoenaoso.blogspot.pt/> [Consultado em Maio de 2017]

Fundação Marques da Silva. “Escola Primária da Quinta do Cedro.” <https://arquivoatom.up.pt/index.php/escola-primaria-da-quinta-do-cedro> [Consultado em Maio 2017]

GARCIA RAMOS, Rui. “Casa Portuguesa.” 2011. Retirado em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/62530/2/4578.pdf>. [Consultado a 20 de Janeiro de 2016].

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” Retirado em <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. [Consultado em Janeiro de 2017]

LOPES, Ângelo. “Um tempo de Renovada aprendizagem”. Prova Final da Licenciatura em Arquitectura. FCTUC. 2009. Retirado em file:///C:/Users/admin/Downloads/Um_tempo_de_renovada_aprendizagem_03.pdf. [Consultado em 15 de Maio de 2017]

MESTRE, Vítor. “O mito do modelo perfeito da casa popular de origem portuguesa.” Retirado em http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n12/documentos/10_VictorMestre_REV.pdf [Consultado em 10 de Janeiro de 2016]

TAVARES, Maria Manuela (coordenação). “*Outros Combates pela História*.” Universidade de Coimbra. Julho de 2010. Retirado em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/31644/1/39-Nuno%20Rosmaninho.pdf?ln=pt-pt> [Consultado em 20 de Janeiro de 2016]

PINHO, Fernando F. S., “*Principais Patologias em Paredes de edifícios Antigos*”. http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/1162__T%C3%A9cnicasreabilitacao_alvenarias.pdf [Consultado em 10 de Janeiro de 2016]

VI. ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - Imagem de um palheiro em Marvão, semelhante às construções primitivas que foram alvo de estudo por parte de Veiga de Oliveira e colaboradores. (Retirada do livro ‘Etnografias Portuguesas’)

LEAL, João. “*Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.*” 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2000.

Figura 2 - Estudo geral da Casa do Cipreste, de 1912.

“Casa do Cipreste de Raul Lino”. <http://riodasmacas.blogspot.pt/2011/02/casa-do-cipreste-de-raul-lino.html>

Figura 3 - Alçado de um projecto de uma casa suburbana no Minho.

LINO, Raul. “*A NOSSA CASA. Aparentamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples.*” 2ª edição. Atlantida. 1981. Pg. 62

Figura 4 - Página do Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

Figura 5 - Fachada principal. Gafanha da Encarnação. Exemplo n.º 1 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

Figura 6 - Fachada lateral, pátio e poço. Gafanha da Encarnação. Exemplo n.º 1 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

Figura 7 - Aspecto de uma habitação em S. Martinho do Bispo. Exemplo n.º 6 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

Figura 8 - Aspecto de uma habitação em S. Martinho do Bispo. Exemplo n.º 7 presente no Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João. “Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português.” <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

Figura 9 - Le Corbusier. Igreja de Notre-Dame du Haut, Ronchamp. (1950-55).

FIGUEIREDO, Ricardo. “Do Porto e Não Só. Nos 50 anos da publicação de ‘Arquitectura Popular em Portugal’”. Março de 2011. <http://doportoenaoso.blogspot.pt/>.

Figura 10 - Capa do Jornal “O primeiro de Janeiro”

FIGUEIREDO, Ricardo. “Do Porto e Não Só. Nos 50 anos da publicação de ‘Arquitectura Popular em Portugal’”. Março de 2011. <http://doportoenaoso.blogspot.pt/>

Figura 11 - Álvaro Siza. Representação em cortes da Casa de Chá Boa Nova.

Archdaily. “Clássicos de Arquitectura: Casa de Chá Boa Nova/Álvaro Siza”. Janeiro de 2012. http://www.archdaily.com.br/br/01-20953/classicos-da-arquitetura-casa-de-cha-boa-nova-alvaro-siza/20953_21178

Figura 12 - Álvaro Siza. Casa de Chá Boa Nova.

Archdaily. “Clássicos de Arquitectura: Casa de Chá Boa Nova/Álvaro Siza”. Janeiro de 2012. http://www.archdaily.com.br/br/01-20953/classicos-da-arquitetura-casa-de-cha-boa-nova-alvaro-siza/20953_21178

Figura 13 - Fernando Távora. Escola Primária do Cedro.

Fundação Marques da Silva. “Escola Primária da Quinta do Cedro.” <https://arquivoatom.up.pt/index.php/escola-primaria-da-quinta-do-cedro>

Figura 14 - Fernando Távora. Cortes Escola Primária do Cedro.

Fundação Marques da Silva. “Escola Primária da Quinta do Cedro.” <https://arquivoatom.up.pt/index.php/escola-primaria-da-quinta-do-cedro>

Figura 15 - Residência de um emigrante em Lebução (anos 80).

Roselyne Villanova, Carolina Leite e Isabel Raposo. “Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. pg. 26

Figura 16 - Residência em Moreira de Cónegos (construída em 1984).

Roselyne Villanova, Carolina Leite e Isabel Raposo. “Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal” Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. pg. 122

Figura 17 - Exemplos de variedade da Arquitectura vernacular

DOMINGUES, Álvaro. “Vida no Campo”. Equações de Arquitectura. Dafne Editora. 1ª Edição. Porto. 2011.

Figura 18 - As transformações do território.

PORTAS, Nuno. “Políticas Urbanas II. Transformações, regulações e projectos”. Fundação Calouste Gulbenkian. 1ª. Edição, 2011. Pg.72

Figura 19 - Exemplo de uma Casa de lavoura. Guimarães.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 47

Figura 20 - Mapa tipológico, identificação da região de Viana do Castelo

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 118

Figura 21 - Anta S. Paio, Guimarães. Casa de lavoura. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado.(sem escala)

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. Pg. 48

Figura 22 - Casa de Lavoura, Balazar. Guimarães. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004

Figura 23 - Casa do Ribeiro, Escudeiros. Braga. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004

Figura 24 - Casa do Monte, Carapeços. Barcelos. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

Figura 25 - Casa Sequeiro, Couvido. S. Martinho de Sande, Guimarães. Identificação dos espaços em planta (1º piso) e alçado (sem escala).

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004

Figura 26 - Casa do Olival. Casa sequeiro, Sobreira. Carapeços, Barcelos.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

Figura 27 - Casa da Gramosa. Casa sequeiro, Sobreira. Carapeços, Barcelos.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

Figura 28 - Habitação no Soajo.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António. “*Arquitectura Popular em Portugal*”. 4a edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.

Figura 29 - Esquema de composição das casas de lavoura – características comuns.

Figura 30 - Exemplo de uma ‘casa de sonhos’.

LEITE, Carolina. RAPOSO, Isabel VILLANOVA, Roselyne. “*Casas de sonhos. Emigrantes construtores no Norte de Portugal* “ Edição portuguesa revista e aumentada. Lisboa: Salamandra. 1995. Pg. 200

Figura 31 - Planta e alçados Casa de Ofir.

Retirado em <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/47/a3/db/47a3db03a54e4fcadd14fce9872fc3d3.jpg>”.

Figura 32 - Alçado Poente e união entre volumes.

TRIGUEIROS, Luiz. “*Fenando Távora*”. Editorial Blau. Lisboa, 1993.

Figura 33 - Fernando Távora. Casa Quinta da Cavada em Briteiros, Guimarães.

TRIGUEIROS, Luiz. “*Fenando Távora*”. Editorial Blau. Lisboa, 1993.

Figura 34 - Ligação entre volumes.

Retirado em “<http://www.arquiteturaportuguesa.pt/fernando-tavora/>”.

Figura 35 - Álvaro Siza. Casa Alcino Cardoso. Planta, alçado Sul e corte.

CIANCHETTA, Alessandra. MOLTENI, Enrico. “*Álvaro Siza. Casas 1954-2004*”. Editorial Gustavo Gili, Barcelona. 2004.

Figura 36 - Fotografias da fase nova e encontro entre os dois volumes.

CIANCHETTA, Alessandra. MOLTENI, Enrico. “*Álvaro Siza. Casas 1954-2004*”. Editorial Gustavo Gili, Barcelona. 2004.

Figura 37 - Fotografias pelo interior e exterior do volume recente.

Fotografias da autora.

Figura 38 - Planta e cortes da habitação Alves Costa.

ARTAL, Carmen. PUENTE, Moisés. “*Álvaro Siza. Casas 1954-2004*”. Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona. 2004. Pg.46-48

Figura 39 - Estudo dos caixilhos e imagem da fachada voltada para o espaço de estar exterior.

ARTAL, Carmen. PUENTE, Moisés. “*Álvaro Siza. Casas 1954-2004*”. Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona. 2004.

Figura 40 - Sequeiro original e reconstrução do mesmo noutro espaço.

GIGANTE, José. “*José Gigante. Habitar.*”. Edição de José Manuel das Neves. Caleidoscópio. Casal de Cnabra, Março 2008. Pg. 74

Figura 41 - Linguagem do alçado da reconstrução do sequeiro com portadas abertas e cerradas.

GIGANTE, José. “*José Gigante. Habitar.*”. Edição de José Manuel das Neves. Caleidoscópio. Casal de Cnabra, Março 2008

Figura 42 - Fotografias do antes e depois da reconstrução do sequeiro. José Gigante.

Imagens retirada em “<http://www.josegigante.pt>”.

Figura 43 - Planta Piso 1, Piso 0 e Perfis da Casa Laura Fonseca. José Gigante.

Imagens retirada em “<http://www.josegigante.pt>”.

Figura 44 - O território do Herdamento Municipal e o Território Municipal. Foral 1258.

PEIXOTO, António Maranhão. “*Nos Quinhentos Anos do Foral Manuelino...*” Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Junho de 2012. Pg.13

Figura 45 - Esquema de povoamento disseminado e de povoamento no litoral.

Edição de imagem retirada em AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. “*Arquitectura Popular em Portugal.*” 4ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2004. Pg. 37 e 41

Figura 46 - Identificação das habitações mais antigas próximas do caso de estudo e esquema de povoamento (híbrido dos exemplos anteriores)

Edição de fotografia aérea retirada em “www.googlemaps.com”.

Figura 47 - Habitações mais antigas nas imediações do caso de estudo.

Fotografias da autora

Figura 48 - Habitações envolventes ao caso de estudo.

Da esquerda para a direita - casa anexa, habitação a Norte, seguida pela habitação a Nascente e a Poente, mais afastada sem contacto directo com o caso de estudo.

Fotografias da autora

Figura 49 - Plantas piso 0 (cota 62m) e piso 1 (cota 65m) da habitação primitiva.

Figura 50 - Imagens recentes do piso inferior, à cota 63m e 62m, respectivamente, a esterqueira e a loja com paredes em alvenaria de pedra.

Fotografias da autora.

Figura 51 - Plantas com esquema de cores igual ao estudo das casas de lavoura.

Figura 52 - Imagens da segunda fase de transformação da habitação – cozinha e quarto de tear.

Fotografias da autora

Figura 53 - Terceira fase de construção. Anexo, quartos, cozinha no piso inferior, tanque e rampa.

Fotografias da autora.

Figura 54 - Alterações sofridas nos últimos 20 anos.

Fotografias da autora.

Figura 55 - Planta piso 0 e piso 1 do existente.

Desenhos sem escala

Figura 56 - Imagens da condição actual da habitação.

Fotografias da autora

Figura 57 - Esquema das fases de construção

Figura 58 - Levantamento de materiais e texturas.

Fotografias da autora.

Figura 59 - Levantamento fotográfico das diferentes caixilharias.

Fotografias da autora

Figura 60 - Levantamento fotográfico das redes (eléctrica, hidráulica e gás)

Fotografias da autora

Figura 61 - Deterioração (devido à humidade ascensional) da laje do pavimento e parede de pedra no piso térreo do caso de estudo.

Fotografia da autora.

Figura 62 - Presença de infiltrações na habitação em estudo.

Foto da autora.

Figura 63 - Infiltrações

Fotografia da autora

Figura 64 - Fendilhações

Fotografia da autora

Figura 65 - Fungos e térmitas.

Fotografia da autora.

Figura 66 - Caruncho.

Fotografia da autora

Figura 67 - Esquissos do esquema de composição e identificação de alguns problemas.

Figura 68 - Proposta com apenas a estrutura primária da habitação e anexos. Solução posterior de dois volumes

Figura 69 - Estudos iniciais da proposta de intervenção.

Figura 70 - Esquissos do estudo da distribuição dos compartimentos e escada de acesso entre pavimentos.

Figura 71 - Esquissos do desenvolvimento da composição exterior

Figura 72 - Estudos da expressão do alçado e composição

Figura 73 - Aproximação à proposta de intervenção - Cortes extraídos do modelo tridimensional digital. Sem escala.

Figura 74 - Estudos sobre desenhos rigorosos com o auxílio do arq. Luís Pedro Silva.

Figura 795 - Imagens do existente e proposta, respectivamente.

Figura 7806 - Imagens do existente e proposta, respectivamente.

Figura 77 – Imagens dos espaços exteriores.

Figura 78 – Compartimentos interiores da proposta.

VII. ELEMENTOS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO



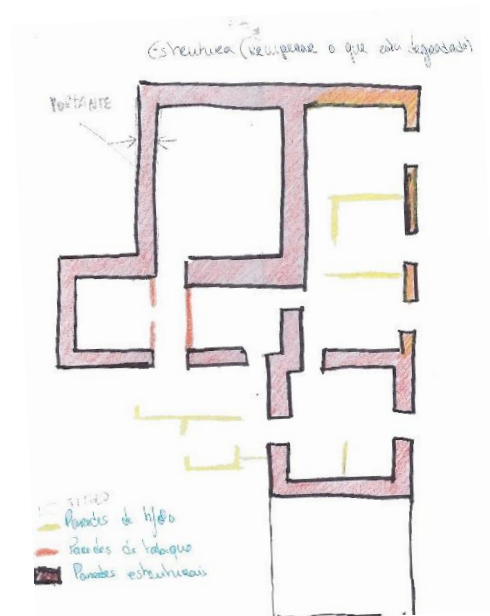
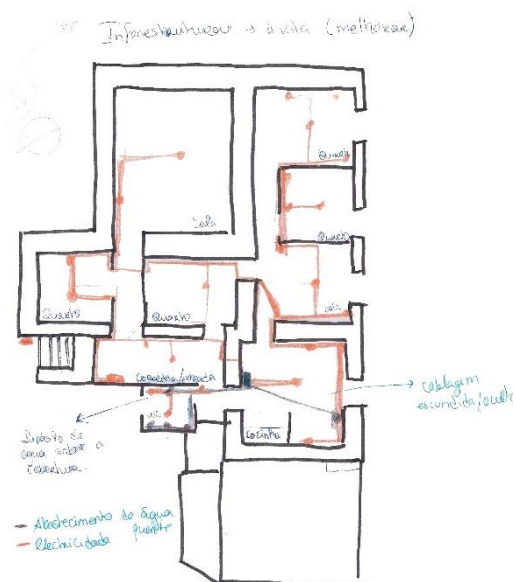


[illegible]

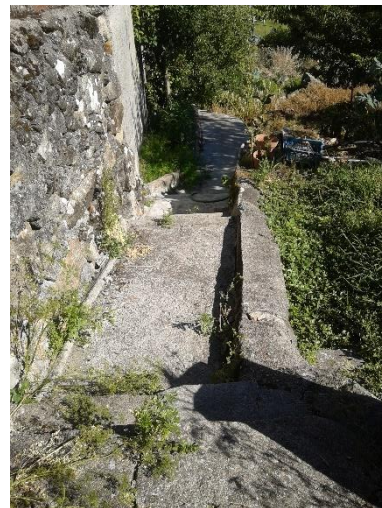
ESBOÇOS DO LEVANTAMENTO DE MATERIAIS EXISTENTES



Materiais / Organização → Melhorar / Alterar



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO





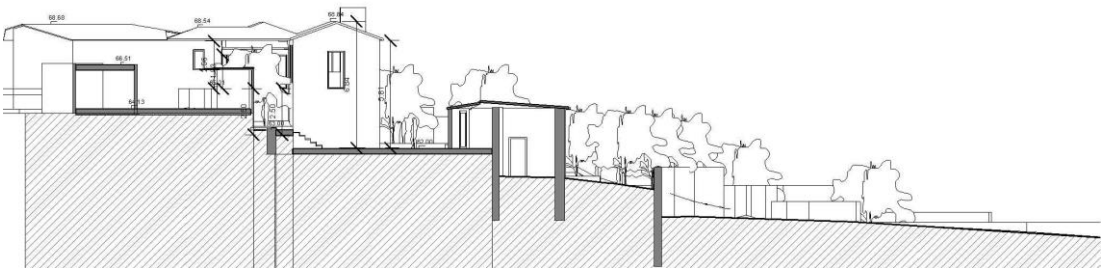
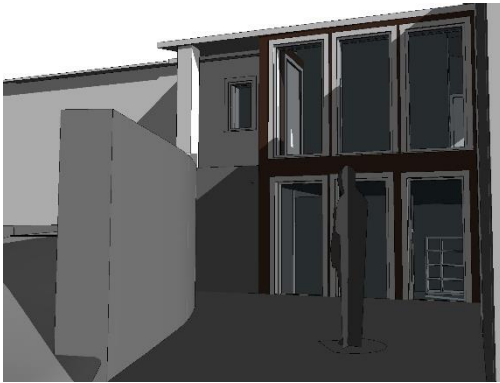




IMAGENS MODELO 3D – DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA









ENTREVISTAS

Avó Conceição Enes Parente (proprietária)

Como era a casa quando foi morar para lá?

PROPRIETÁRIA— Não era assim, não tinha a parte dos quartos, mandei construir quando vim para cá. E também arranjei a cozinha e a parte de baixo toda.

E a cozinha sempre foi aqui, a cozinha já existia neste local desde que conhece a casa?

PROPRIETÁRIA - Sim mas não era como está agora. A telha estava solta e dava para ver de dentro a telha. Até chovia cá dentro, só depois mandamos cobrir. A lareira era de parede a parede onde está o fogão de lenha e tinha um canto que servia para guardar a lenha e a gravalha, onde dormíamos na noite de Natal. O banco que ainda existe fazia parte da lareira. A dala era no lado oposto, e no sítio da janela tinha uma mais antiga como tem na sala. E por cima da mesa, presa ao tecto tinha a tábua do pão.

A chaminé já existia?

PR.- Sim, já havia.

E os quartos?

PR.- Os quartos eram onde estão. Tinha o do meu pai do lado esquerdo e o meu do lado direito, mas a entrada do meu era pelo corredor que vai para a sala, depois fechamos a porta. E onde está agora a porta era a porta para a casa de banho, era muito pequena, só tinha espaço para a sanita. Era mesmo atrás da porta. Ao lado dessa porta tinha a janela do quarto.

E a janela estava em contacto com o exterior? Tinha de sair da casa para a varanda e entrar no resto dos compartimentos?

PR.- Não, a varanda era fechada e tinha duas janelas. Até os namorados vinham fazer serão e viam-nos deitados na cama. E onde está o armário era a porta para a cozinha,

ao lado da outra grande que corresponde à abertura que tem agora e essa é que dava para o exterior.

E as escadas que existem são novas?

PR.- São mas já existiam aqui umas de pedra, com os mesmos degraus. E as do lado do quarto são as mesmas.

E a sala? Como era?

PR.- A sala era como está agora. Tinha duas camas.

E o que existia no piso de baixo?

PR.- Onde é a cozinha era o capoeiro e por cima era uma gaiola para as rolas. E debaixo da cozinha era o quarto de tear da minha mãe que tinha uma porta junto à capoeira em que por baixo se guardavam as galinhas e por cima os novelos. Daí levantávamos as tábuas e tirávamos os ovos. E a loja era o coberto de guardar a lenha e a adega atrás. Na esterqueira tem uma porta que dava para os coelhos que ficavam por baixo do quarto e aquecia-o. E tinha o tanque de lavar a roupa ao lado do capoeiro.

E a casa não seria junta com a do lado? Não seria uma só casa?

PR.- Não, desde que conheço sempre foram duas. Até quando arranjaram a casa do lado deitaram a parede da sala abaixo que era de pedra e substituíram por tijolo.

Mas o quarto do seu pai está deslocado do resto da casa. O que estava ao lado do quarto?

PR.- Era um pátio, com uma horta e daí entrava-se para a outra casa, para a cozinha e sala através de degraus – existiam duas portas. Os quartos são no mesmo local que estão e a entrada era feita por este lado. Não existia a cozinha actual, era uma horta e a esterqueira como a minha mas mais pequena e daí ia-se para a loja por baixo da casa (quartos). Mas agora a casa está muito modificada, quando fizeram obras, a parede da minha sala que era toda de pedra foi abaixo.

.....

Ventura Rodrigues da Costa (vizinha)

Recorda-se da casa quando era criança?

Ventura Rodrigues da Costa (vizinha) – Sim. Mas não conhecia muito o interior.

E sabe dizer se a habitação era conjunta com a do lado?

V.R.C. - Não, pelo que me recordo sempre foram duas habitações.

Sabe quem era o proprietário?

V.R.C. - Não, já não me lembro.

Relativamente à cozinha, recorda-se se existia esta parte da habitação?

V.R.C. - Sim, mas está renovada porque via-se as telhas de dentro e por baixo era o quarto de tear. E a zona dos quartos é nova.

.....

António Enes Parente (Irmão da proprietária)

Consegue ajudar-me a perceber se a sua casa de infância fazia parte da casa do lado?

A.E.P. - Não, não fazia. O proprietário era o mesmo mas sempre estiveram separadas. Entretanto entrou em partilhas e venderam a outra família. O poço servia as duas casas. Mais tarde os meus avós compraram. A casa do lado era diferente, fizeram acrescentos porque era bem mais pequena e estava voltada à casa dos meus pais.

Lembra-se da estrutura inicial da casa? A cozinha de cima já existia?

A.E.P. - A cozinha foi construída posteriormente e por baixo guardavam-se os coelhos, ao lado do capoeiro. A casa era só a sala, o quarto e a cozinha ao lado da casa de banho, onde é agora um quarto.

Sabe precisar a data de construção da cozinha?

A.E.P. - Não. Mas é mais velha do que eu.

E a varanda já existia?

A.E.P. - Existia mas era aberta, depois fecharam-na.

E as duas escadas?

A.E.P. - Também já faziam parte da casa, subia-se pelos dois lados para a varada. As escadas maiores eram de pedra e davam para o terreiro.

A minha avó referiu que por baixo da cozinha era o quarto de tear, onde disse que seria a zona de guardar os coelhos...

A.E.P. - Sim, isso foi mais tarde. Guardavam-se os coelhos onde está o armário no canto. De dia soltavam-se os coelhos juntamente com as galinhas, na capoeira ao ar livre.

E o que tinha no rés-do-chão, por baixo dos quartos?

A.E.P. - Na esterqueira? Era o cortelho dos porcos e por baixo da sala guardava-se o gado maior como as ovelhas e também tinha o lagar para o vinho. O coberto que existe agora foi feito depois, assim como o galinheiro.

